

Arquitetura Paisagista em Concursos de Concepção
Os Concursos Públicos de Concepção na Arquitetura Paisagista
Portuguesa

Izabela Lamego de Magalhães Pinto

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadora:

Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Júri:

Presidente

Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Souza Soares
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais

Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Arquitetura Paisagista em Concursos de Concepção
Os Concursos Públicos de Concepção na Arquitetura Paisagista
Portuguesa

Izabela Lamego de Magalhães Pinto

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadora:

Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Júri:

Presidente

Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Souza Soares
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais

Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira
Professora Auxiliar | Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

2021

Agradecimentos

O ‘poetinha’ Vinicius de Moraes dizia: “a vida é a arte do encontro”. Como é bom encontrar! Gostaria de agradecer a todos que, por esse meu caminho cheio de idas, vindas e desvios, quis o destino me fazer conhecer e assim caminharem comigo.

Agradeço especialmente à minha orientadora Professora Maria Matos Silva, por toda a disponibilidade e por tanto colaborar com a construção deste trabalho e acreditar em seu potencial. Agradeço também ao Professor João Nunes, à Professora Cristina Castel-Branco, à Arq. Catarina Pacheco e à Arq. Catarina Raposo pela imensa gentileza de aceitarem participar desta tese. Obrigada também ao Arq. Boaventura Afonso por me acolher em sua equipe durante o ano passado. Foi um privilégio poder conversar e aprender com profissionais cujo trabalho é tão inspirador. Obrigada também a todos os professores e funcionários do ISA.

No ano em que arte do encontro foi suspensa passamos a apreciá-la mais. Muito obrigada às minhas amigas, de todas as partes, que mesmo longe se fizeram perto. Aos colegas e amigos que conheci no ISA, agradeço a companhia e as risadas.

Obrigada à minha família. À Mari, pelos conselhos, conversas malucas e amizade. À minha Mãe e ao meu Pai pelo amor incondicional e apoio constante. Que sorte a minha ter vocês comigo. Obrigada ao Henrique, pelo apoio seguro, pelos momentos juntos e pela generosidade de me dar uma família portuguesa que me acolheu com tanto carinho. Obrigada a minha avó Mariceli, às minhas tias, tios, primas e primos.

Dedico em especial este trabalho em memória à minha avó Silvia que adorava ler e passou esse gosto às netas.

Resumo

O presente trabalho pretende realizar uma investigação acerca dos concursos públicos de concepção realizados em Portugal desde a aprovação do Código de Contratos Públicos, em 2008. O trabalho contextualiza a prática dos concursos públicos desde a sua atuação na história da arquitetura ocidental até o tempo presente, passando pelos motivos e momentos em que a atividade passou a ser realizada no campo da arquitetura paisagista e introduzida no cenário português. Busca-se entender quando, como e se, esta maneira de atuação está alicerçada na prática profissional da arquitetura paisagista portuguesa e qual o alcance e influência efetivos deste instrumento procedimental, previsto no Capítulo I do Título IV do Código de Contratos Públicos. O trabalho faz um levantamento de todos os concursos de concepção públicos realizados cujo tema principal envolve a arquitetura paisagista e compara quantitativamente as informações possíveis de serem retiradas de cada publicação dos mesmos bem como se aprofunda em alguns concursos de destaque. Busca também delinear um panorama qualitativo em relação aos concursos, por meio da realização de entrevistas a profissionais portugueses de reconhecido mérito em Portugal e no mundo.

Palavras-chave: Concurso Público, Concurso de Concepção, Arquitetura Paisagista, Código de Contratos Público.

Abstract

This work intends to carry out an investigation about the public design contests carried out in Portugal since the approval of the Public Contracts Code, in 2008. The work contextualizes the practice of public tenders since its performance in the history of Western architecture until the present time, going through the reasons and moments when the activity started to be carried out in the field of landscape architecture and introduced in the Portuguese scenario. It seeks to understand when, if and how, this way of working is based on the professional practice of Portuguese landscape architecture and what is the effective scope and influence of this procedural instrument, provided for in Chapter I of Title IV of the Public Contracts Code. The work makes a survey of all public design contests carried out whose main theme involves landscape architecture and quantitatively compares the possible information to be taken from each publication as well as delving into some prominent contests. It also seeks to outline a qualitative panorama in relation to the competitions, through interviews with Portuguese professionals of recognized merit in Portugal and in the world.

Key-words: Architecture Competitions, Landscape Architecture Competitions, Design Contest, Public Competitions, Portuguese Design Competitions.

Índice

Lista de Figuras.....	v
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	vii
1. Introdução.....	1
1.1. Objetivos	3
1.2. Motivações	4
1.3. Metodologia	5
1.4. Estrutura da tese	7
2. Concursos.....	8
2.1. Abordagem bibliográfica ao tema	9
2.2. Concursos: um panorama geral	12
3. Concursos em Arquitetura Paisagista.....	19
4. Concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista em Portugal.....	25
4.1. O arquiteto paisagista na atuação pública	26
4.2. Concurso Internacional para a Concepção do Parque do Tejo e Trancão	30
4.3. Concurso Público de Concepção em Portugal e o Código de Contratos Públicos	33
5. Análise quantitativa dos concursos de concepção em Arquitetura Paisagista publicados desde o Código de Contratos Públicos	39
5.1. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista lançados por ano em Portugal desde o Código de Contratos Públicos	42
5.2. Frequência de Publicação de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Localização	43
5.3. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista realizados por CPVs	44

5.4.	Número de Publicações de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Entidades Adjudicantes	46
5.5.	Plataformas Eletrônicas Utilizadas nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista	48
5.6.	Modalidade dos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista	49
5.7.	Valor Global dos Prêmios nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista	50
5.8.	Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista com Publicação no JOUE	52
6.	Concursos Públicos em Arquitetura Paisagista de destaque nos últimos anos..	53
6.1.	Concurso para a Praça de Espanha	56
6.2.	Outros concursos de concepção em arquitetura paisagista de destaque.	62
6.3.	Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes - Participação no processo de concursos públicos	65
7.	Análise qualitativa dos concursos - Entrevistas aos Arquitetos Paisagistas.....	76
8.	Conclusão.....	83
	Bibliografia.....	89
ANEXOS		
	Anexo I – Tabela Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista desde o Código de Contratos Públicos	95
	Anexo II – Imagens dos concurso para a Ponte Verde de Queluz	104
	Anexo III – Entrevistas.....	110
	Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Pacheco – FC Arquitetura Paisagista.....	110
	Entrevista ao Arq. Paisagista João Nunes – PROAP Arquitetura Paisagista.....	119
	Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Raposo – BALDIOS Arquitetos Paisagistas.....	130
	Entrevista a Arq. Paisagista Cristina Castel-Branco – ACB Arquitetura Paisagista.....	139

Lista de Figuras

Figura 01 - Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry. 2015.....	9
Figura 02 - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970. 2003.....	9
Figura 03 - Concursos Perdidos. PROAP. 2011.....	10
Figura 04 - O Livro Verde - The Green Book, EXPO'98	10
Figura 05 - Direito da Contratação Pública. 2 Volumes. Pedro Fernández Sánchez	10
Figura 06 - Simulação ilustrativa do Parthenon durante a Grécia antiga	12
Figura 07 - Domo da Catedral de Santa Maria del Fiore, em Florença	12
Figura 08 - Imagem da Ópera de Paris, de Garnier.....	13
Figura 09 - Projetos para o concurso do Estádio Nacional. 1)Maqueta e desenhos do Arquiteto Carlos Ramos. 2) Projeto do Arquiteto Jorge Segurado. 3)Maqueta e desenhos do Arquiteto Cristino da Silva.....	15
Figura 10 - Alguns dos projetos apresentados para o concurso do Plano Urbano para a cidade de Brasília, de 1956. 1) Plano do Arq. Lúcio Costa. 2)Plano do Arq. José Geraldo da Cunha Camargo. 3)Plano dos Arq. Boruch Milmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves. 4)Plano do Arquiteto Milton C. Ghiraldini.....	15
Figura 11 - Palácio das Nações Unidas em Genebra.....	17
Figura 12 - Desenho de Le Corbusier para o concurso do Palácio das Nações Unidas de 1927	17
Figura 13 - Painel apresentado por Rem Koolhaas	22
Figura 14 - Painel apresentado por Jean Nouvel	22
Figura 15 - Algumas imagens apresentadas pelos seis vencedores do concurso Rising Ties da BCDC	24
Figura 16 - Grupo A: Concurso para a nova sede da Fundação Gulbenkian.....	27
Figura 17 - Grupo B: Concurso para a nova sede da Fundação Gulbenkian.....	27

Figura 18 - Grupo C: Concurso para a nova sede da Fundação Gulbenkian	28
Figura 19 – Desenhos de Caldeira Cabral para o Estádio Nacional	29
Figura 20 - Imagem da proposta de Hargreaves Associates/PROAP	31
Figura 21 - Imagem da proposta de Hargreaves Associates/PROAP	31
Figura 22 - Imagem da proposta de Sasaki Associates, Inc.,.....	31
Figura 23 - Imagem de divulgação dos concorrentes do concurso para o alargamento do jardim da Gulbenkian	34
Figura 24 - Folheto de divulgação da exposição dos vencedores do concurso de concepção para a Praça de Espanha.....	56
Figura 25 - Imagem apresentada pelo Atelier do Beco da Bela Vista, Arquitectura Paisagista.....	57
Figura 26 - Imagem apresentada pelo Atelier Baldios	58
Figura 27 – Imagem apresentada pelo Ceregeiro Arquitectura Paisagista	58
Figura 28 – Imagem apresentada pelo NPK	59
Figura 29 - Imagem apresentada pelo José Adrião Arquitectos.....	59
Figura 30 - Imagem apresentada pelo Sérgio Miguel da Silva Godinho, Arquitecto	60
Figura 31 - Imagem apresentada pelo Pedro Machado Costa e Luís Ferreira Neto	60
Figura 32 - Imagem apresentada pelo TPF Planege Cenor, Consultores de Engenharia e Gestão.....	61
Figura 33 - Imagem apresentada pelo Machado + Braga Macedo Arquitectos, LDA....	61
Figura 34 – Zona de intervenção do concurso para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes	66
Figura 35 - Área de intervenção do concurso para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.....	66
Figura 36 - Painel 1. EPCA para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.....	68

Figura 37 – Painel 2 EPCA para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes	69
Figura 38 - Imagens apresentadas pela PROAP para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.....	74
Figura 39 - Imagens apresentadas pela Baldios para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes	75
Figura 40 - Arquiteto Paisagista João Nunes.....	77
Figura 41 - Arquiteta Paisagista Catarina Pacheco.	77
Figura 42 - Arquiteta Paisagista Catarina Raposo.	78
Figura 43 - Arquiteta Paisagista Professora Cristina Castel-Branco.	78

Lista Tabelas

Tabela 01 - Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista lançados por ano em Portugal desde o Código de Contratos Públicos.....	42
Tabela 02 - Frequência de Publicação de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Localização	43
Tabela 03 - Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista realizados por CPVs	45
Tabela 04 - Número de Publicações de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Entidades Adjudicantes	47
Tabela 05- Plataformas Eletrônicas Utilizadas nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista	48
Tabela 06 - Modalidade dos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista.....	49
Tabela 07 - Valor Global dos Prêmios nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista	51
Tabela 08 - Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista: Sem Prêmio e Concursos Com Prêmio Por Ano de Publicação do Anúncio	51
Tabela 09 - Percentagem de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista com Publicação no JOUE	52
Tabela 10 - Quadro comparativo 1. Pergunta : “Mobiliário urbano / equipamentos”. Concurso para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.....	72
Tabela 11 - Quadro comparativo 2. Pergunta: “O que acho importante que seja o jardim?”. Concurso para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes	73

Lista de Abreviaturas e Siglas

ASLA	American Society of Landscape Architects
BCDC	San Francisco Bay Conservation and Development Commission
CCP	Código de Contratos Públicos
CE	Concelho Europeu
CEE	Comissão Económica para a Europa
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
DGDU	Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização
DPU	Departamento de Planeamento Urbano
DRE	Diário da República Eletrónico
EU	União Europeia
FA/UL	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
IFLA	International Federation of Landscape Architects
ILA	Institute of Landscape Architects
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção
ISA	Instituto Superior de Agronomia
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
NLA	Norske landskapsarkitekters forening
NVTL	Nederlandse Vereniging voor Tuin- en Landschapsarchitectuur
OASRS	Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul
PDM	Plano Diretor Municipal
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana

1

Introdução

1.1. Objetivos

1.2. Motivações

1.3. Metodologia

1.4. Estrutura da Tese

1. Introdução

Os concursos de concepção – “design competitions” ou “architecture competitions” – vêm ganhando gradualmente mais protagonismo no meio de atuação dos profissionais em Arquitetura Paisagista. O aumento dos desafios ambientais, urbanos e sociais – consequências do nosso modo de viver, consumir e explorar os recursos do meio ambiente - reforça a urgência em pensar em soluções responsáveis e sustentáveis para as demandas dos espaços públicos nos meios rurais e urbanos. Isto fez com que os concursos se tornassem um valioso instrumento para estimular o diálogo e obter respostas que estejam à altura do novo panorama global. Enquanto as competições em arquitetura são quase tão antigas como a profissão em si, os registros de competições cujo tema principal envolve matérias de competência da Arquitetura Paisagista só passaram a acontecer com mudanças de paradigmas ambientais em nossa sociedade.

A facilitação da comunicação proporcionada pela consolidação do acesso à internet colaborou ainda mais com a utilização desse instrumento. Como efeito, proporcionou-se o aumento da democratização e internacionalização dos concursos, tornando-os mais competitivos, mais publicitados e mais reconhecidos (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015).

Observa-se, também, que os concursos ajudaram a aumentar a visibilidade da profissão do arquiteto paisagista bem como sua importância. A divulgação e envolvimento do público, proporcionada por certos concursos, colocaram muitos ateliês nos “spotlights”, atingindo grupos e pessoas e gerando discussões e opiniões que de outra forma – por exemplo, pelo trabalho comissionado diretamente - provavelmente não aconteceria.

Apesar desses pontos apresentados, pouco se tem publicado e estudado em relação a esta prática. Estudos sobre como julgar um concurso, estudos sobre os trabalhos apresentados nas competições e não somente sobre o trabalho vencedor, o impacto que um concurso pode suscitar, quais as suas limitações, como incluir a participação popular, entre diversos outros temas investigativos que esse assunto pode gerar, permanecem em grande parte em aberto. Os concursos em arquitetura paisagista produzem conteúdos de arte e ciência com grande potencial para pesquisa.

É nesse sentido que este trabalho pretende se aprofundar. Falar sobre concursos é uma forma de estimular um diálogo sobre esse importante meio de atuação e tentar quantificar e individualizar certos aspectos desse instrumento que se destaca cada vez mais entre os profissionais da área. O planejamento adequado do território e das cidades e a valorização e aumento dos espaços verdes é uma matéria fundamental nos dias atuais. Assim sendo, nota-se uma tendência não só em Portugal, mas em todo o mundo, à abertura crescente do

espaço para debates, divulgação, presença e apresentação dos concursos que dizem respeito à intervenção na paisagem, bem como o envolvimento da população com os mesmos, em busca de novas ideias e respostas inovadoras.

O presente trabalho investiga a atuação da arquitetura paisagista nos concursos públicos de concepção realizados em Portugal desde a aprovação do Código de Contratos Públicos, em 2008. A ideia inicial que impulsionou essa investigação surgiu da experiência vivida pela mestrandia durante a realização de estágio profissional, em que oportunamente integrou a equipe de um ateliê de arquitetura paisagista na participação da concorrência de um concurso público de concepção. Assim sendo, além da investigação sobre o tema, o trabalho também faz um paralelo do resultado deste estudo com àquilo que foi experimentado durante o estágio profissional.

1.1. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo investigativo acerca dos concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista realizados em Portugal desde a aprovação do Código de Contratos Públicos. Para além do objetivo principal outros objetivos secundários, que orbitam em torno do objetivo principal são os de compreender as tendências e a evolução desses concursos, bem como imaginar possíveis caminhos futuros de atuação nesse campo para o arquiteto paisagista.

1.2. Motivações

A ideia inicial que impulsionou a investigação sobre Concursos Públicos em Portugal surgiu da experiência vivida pela mestranda durante a realização de estágio profissional, em que oportunamente integrou a equipe de um ateliê de arquitetura paisagista na participação da concorrência de um concurso público de concepção. Essa experiência trouxe a asseveração de que o objeto de estudo em questão tem se tornado cada vez mais relevante, uma vez que os concursos públicos fazem parte fundamental dos mecanismos de construção sustentável e desenvolvimento planejado do ambiente urbano.

A escolha de realizar um estágio em conjunção com dissertação para a conclusão do mestrado em Arquitetura Paisagista se deu por entender como enriquecedora e única a oportunidade de obter experiência profissional. Transitar entre o contexto universitário e o prático profissional e perceber a dinâmica da arquitetura paisagista no cenário atual, dispondo de uma ótica tanto acadêmica quanto prática é vantajoso para o crescimento da mestranda e acrescenta bagagem e maturidade para uma carreira profissional. Além disso, entende-se como positiva a oportunidade de obter experiência e qualificação, sendo uma forma de adquirir maior aptidão e habilidades que só a prática consegue proporcionar e assim facilitar a inserção da mestranda no mercado profissional.

A oportunidade concreta para a realização dessa vivência profissional surgiu com a abertura de uma vaga para estágio no ateliê EPCA - estudos, projetos e consultoria ambiental, liderado pelo Arquiteto Paisagista Boaventura Afonso, em Lisboa. Uma vez estabelecido o contato com o ateliê, a mestranda tomou conhecimento do trabalho ali desenvolvido, há mais de 17 anos no mercado da Arquitetura Paisagista. O ateliê EPCA possui um grande portfólio de projetos sólidos, fundamentados, atuais e que, em diversas formas, dialoga com as metodologias e estudos desenvolvidos durante o curso de mestrado no ISA. Com isso, ficou seguro que a decisão de desenvolver um estágio no local seria uma experiência enriquecedora e relevante para concluir o percurso acadêmico de mestrado em arquitetura paisagista. Sendo assim, a possibilidade de realizar um trabalho que ajudasse a compreender as complexidades próprias de um concurso público, aprender a trabalhar em diferentes escalas no âmbito da arquitetura paisagista, entender e aprender os processos para participação e desenvolvimento de concursos públicos, aprender a trabalhar com a arquitetura paisagista em diferentes contextos, desde espaços urbanos, privados, zonas de preservação e zonas de transição ambiental foram fatores que reforçaram a escolha da realização desse trabalho.

1.3. Metodologia

A abordagem inicial ao tema trabalhado aconteceu por meio de pesquisas ao estado da arte, onde se buscou entender o cenário em que os concursos de concepção se localizam no panorama geral do estudo da arquitetura paisagista. Em uma segunda fase, após pesquisa do estado da arte, a abordagem de outro processo metodológico importante foi através de pesquisa e recolha e interpretação de dados extraídos dos portais públicos oficiais, nomeadamente o site do Diário da República. A partir daí então, o estudo se abre para experiência pessoal com os trabalhos realizados pela mestranda durante seu estágio profissional no âmbito dos concursos públicos, em busca de relações, novos questionamentos, possíveis direcionamentos e sentidos da atuação da arquitetura paisagista no contexto público de concorrência. Finalmente, buscou-se por meio de entrevistas a ateliês de grande destaque atualmente em Portugal com experiência no objeto de estudo, nomeadamente, os concursos públicos de concepção, para promover um inquérito qualitativo acerca desse meio de atuação.

Além da pesquisa bibliográfica de livros, artigos, dissertações, revistas e sites, para a construção deste trabalho foi feito o estudo de leis, códigos e termos de referência bem como a utilização de bibliografia de apoio a interpretação das mesmas, desenvolvida por especialistas jurídicos portugueses.

Para o levantamento da informação acerca dos concursos públicos foi utilizada a base do site do Diário da República Eletrônico, meio oficial e obrigatório de divulgação de anúncios de concursos públicos. Seguindo critérios metodológicos que serão mais detalhados ao longo deste estudo, foram selecionados todos os concursos de concepção cujo trabalho do arquiteto paisagista era parte fundamental no projeto para colher dados e informações relevantes presentes nos anúncios de procedimento de cada concurso selecionado publicados no Diário da República.

Com os dados e informações utilizou-se o método da construção de gráficos com o intuito de trazer a atenção aspectos dessa tipologia de trabalho e desenvolver possíveis questionamentos e interpretações.

A atuação em um projeto de concorrência pública proporcionado pelo estágio realizado pela mestranda foi um meio traçar um paralelo com as informações já interpretadas e entender se a experiência pessoal vivida também se aproximavam das tendências do que foi produzido nos últimos anos, se havia divergências, linhas de trabalho em comum, aspectos frequentes em destaque bem como comparar com os outros projetos que participaram como concorrentes desses concursos.

Outra abordagem metodológica necessária para a construção deste trabalho, nomeadamente no aspecto que diz respeito ao inquérito qualitativo dos concursos públicos, foi o contato com os representantes de alguns ateliês de Arquitetura Paisagista por meio de entrevistas, com o objetivo de construir um panorama mais correto acerca do tema, com a visão daqueles que já possuem grande experiência e vivência nesse meio. As entrevistas pretendem dar uma visão sobre os concursos do ponto de vista de quem tem experiência nessa prática e entender os entraves principais, os destaques em comum e as vivências do ponto de vista profissional. Buscam entender se os concursos são vistos como algo realmente interessante para o profissional em arquitetura paisagista e quais são as limitações dessa modalidade de trabalho. As entrevistas recolhidas para a realização deste trabalho foram fontes importantes de informações, que ajudam a entender melhor a composição dos processos dos concursos. Elas possibilitam fontes muitas vezes inéditas de informações em um tema que carece muito ainda de estudo e maior divulgação e por isso foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

1.4. Estrutura da tese

A tese está estruturada em cinco momentos principais:

Em um primeiro momento serão abordados os aspectos gerais acerca dos concursos públicos, explicando sua história e evolução ao longo dos séculos no mundo. Intenciona-se, assim, entender a relevância desse instrumento de atuação nas atividades de trabalhos conceptuais, nomeadamente, na arquitetura e finalmente, na arquitetura paisagista. Nesse sentido será delineada a diferença temporal entre a atuação dessa tipologia de trabalho na arquitetura em comparação com a arquitetura paisagista e os possíveis motivos para essa diferença histórica. Será brevemente contextualizado o início da atuação dos profissionais em arquitetura paisagista em Portugal para finalmente entender de que forma começou a prática dos concursos em arquitetura paisagista no País.

Depois de construir o panorama geral será abordado o tema específico, ou seja, os concursos públicos de concepção em Portugal. Será então explicado o instrumento procedimental especial previsto no Capítulo I do Título VI da Parte II do Código de Contratos Públicos, ou seja, o Concurso de Concepção, abordando sua origem e algumas de suas implicações.

Em seguida, será apresentado o levantamento de todos os concursos públicos realizados por meio desse instrumento previsto no Código de Contratos Públicos em que o tema principal do trabalho envolve a atuação da arquitetura paisagista.

Uma vez realizado esse levantamento serão feitos os cruzamento dos dados revelados através da publicação de cada concurso selecionado. Assim serão construídos, explicados e interpretados gráficos, com o intuito de inquirir sobre o panorama em que essa atividade se encontra bem como destacar alguns concursos relevantes ao longo desse levantamento.

Finalmente, será abordado o concurso em que a mestranda trabalhou durante seu estágio e serão também realizadas entrevistas com alguns ateliês de forte atuação nos concursos públicos, com o intuito de obter também um inquérito qualitativo acerca dessa atividade.

O último momento deste trabalho será dedicado a reflexões e conclusões, comparando as informações e dados retirados dos gráficos construídos com as entrevistas e experiências pessoais.

2

Concursos

2.1. Abordagem bibliográfica ao tema

2.2. Concursos: panorama geral

2. Concursos

2.1. Abordagem bibliográfica ao tema

Algumas referências bibliográficas foram fundamentais para a abordagem inicial na construção do cenário atual dos concursos. Algumas fontes bibliográficas destacam-se pelo suporte ao desenvolvimento da pesquisa e investigação acerca dos projetos realizados para concursos públicos em Portugal na última década. Foram feitas, portanto, pesquisas e leituras sobre concursos realizados principalmente em Portugal, mas não só. A leitura de teses que tenham como objeto de análise, mesmo que de forma indireta, concursos públicos, teses sobre espaço público, foram importantes para construir o início de um panorama de informações sobre o tema. Nesse sentido, alguns livros, artigos e teses se destacaram como fundamentais para a realização deste trabalho. O livro “Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry” (Figura 01) aborda a questão das competições em arquitetura de forma crítica e reflexiva através de textos de diversos profissionais ligados ao assunto, recolhendo informações e dados relevantes para construir um panorama global e atual sobre o tema.

Tem destaque também neste trabalho o livro “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970” (Figura 02) e a monografia “Caracterização da Arquitetura Paisagista em Portugal” realizada pelo Centro de Estudo de Arquitectura Paisagista

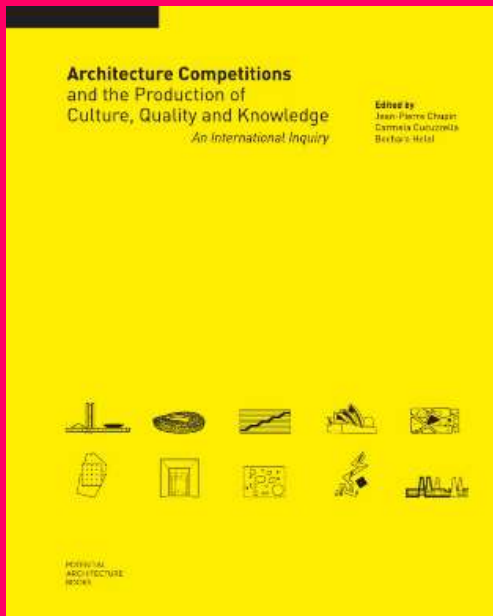


Figura 01 - Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry. 2015. (worldarchitecture.org)

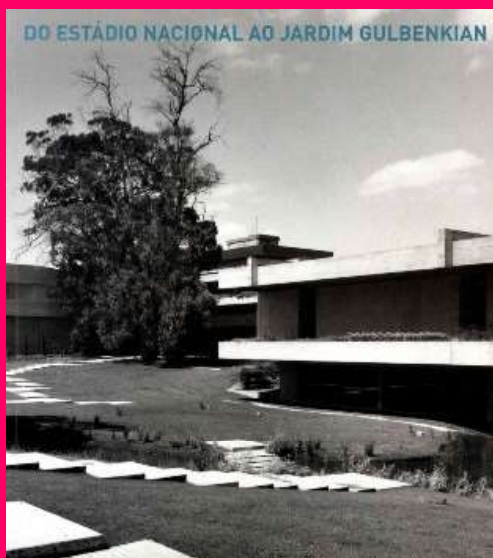


Figura 02 - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970. 2003. (goodreads)



Figura 03 - Concursos Perdidos. PRO-AP.2011. (goodreads)

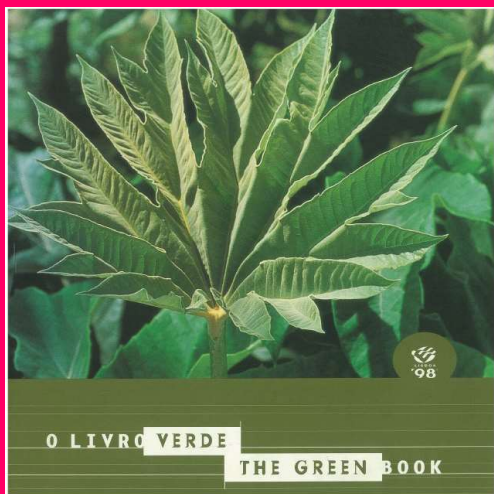


Figura 04 - O Livro Verde - The Green Book, EXPO'98. (Academia.edu)

“Prof. Caldeira Cabral”. Também há de se referir à tese de doutoramento em arquitetura: “O Concurso Internacional de Arquitectura Como Processo De Internacionalização e Investigação na Arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura”, de Pedro Miguel Hernandez Salvador Guilhermeo e o livro “Concursos Perdidos”, da PROAP Arquitectura Paisagista (Figura 03), que também configuram como importantes bases bibliográfica para a realização deste trabalho.

O Livro Verde - The Green Book, EXPO'98 (figura 04), com direção e coordenação científica de Cristina Castel-Branco é um registo excepcional do processo pioneiro de um concurso de arquitetura paisagista realizado em Portugal, o concurso internacional para a concepção do Parque do Tejo e Trancão. O livro fala sob o aspecto de quem esteve por dentro da organização do concurso e expõe os desafios e oportunidades durante o processo da realização de um concurso sem precedentes até então no País e que abriu caminho para outros concursos que se seguiram (Castel-Branco & Walker, 1998, p. 48).

Outra fonte valiosa foi o site encomenda.oas-rs.org/, da Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, que divulga diversos concursos bem como faz a avaliação em alguns casos

dos processos em que estes decorrem. Além disso, a plataforma mantém um mapa interessante e muito útil em que apresenta os concursos em curso e os concluídos em todo País e em outros locais também. É uma seleção que não abrange totalmente o objeto de estudo específico dessa tese, mas ajudou significativamente para uma base de informações.

Guias e cadernos de encargos dos concursos que foram possíveis de aceder também ajudaram na pesquisa. A leitura dos Planos Diretores Municipais desenvolvidos pelas autoridades locais, que regularizam e estabelecem diretrizes sobre o espaço público e normas ambientais também foram importantes para o desenvolvimento de conteúdo. Bibliografia sobre



Figura 05 - Direito da Contratação Pública. 2 Volumes. Pedro Fernández Sánchez. 2020. (AAFDDL Editora)

o espaço público, textos e publicações sobre projetos nacionais e internacionais de natureza semelhante e afins também se acrescentam ao trabalho. Por se tratar de um tema de interesse público, a leitura de notícias de jornais e textos publicados em mídias sociais foi muito utilizada durante a pesquisa. Além disso, a pesquisa de leis que regimentam os concursos públicos em Portugal foi muito importante durante todo o processo. Assim, o livro de Pedro Fernández Sanchez, “Direito da Contratação Pública”, volumes I e II (Figura 05) foi fundamental para a correta interpretação das leis que regimentam os contratos públicos em Portugal.

Para fazer o levantamento das informações acerca dos concursos divulgados em Portugal desde o Código de Contratos Públicos, o site

do Diário da República - <https://dre.pt/> - tem como obrigatoriedade publicar o anúncio de todos os procedimentos de concursos públicos. Sendo assim, utilizou-se dessa informação para construir um levantamento de todos os concursos públicos de concepção já realizados e extrair informações contidas em todas as publicações, de maneira filtrada, para então construir análise dessa base de dados.

O portal público “base: contratos públicos online” - <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage> - da IMPIC, Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção também foi importante para esse processo. Nesse site é possível extrair informações sobre os contratos públicos efetivados.

As referências bibliográficas utilizadas colaboraram para construir o Estado da Arte deste trabalho e são todas obras de grande investigação e trabalho que abordam o tema, mesmo que indiretamente. Intenciona-se, portanto, iniciar esta investigação a partir desses estudos previamente realizados, considerando os questionamentos que permaneceram em aberto em busca de possíveis respostas.

2.2. Concursos: panorama geral



Figura 06 - Simulação ilustrativa do Parthenon durante a Grécia antiga. (Furrier, 2020)



Figura 07 - Domo da Catedral de Santa Maria del Fiore, em Florença. (Sailko, 2020)

Concursos em arquitetura e design representam uma forma de produção do trabalho no campo projetual com características, processos e resultados únicos que merecem destaque e estudo, tanto pelo seu formato excepcional quanto pela sua importância ao longo da história. Curiosamente, não há assim tantos estudos acerca desse tema, principalmente no que diz respeito a aspectos teóricos desse processo e ainda menos acerca de um aspecto primordial dessa prática: o trabalho de julgar a qualidade. É surpreendente como o processo de julgar, algo que tradicionalmente acompanha desde sempre o trabalho em si de criação e design foi tão pouco teorizado até então (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015, p. 15).

A tradição de concursos em arquitetura – “architecture competitions” – acompanha a própria história da arquitetura e ajudou a moldar as cidades como conhecemos hoje. Essa modalidade de atuação no campo de concepção de projetos é tão antiga que muitos consideram que uma das primeiras competições organizadas que se tem registro foi a promoção pelo concelho de Atenas, na Grécia antiga, de um concurso que resultou no Parthenon (Figura 06), construído a partir de partes recuperadas do entablamento

quebrado do Templo para Atenas (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015, p. 15). Outro concurso emblemático na história foi a solução para o Domo da catedral de Santa Maria del Fiore (Figura 07) em Florença, realizado por volta da metade do século XV, em que venceu Filippo Brunelleschi (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015, p. 15). Sua obra se tornou um marco sem precedentes na história da arquitetura Renascentista italiana e influenciou todas as gerações futuras que se seguiram. Mais um grande exemplo na história de competições



Figura 08 - Imagem da Ópera de Paris, de Garnier. (Opéra Nacional de Paris)

é o da Ópera de Paris (Figura 08), concurso promovido em 1860 por Napoleão III, com o intuito de construir um edifício que deixasse a sua marca na arquitetura de Paris. O arquiteto Charles Garnier, até então pouco conhecido, venceu o concurso, superando outras 171 propostas (Opéra Nacional de Paris).

Podem ser referenciados ao longo de toda história muitas obras até hoje relevantes feitas

a partir dessa modalidade de trabalho. Sem dúvida, as produções realizadas por competições contribuíram para moldar a história da arquitetura.

Deve-se ter em conta, porém, que apesar desses registros serem interessantes para a história da prática e constituírem um repositório rico de informações sobre a história da produção e evolução arquitetônica, essas iniciativas citadas, e tantas outras que se dão como exemplo de concursos de tempos passados, ocorreram num período pré-democrático. Isto significa, conseqüentemente, que o processo concursal estava sempre atrelado a um monarca, a um príncipe, à igreja ou às academias. Portanto, o conceito moderno de um concurso como reconhecemos hoje só pode considerado a partir da instauração de regimes políticos democráticos, uma vez que a própria estrutura de um concurso está baseada no precedente da imparcialidade, o que nunca pode ser garantido sem um estado democrático.

Outra ressalva a ser destacada, especialmente considerando o tema de pesquisa desta tese é que, até muito tempo avançado na história, as obras realizadas a partir de concursos eram, na sua quase totalidade, obras cujo objeto principal a ser desenvolvido tratava-se de edifícios, com foco nos seus aspectos estéticos, técnicos e/ou construtivos. Pouco se tem registro, nas antologias que tratam de concursos realizados até o século XX, de competições cujo objeto principal diz respeito aos espaços exteriores, sejam eles ordenamentos urbanos, parques públicos ou privados, ou mesmo jardins, cemitérios, frentes ribeirinhas e marítimas ou de integração paisagística. Essa questão será mais à frente tratada, de modo a individualizar os possíveis motivos para essa ocorrência e quando isto começou a mudar.

Já na idade contemporânea, com a consolidação da democracia em diversos Estados, a realização de concursos em arquitetura passou a ser exponencialmente mais frequente ao mesmo tempo em que recebeu uma dimensão e relevância sempre mais notável na produção arquitetônica.

Obras concebidas pelo resultado de concursos transformaram o espaço e a sociedade contemporânea aonde foram construídas, bem como influenciaram gerações futuras de arquitetos, paisagistas, urbanistas e designers. Para citar alguns exemplos podemos mencionar o

concurso para o Estádio Nacional do Jamor em Lisboa (figura 8), de 1934; o Plano Urbano para a cidade de Brasília (figura 9), de 1956; o Waterfront de Toronto, de 2006; o Chicago Tribune Tower, de 1922; o Lloyds building em Londres, de 1977; o Centro Beaubourg - Centro Pompidou e o Tetè Défense– em Paris, de 1971 e 1982, respectivamente; a Sino Tower em Hong Kong, de 1989 e tantos outros que se tornaram referências em arquitetura e urbanismo.

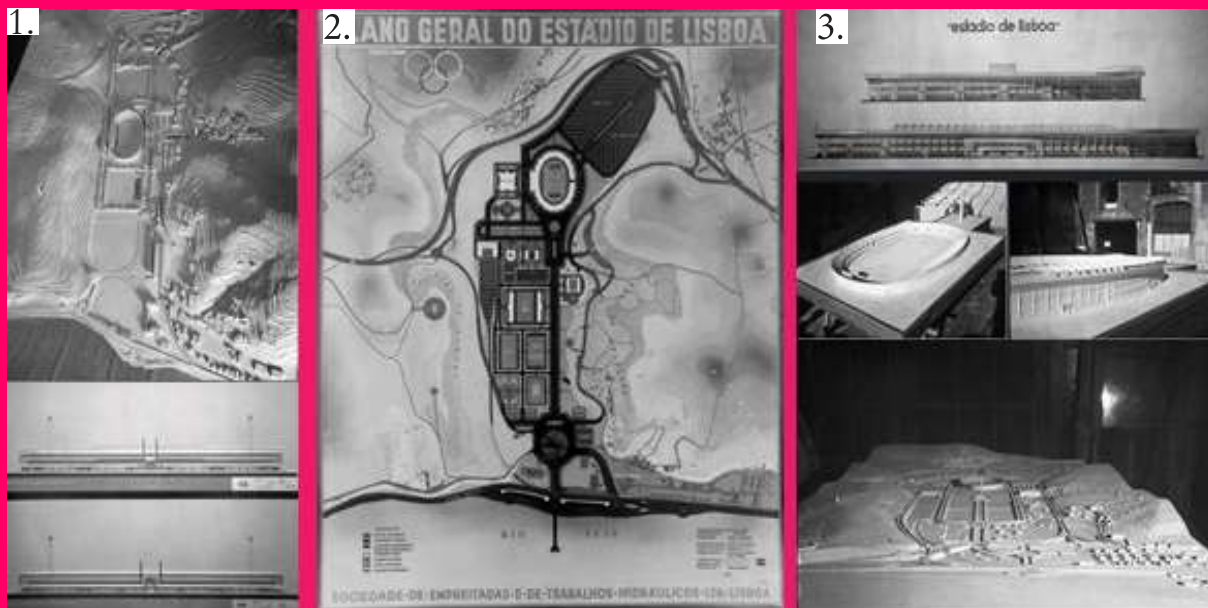


Figura 09 - Projetos para o concurso do Estádio Nacional. 1)Maqueta e desenhos do Arquiteto Carlos Ramos. 2) Projeto do Arquiteto Jorge Segurado. 3)Maqueta e desenhos do Arquiteto Cristino da Silva. (restosdecolecão)

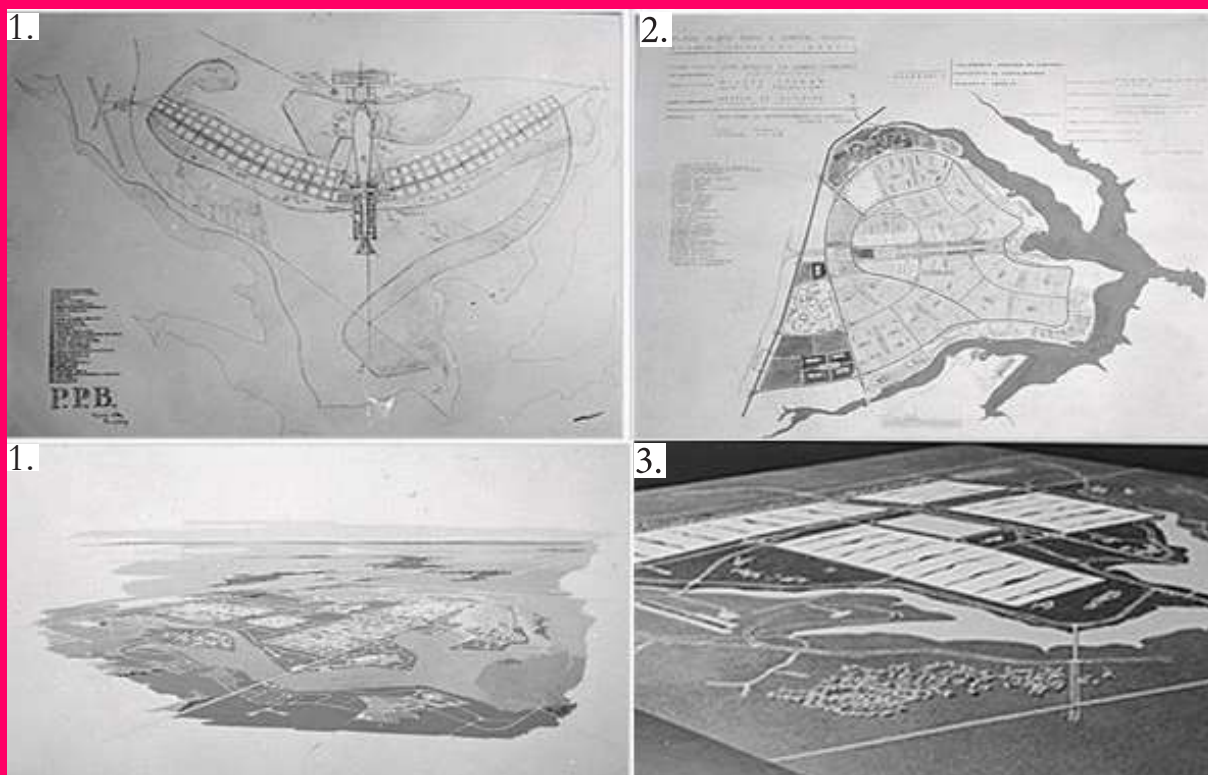


Figura 10 - Alguns dos projetos apresentados para o concurso do Plano Urbano para a cidade de Brasília, de 1956. 1) Plano do Arquiteto Lúcio Costa. 2)Plano do Arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo. 3)Plano dos Arquitetos Boruch Milmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves. 4)Plano do Arquiteto Milton C. Ghiraldini. (Concurso para o Plano Piloto.Wikipedia)

A prática em concursos ganhou ainda mais força nos últimos 30 anos, à medida que o mundo se tornou cada vez mais globalizado e o acontecimento da Internet facilitou a internacionalização dos concursos. A revolução digital abriu múltiplas possibilidades para a promoção, disseminação, publicação, networking e compartilhamento de ideias. Tudo isso iniciou um processo que mudou a cultura dos concursos públicos e a atuação da prática projetual (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015).

São inúmeros os exemplos de obras e concursos realizados. Essa prática se tornou tão frequente atualmente que quase todos os grandes escritórios de arquitetura, design e mais recentemente paisagismo tem quase como “obrigação” corrente a participação em concursos. O arquiteto Shohei Shigematsu, sócio do famoso escritório de arquitetura Office for Metropolitan Architecture – OMA - e vencedor de muitos concursos internacionais chega a dizer sobre o assunto que parece não haver futuro, para OMA e para muitos dos “short-listed offices”, a não ser participar em competições de design (Chupin, Cucuzzella, & Helal, 2015, p. 12).

Nesse sentido a prática de concursos desperta opiniões interessantes naqueles que participam dessa modalidade de trabalho. No cenário atual, os concursos são quase como uma música a ser tocada e, ou entra-se no ritmo ou não se consegue dançar. Muitos sentem como uma “uma faca de dois gumes”: ao mesmo tempo em que trazem benefícios para a prática, abrindo uma janela de oportunidades inéditas, as incertezas também são muito grandes (estar à mercê de um júri é uma delas).

Michael Van Gessel destaca:

And that brings me to the drawback of competitions. They often have a lottery element in them. It depends so much on the jury. That is why you always have to investigate the members of the jury before even considering to participate. (...) And even then it is very difficult for the jury members let alone lay people to judge new concepts – to see their value, to see they are something new. Why is that so? Because new concepts are in the best cases not always directly visible. They are a subtle transformation of presents ideas onto a new level. If they are directly clear, they are often conceived as hard or not harmonious. In the best case as unfamiliar (Van Gessel in Concursos Perdidos, 2011, p. 9).

É natural, também, que exemplos mal sucedidos de competições também existam. Como já referido, o júri nem sempre consegue julgar ou perceber claramente aquilo que lhes está adiante. Um famoso exemplo disso foi a escolha, em 1927 para o Palácio das Nações Unidas em Genebra (Figura 11) de um projeto extremamente convencional, de estilo já ultrapassado, neoclassista, assinado por Nemot e Flegeneheimer, em detrimento de projetos



Figura 11 - Palácio das Nações Unidas em Genebra. (Escritório das Nações Unidas em Genebra. Wikipédia)



Figura 12 - Desenho de Le Corbusier para o concurso do Palácio das Nações Unidas de 1927. (Fondationlecorbusier)

modernistas com grande potencial, nomeadamente, daqueles apresentados, em ocasião do concurso, por Le Corbusier (Figura 12), Hannes Meyer e Richard Neutra (Chupin, Cucuzella, & Helal, 2015, p. 14).

Há sempre uma componente de imprevisibilidade nos concursos, que faz com que a participação seja sempre uma aposta, um risco a ser tomado, se considerar o grande investimento de tempo e equipe que esse tipo de procedimento demanda a um ateliê. A arquiteta fundadora da Farshid Moussavi Architecture e professora de Prática de Arquitetura na Harvard University Graduate School of Design, assim como Michael Van Gessel, levanta a questão de que o resultado dessas competições podem não ser assim tão imparciais e lógicos, e que perder a competição pode ter menos a que ver com a sua performance do que com o teatro da imprevisibilidade dentro da qual as competições se desenrolam (Moussavi, 2013).

Ainda assim, os concursos são cruciais para o sucesso de muitos ateliês, tanto para a manu-

tenção dos grandes quanto para os que começaram a prática agora e esperam uma chance para decolarem.

Farshid Moussavi reflete em um artigo para a revista “The Architecture Review”:

Competitions are driven by the desire to go beyond what already exists – unthought-of architecture – whereas commissions are mostly demand-driven and often by those of the market. We could say that competitions are to everyday architecture what competitive sport is to everyday fitness training. Competitive sports break existing human boundaries and set records for bodily capacities. Similarly, architectural competitions are invitations to make conceptual leaps and to open new frames, speeds and scales through which we perceive space and time (Moussavi, 2013).

Já o arquiteto paisagista João Nunes, fundador da PROAP, destaca a importância dos concursos para a manutenção interna da própria equipa do ateliê:

Os concursos são, por excelência, momentos de grande cumplicidade, de formação de uma equipa. São situações de uma intensidade e vibração incriveis e de enorme esforço e boa vontade de todos os intervenientes. São igualmente, momentos de intensa formação para elementos menos experientes e de construção das relações de entendimento e cumplicidade que constituem, na sua essência, a equipa de projeto (Concursos Perdidos, 2011, p. 12).

Essa modalidade de trabalho, portanto, possui maneiras únicas de motivar o trabalho de criação e abre espaço para novas formas e liberdades que o trabalho por comissão direta não permite, além de incentivar a ir além, pensar “fora da caixa”, como um meio de se destacar entre os outros trabalhos concorrentes. Os concursos são uma forma de trazer inovações e permitir o trabalho criativo em equipe sem as amarras de um projeto por comissão direta. Ao mesmo tempo tenta trazer o conceito de transparência e imparcialidade junto com a ideia do “que vença o melhor”.

Não obstante as ressalvas apresentadas, essa forma de promover o trabalho de criação continua a ser uma boa maneira de atuação para os profissionais da área. Também se apresentam como uma mais-valia para a população em geral que serão usuárias diretas ou indiretas dos espaços criados, pois as mesmas só têm a ganhar com a busca competitiva pela melhor forma possível para os espaços em questão.

No âmbito das políticas públicas é uma maneira, em teoria, imparcial, de se realizar contratos com escritórios de criação, escolhendo “a melhor opção” entre vários projetos para a construção de espaços que irão impactar e influenciar a vida das pessoas, do meio ambiente e das cidades.

Os concursos, portanto, mesmo apresentando desvantagens, são uma ferramenta muito em voga com o tempo atual. A facilidade de comunicação, divulgação e transparência possibilitada pelo acesso à internet, a possibilidade de fomentar o diálogo e estimular respostas “fora da caixa”, a oportunidade de gerar um trabalho em equipe e interdisciplinar e desafiar a quebra de barreiras e ideias pré-estabelecidas, faz dos concursos uma tendência sempre mais forte no trabalho de criação.

3 - Concursos em Arquitetura Paisagista

3. Concursos em Arquitetura Paisagista

Enquanto concursos em arquitetura são quase tão antigos como a profissão em si, a história da prática em concursos de arquitetura paisagista é muito mais atual e acompanha as mudanças de paradigmas que marcaram o fim século XX e continuam a marcar o século XXI. Assim como a profissão do arquiteto paisagista é relativamente recente, a criação de concursos cujo foco principal se dá no âmbito da arquitetura paisagista também é recente. Enquanto a valorização da concepção de edifícios já está consolidada desde muitos séculos atrás, vide os inúmeros concursos realizados ao longo da história dessa atividade, a valorização dos espaços abertos de caráter público e, conseqüentemente, a busca por projetos que respondesse às demandas dessa nova necessidade, só começou depois da revolução industrial, quando surge a preocupação vital em tornar as cidades mais saudáveis para seus habitantes.

Dessa forma passou-se gradualmente a valorizar não somente a concepção e inovação de edifícios, mas também de parques, orlas ribeirinhas e marítimas, estruturas verdes, campos, praças, concepções paisagistas de vias e estradas, espaços exteriores e zonas de convívio público abertas em geral. A preocupação com as mudanças climáticas, a diminuição de florestas, o desequilíbrio dos ecossistemas e a forma acelerada e inconsequente com que as cidades cresceram nesses últimos decênios vieram por acrescentar ainda mais importância à atividade da arquitetura paisagista, que se apresenta como um mitigador desses problemas. É nesse cenário que, nos últimos 40 anos, a arquitetura paisagista vem ganhando força e reconhecimento, a um nível europeu, através dos concursos (Concursos Perdidos, 2011). Lisa Diedrich, especialista em arquitetura paisagística contemporânea europeia reflete sobre:

O espaço exterior urbano mudou-se para o centro de interesse como um espaço físico, onde a vida urbana toma lugar, mas também como um espaço relacional, estabelecendo ligações entre diversos elementos, materiais e imateriais, da cidade, entre edifícios de diferentes épocas e usos variados, entre arquitetura e infra-estrutura, entre construções artificiais e elemento naturais, entre o solo e atmosfera, entre os processos e práticas, entre memórias e expectativas... A arquitetura paisagista entrou neste palco com o seu próprio conhecimento disciplinar e ideias sobre o espaço exterior urbano, desde então explicitamente expressos e documentados em procedimentos à escala europeia de participações em concursos (Concursos Perdidos, 2011, p. 10).

Os primeiros profissionais a designarem-se por arquitetos paisagistas foram os americanos Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted, justamente durante a participação

para um concurso de projetos para o Central Park de Nova Iorque, em 1858 (Centro de Estudo de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”, 2010, p. 80). A partir daí, o estabelecimento dessa profissão foi gradual, sendo o primeiro registo de estabelecimento do título profissional realizado em 1899, pela fundação da American Society of Landscape Architects. Posteriormente surgem a associação profissional alemã – Bund Deutscher Landschaftsarchitekten (BDLA), a associação profissional dos Países Baixos – Nederlandse Vereniging voor Tuin- en Landschapsarchitectuur (NVTL), a Institute of Landscape Architecture, associação do Reino Unido e a associação profissional norueguesa - Norske landskapsarkitekters forening (NLA), fundadas, respectivamente, em 1913, 1922, 1926 e 1929 (Centro de Estudo de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”, 2010, p. 80). Em 1948 nasce a IFLA, International Federation of Landscape Architects, organização criada para promover a prática da arquitetura paisagista a nível global.

À medida que mais profissionais se formavam e ganhavam mais espaço de atuação também começaram a aparecer em competições e trazer as suas ideias e princípios à mesa. Introduzir problemáticas do campo do paisagismo aos programas dos concursos trouxe a possibilidade de difundir ainda mais o trabalho do arquiteto paisagista e a sua maneira de pensar, até então pouco difundida. Lisa Diedrich defende que nesse sentido o concurso internacional para Parc de la Villette em Paris em 1982 foi um marco decisivo:

Amplamente participado por arquitetos, também recebeu um grande número de participações de arquitetura paisagista – seguramente porque solicitava um projecto de um parque, âmbito central da atividade da arquitetura paisagista. Mas, fez mais: declarou o parque da cidade como um elemento crucial para o desenvolvimento urbano de uma cidade que queria integrar terrenos industriais abandonados – uma directriz que foi rapidamente aceite por todas as metrópoles da Europa – e, assim, catapultou arquitetos paisagistas para o quadro de profissionais europeus dos quais se esperavam respostas valiosas. Pela primeira vez, os ateliers de arquitetura paisagista atravessaram fronteiras e competiram com os seus colegas do estrangeiro. Pela primeira vez, na era pré-internet, o projecto e a produção da arquitetura paisagista foram comunicados pela Europa através de revistas, literatura e congressos (Diedrich, L. in (Concursos Perdidos, 2011, p. 11).

O concurso para o Parc de La Villette atingiu dimensões enormes e foi tão publicitado que recebeu a participação de profissionais de 41 países. O júri internacional, composto por 21 membros sob a presidência do arquiteto paisagista Roberto Burle Marx, incluiu também arquitetos paisagistas como Pierre Dauvergne, Paul Friedberg, Jacques Simon e Hans Friedrich Werkmeister (Baljon, 1992). Na ocasião, o Centro Pompidou, em Paris recebeu uma exposição aberta ao público para conhecerem os trabalhos dos participantes



Figura 13 - Painel apresentado por Rem Koolhaas. (OMA)



Figura 14 - Painel apresentado por Jean Nouvel. (Centre Pompidou)

do concurso. Os arquitetos paisagistas Bernard Lassus e Gilles Vexlard, com suas equipes fizeram parte do grupo dos nove selecionados, juntamente com Rem Koolhaas (figura 12), Jean Nouvel (figura 13) e Bernard Tschumi, para avançarem a segunda fase de escolha do projeto final (Champenois, 1983).

Mesmo que ao fim do concurso, o vencedor tenha sido o arquiteto Bernard Tschumi, as questões centrais levantadas e trabalhadas pela visão da arquitetura paisagista ganharam uma dimensão internacional com a divulgação do concurso do Parc de la Villette. Os arquitetos paisagistas que participam desse concurso foram reconhecidos pelos seus trabalhos e acrescentaram ainda mais peso e importância à profissão, bem como evidenciaram a sua indispensabilidade no planejamento e projeto sustentável.

Assim sendo, à medida que a profissão do arquiteto paisagista era estabelecida, também os concursos cuja questão central está em torno da arquitetura paisagista também começava a tomar mais espaço. Como num círculo que se alimenta e é alimentado e onde não se distingue o ponto de princípio, os concursos foram e, ainda são, responsáveis por colaborar amplamente para o reconhecimento e consolidação da prática profissional e dos valores associados a ela, ao mesmo tempo em que o próprio reconhecimento e consolidação da prática profissional e dos valores associados a ela acabam por alimentar a criação de mais concursos.

Os temas abordados por arquitetos paisagistas, antes raramente trabalhados em concursos, vêm gradualmente ganhando mais espaço

à medida que se reconhece a sua indispensabilidade para o desenvolvimento sustentável. O aumento da preocupação com o clima, com a qualidade de vida das cidades, com soluções sustentáveis, com a relação com a água e o território, com o ecossistema e a manutenção e preservação das espécies, fez com que esses temas fossem colocados em debate em escala global, virando um assunto recorrente nas políticas públicas, nas pesquisas científicas, nas pesquisas acadêmicas e na sociedade em geral.

Nesse sentido os concursos atenderam perfeitamente a essa nova busca por respostas diferentes daquelas antes usadas para as soluções urbanas. A possibilidade de receber diversas propostas para um problema até então sem uma solução que responda aos desafios da atualidade torna a prática ideal para situações assim. Alguns concursos emblemáticos podem ser citados como exemplificadores justamente dessa mudança de paradigma que o nosso século vem sofrendo.

Em 2009, por exemplo, a BCDC - Comissão de Conservação e Desenvolvimento da Baía de São Francisco patrocinou um concurso internacional de ideias em busca de estratégias para lidar com a elevação do nível do mar. O concurso recebeu o nome de Rising Ties e contou com a participação de 130 equipes de 18 países diferentes (Competitions-Archive LLC). A competição buscava propostas que repensassem a maneira de construir novas comunidades em áreas suscetíveis a futuras inundações, que reabilitasse e adaptasse valiosas infraestruturas costeiras públicas, que protegesse as comunidades existentes contra inundações, que protegesse áreas de inundação e que conseguisse antecipar mudanças nas configurações da linha costeira. Concursos com grande publicitação como esse acabam por elevar o debate sobre questões tidas como centrais na arquitetura paisagista e influenciam outros novos concursos e novos investimentos e pesquisa nesse campo de atuação.



Figura 15 - Algumas imagens apresentadas pelos seis vencedores do concurso Rising Ties da BCDC. (Competitions-Archive LLC)

4 - **Concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista em Portugal**

4.1. O arquiteto paisagista na atuação pública

4.2. Concurso Internacional para a Concepção do Parque do Tejo e Trancão

4.3. Concurso Público de Concepção em Portugal e o Código de Contratos Públicos

4. Concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista em Portugal

4.1. O arquiteto paisagista na atuação pública

A figura do arquiteto paisagista é ainda recente se comparada com a figura do arquiteto clássico. Consequentemente, a atuação dessa profissão nas necessidades do setor público também é bastante recente em comparação com outras profissões de atividade projetual. A própria história do surgimento do curso em Portugal está ligada a demandas desse mesmo setor. Foi da procura por um profissional habilitado que pudesse atuar na Divisão de Jardins da Câmara Municipal de Lisboa que o professor André Navarro impulsionou o então estudante de Engenharia Agrónoma, Francisco Caldeira Cabral, a realizar o curso em Arquitetura Paisagista no Institut für Gartengestaltung da Friedrich Wilhelm Universität, em Berlim (Andresen, 2003). Após a sua formação, Caldeira Cabral regressou ao Instituto Superior de Engenharia Agrónoma e fundou o primeiro curso livre em Arquitetura Paisagista do País.

Os arquitetos paisagistas da primeira geração, formados na sequência da criação do primeiro curso fundado pelo Professor Francisco Caldeira Cabral, em 1941, começaram a atuar nos diversos campos de intervenção da paisagem e se destacaram no setor público. Em Lisboa, Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes e posteriormente Álvaro Dentinho, Souza Câmara, Marques Moreira, atuaram como funcionários da Câmara Municipal na Divisão de Arborização e Jardinagem - por volta dos anos 50 - e, posteriormente, no Gabinete de Estudos de Urbanização - final dos anos 50, início anos 60 - e depois no gabinete Técnico da Habitação - criado em 1969 (Andresen, 2003, p. 215). Destaca-se também uma passagem de Andresen acerca do tema:

A par com a Câmara Municipal de Lisboa, a actuação profissional dos arquitectos paisagistas enraizou-se na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGDU) na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas (DGSA) e também na junta de Colonização Interna. (...) Na DGSU, os arquitectos paisagistas realizaram projectos vários de parques e jardins para as câmaras do País assim como elaboraram diversos planos (Andresen, 2003, pp. 80-81).

Fica assim evidente a importância da presença da arquitetura paisagista no setor público e como este foi um impulsionador para o reconhecimento da atividade em si, que então



Figura 16 - Grupo A. (Fundação Calouste Gulbenkian)

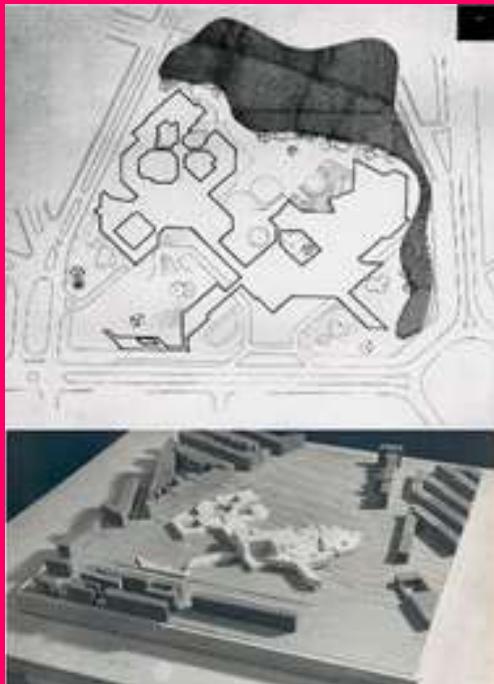


Figura 17 - Grupo B. (Fundação Calouste Gulbenkian)

estava começando a surgir.

A atuação dos arquitetos paisagistas da primeira geração no setor público deve ser contextualizada com a situação política em vigor à época. Portugal viveu em um regime ditatorial até 1974 e, portanto, até a instauração de políticas públicas a par de um regime democrático, os profissionais do setor de construção e projeto tiveram de atuar conforme as leis arbitrárias e tendenciosas do Estado Novo. Sendo assim, no que diz respeito aos concursos públicos que temos registro da época, não podemos considerá-los para análise conforme os moldes atuais, pois estavam sujeitos a outros poderes que poderiam intervir nas decisões de modo impositivo e tendencioso. Conforme mencionado anteriormente, é fundamental o estado democrático para o estabelecimento de concursos públicos, de modo a garantir a imparcialidade e o não favorecimento de interesses individuais ou partidários.

Ainda assim, é interessante destacar que, na história da atuação das primeiras gerações de arquitetos paisagistas em Portugal, duas das maiores obras realizadas por esses profissionais surgiram de concursos de concepção. O Estádio Nacional e a sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian, obras que simbolizam a arquitetura paisagista da primeira geração no País, foram ambas lançadas como concursos em 1934 e 1960, respectivamente.

O concurso para a nova sede da Fundação Gulbenkian contou com a participação de três equipas de arquitetos convidados. A primeira equipa, formada pelo Grupo A (figura 16), era composta pelos arquitetos Ruy

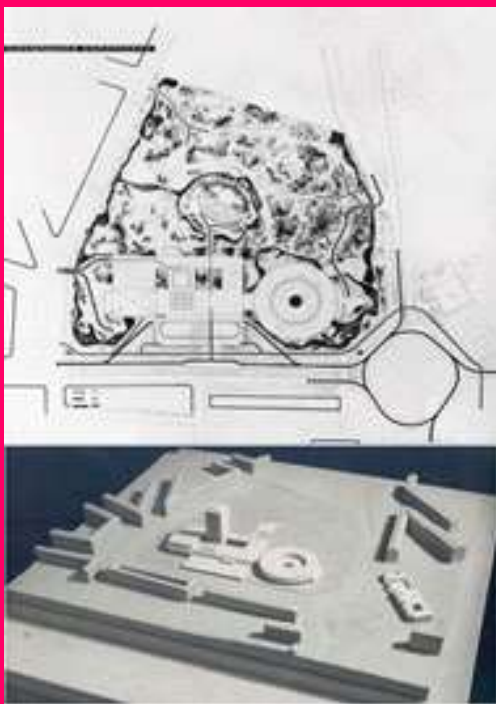


Figura 18 - Grupo C. (Fundação Calouste Gulbenkian)

Athouguia, Alberto Pessoa e Pedro Cid. A Equipe B (figura 17) era composta pelos arquitetos Arménio Losa, Luís Pádua Ramos e Formosinho Sanchez e a equipa C (figura 18), composta pelos arquitetos Arnaldo Araújo, Frederico Jorge e Manuel Laginha. Durante a fase de concepção a equipa A, vencedora do concurso, contou com a colaboração do arquiteto paisagista António Facco Viana Barreto. Viana Barreto considera que sua experiência prévia e conhecimento de plantações e coberturas ajardinadas foi um ponto chave para a sua participação:

(...) foi convidado por Ruy Athouguia para participar no anteprojecto da Gul-

benkian, em especial no referente à definição preliminar da vegetação a manter e, sobretudo, em relação ao tratamento a dar ao revestimento vegetal da cobertura da área de estacionamento subterrâneo que se previa uma superfície com cerca de 7000m². Nesse tempo, não era muito comum a construção de estacionamentos subterrâneos, em particular com uma área tão vasta. Porém, a experiência que já tinha neste tipo de revestimento facilitou então a nossa participação no projecto (Barreto, p. 214).

Viana Barreto, portanto tem um papel fundamental na concepção de um jardim de cobertura, ponto chave do projeto e que certamente influenciou na escolha do júri para o prêmio de primeiro lugar. Segundo um trecho disponibilizado no site oficial da Fundação Calouste Gulbenkian, escrito com base no Arquivo Morto do Serviço de Projetos e Obras da Fundação Calouste Gulbenkian, a participação oficial de Viana Barreto e Ribeiro Telles acontece em 1961, um ano depois da escolha da equipa de arquitetos, quando o Eng. Guimarães Lobato propõe a Azeredo Perdigão a contratação de dois técnicos para a realização de estudos e projetos ligados ao arranjo do Parque de Santa Gertrudes – futuro jardim da Fundação Gulbenkian e local da sede e museu.

Na concepção do Estádio Nacional, a colaboração do “pai da arquitetura paisagista portuguesa” foi fundamental e mudou o rumo do projeto aprovado inicialmente. Com suas ideias inovadoras e visão integral do território e das componentes que envolviam os terrenos do Estádio Nacional, Caldera Cabral pode confrontar e questionar o projeto vencedor do concurso e assim apresentar propostas mais adequadas ao projeto.

É inegável que sem a atuação dos profissionais em arquitetura paisagista – no caso do estádio nacional, o Professor Caldeira Cabral e no Jardim da Gulbenkian, Vianna Barreto e Ribeiro Telles - essas construções não seriam os exemplos emblemáticos que são, de obras bem sucedidas que se tornaram referências e modificaram a história da arquitetura paisagista.

Andresen considera inclusive que a obra do Estádio Nacional (figura 19), inaugurou a história da prática da arquitetura paisagista em Portugal (Andresen, 2003, p. 60). A importância da atuação desses arquitetos paisagistas fica especialmente evidente quando se analisa os trabalhos apresentados durante o concurso de concepção e o que foi realizado após as intervenções desses profissionais. O Estádio Nacional é particularmente um exemplo claro disso, pois foi por meio de insistentes críticas e apresentação de novos estudos que Caldeira Cabral conseguiu modificar por completo o projeto aprovado inicialmente na sequência do concurso realizado, retirando a proposta inicial de construção no vale e propondo uma nova disposição de construção que acompanha o terreno e cria um parque que se estende pelo vale e pelas encostas (Andresen, 2003).

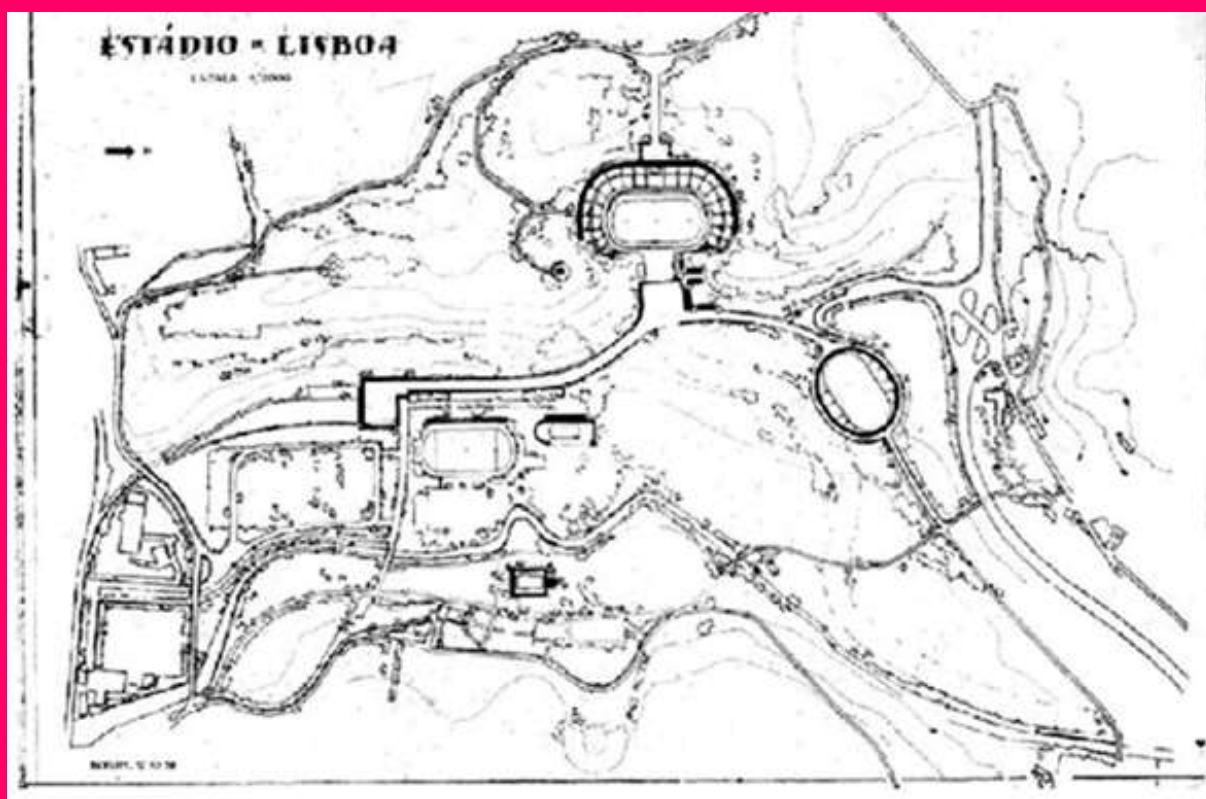


Figura 19 - Projecto de Caldeira Cabral e Wiesner, datado de 12 de Outubro de 1938. Prof. Francisco Caldeira Cabral - Portal Jardim)

4.2. Concurso Internacional para a Concepção do Parque do Tejo e Trancão

O Concurso Internacional para a Concepção do Parque do Tejo e Trancão representa um marco para a história e evolução dos concursos públicos em Arquitetura Paisagista em Portugal. Lançado em 1994 e, portanto, antes da elaboração do Código de Contratos Públicos de 2008, o concurso tinha como objetivo encontrar uma proposta de um parque de grande qualidade que se alinhasse com o conceito global da EXPO 98¹.

Os enormes desafios que se apresentavam levando em conta as condições em que se encontrava e os planos desejado para o local, nomeadamente os problemas inerentes dos usos que ali estavam estabelecidos, como as estações de tratamento de efluentes e resíduos sólidos, o uso industrial, a desconstrução do imaginário do local como uma zona de lixo e mau cheiro, a previsão de uma ponte de enorme dimensão e o estabelecimento de um complexo urbanístico de qualidade (Castel-Branco & Walker, 1998), demandavam um esforço até então sem precedentes no contexto português. A decisão, portanto de abrir um concurso de dimensões internacionais para a escolha da equipe que seria responsável por esse enorme desafio mostrou-se como mais apropriada:

Uma vez definido o objectivo do parque, havia que definir a quem deveria ser atribuída a elaboração do seu projecto. Tendo em conta o grau de complexidade da tarefa e o elevado nível de qualidade dos projectos de outros elementos vitais da Exposição (como sejam o Pavilhão dos Oceanos por Chermayeff, a estação do Oriente por Calatrava, o Pavilhão da Utopia por Regino Cruz e SOM, Inc. e o Pavilhão de Portugal por Siza Vieira), determinou-se que a competição internacional seria o melhor mecanismo a adoptar. Um benefício adicional do concurso internacional foi a promoção pública, no domínio da arquitectura paisagística, de uma área da total competência desta profissão (Castel-Branco & Walker, 1998, p. 48).

Sete empresas/ateliês de arquitetura paisagista foram convidados a participar: os portugueses Luis Rodrigues Cabral, Gonçalo Ribeiro Telles e Sidónio Pardal, o ateliê alemão Luz & Partners, o ateliê inglês Derek Lovejoy Partners e os ateliês americanos Hargreaves Associates e Sasaki Associates (Castel-Branco & Walker, 1998).

O concurso, já mencionado neste trabalho, para o Parc de la Villette, de 1982, serviu como modelo “uma vez que não existia precedente desta dimensão em Portugal relativamente a concursos de planos directores de reabilitação ambiental e integração paisagística (Castel-Branco & Walker, 1998, p. 48).”

O programa do parque¹, elaborado no ano anterior ao lançamento do concurso, deman-

1 Programa do Parque do Tejo e Trancão, A.C.B., Lda., Lisboa, 1993



Figura 20 - Imagem da proposta de Hargreaves Associates/PROAP. (Castel-Branco & Walker, 1998)



Figura 21 - Imagem da proposta de Hargreaves Associates/PROAP. (Castel-Branco & Walker, 1998)

dava respostas aos novos paradigmas e desafios dos tempos atuais. Os desafios propostos pelo programa marcaram o anseio de estabelecimento de uma nova relação da cidade com a paisagem: “(...) foram definidos três objetivos principais: resolver a disposição geral de um parque urbano que integrava infraestruturas existentes, tais como o aterro sanitário; servir uma população suburbana próxima e um mais vasto conjunto de utilizadores metropolitanos; e reportar-se ao tema global da Exposição, os oceanos e a sua componente de conscientização ambiental (Castel-Branco & Walker, 1998, p. 49).”

O júri era composto por seis membros da equipa do Parque EXPO, sendo um arquiteto paisagista, um especialista em planeamento urbano, um especialista em urbanizações, um especialista em marketing, um especialista em construção e um consultor internacional em arquitetura paisagista, um arquiteto paisagis-



Figura 22 - Imagem da proposta de Sasaki Associates, Inc., (Castel-Branco & Walker, 1998)

ta representando a Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas, um representante da Câmara Municipal de Loures, um representante do Ministério do Equipamento, planeja-mento e Administração do Território, um representante do Ministério do Ambiente e um crítico internacional de integração paisagística (Castel-Branco & Walker, 1998, p. 51). Esta criteriosa escolha da composição permitiu um júri sensível às questões da paisagem e que conseguisse entender e enxergar as melhores respostas e escolher as propostas que melhor corresponderam às demandas do programa. O primeiro lugar do concurso foi atribuído ao consórcio Hargreaves/PROAP (figura 20 e 21) e o segundo à Sasaki Associates, Inc (figura 22).

O pioneirismo do Concurso Internacional para a Concepção do Parque do Tejo e Trancão com protagonismo da arquitetura paisagista em uma escala até então nunca vista estabeleceu uma nova relação dos concursos em arquitetura paisagista que certamente influenciou toda uma nova geração de concursos no contexto português. O parque se tornou uma referência na cidade e a grande publicitação gerada pelo concurso e por todo contexto que o envolvia na ocasião da EXPO 98' gerou destaque às equipas concorrentes e principalmente à equipa vencedora. O Arquiteto Paisagista João Nunes, representante da PROAP diz em entrevista para este trabalho (Anexo III) que o concurso para o Parque do Tejo e Trancão foi sua porta de entrada para os concursos internacionais. A Arquiteta Paisagista Cristina Castel-Branco, responsável pela organização e membro do júri na ocasião do concurso diz também em entrevista para este trabalho (Anexo III) que o concurso serviu como modelo para outros concursos internacionais em arquitetura paisagista que vieram a seguir em Portugal, especialmente em termos da organização dos cadernos de encargos, uma vez que não havia precedentes para esse tipo de concurso.

4.3. Concurso Público de Concepção em Portugal e o Código de Contratos Públicos

Para esta dissertação escolheu-se focar nos concursos de concepção de iniciativa pública por dois fatores principais. O primeiro está ligado ao objetivo principal desta tese, que é o de inquirir, de modo quantitativo e qualitativo, o investimento que está a ser dado por parte do estado aos trabalhos de concepção em arquitetura paisagista. O segundo é uma questão metodológica: uma vez que esses concursos possuem a obrigatoriedade de serem publicados no Diário da República¹, torna-se seguro a recolha de dados nesse sentido. Sendo assim, será feito um inquérito acerca da atuação da arquitetura paisagista, e o investimento que o poder público vem dando nesse campo de trabalho, utilizando a base de dados disponível publicamente.

É claro que os concursos de iniciativa privada também configuram como ótimos objetos de estudo e aprofundamento, mas esses são sensivelmente mais incomuns no panorama português e, portanto, existem em menor número e, conseqüentemente, resultam em um número insuficiente para a possibilidade de um inquérito. Além disso, as regras e a publicação do concurso ficam a escolha dos adjudicantes privados e, portanto, não sendo estes vinculados às leis do Código de Contratos Públicos, os mesmos podem definir as regras que lhes forem mais convenientes.

Podemos citar como exemplo mais recente desse tipo de iniciativa privada, o Concurso Internacional de ideias para o alargamento do Jardim Gulbenkian, lançado em 2019 (Figura 23). O júri do concurso foi presidido pelo arquiteto Gonçalo Byrne. A proposta vencedora foi a do arquiteto japonês Kengo Kuma, em associação com o arquiteto paisagista libanês Vladimir Djurovic. O concurso contou com a participação de outros 11 ateliês, sendo eles: Aires Mateus (com colaboração do ateliê de arquitetura paisagista PROAP), Barbas Lopes (com colaboração do ateliê de arquitetura paisagista Baldios), Carla Juaçaba (com colaboração do arquiteto paisagista Robert de Paauw), Christ & Gantenbein, Inês Lobo (com colaboração da arquiteta paisagista Teresa Figueiredo Marques), John Pawson (com colaboração de Dan Pearson Studio), Junya Ishigami (com colaboração De Molfetta and Strode landscape architect), Menos é Mais (com colaboração do Atelier Global Arquitectura Paisagista), Pedro Domingos (com colaboração de F|C Arquitectura Paisagista), SAMI e

1 A revisão do CCP de 2017 adita uma nova modalidade de concurso de concepção, criando o concurso de concepção simplificado, para casos em que o valor dos prêmios, acrescidos de eventuais valores pagos no ajuste direto, não ultrapassem os 75000 euros. Nessa modalidade, as entidades adjudicantes estão livres para publicitar o concurso como lhes forem mais convenientes, sendo no mínimo obrigatório publicitarem no sítio internet da própria entidade e, portanto, não obrigatório no Diário da República.

GALERIA DE PROJETOS



Figura 23 - Imagem de divulgação dos concorrentes do concurso para o alargamento do jardim da Gulbenkian. (Fundação Calouste Gulbenkian)

Tatiana Bilbao (com colaboração de VOGT Landscape Architects)².

Iniciativas como a da Gulbenkian, entre outras de patrocinadores privados, fomentam o debate, produção e visibilidade no campo da arquitetura paisagista. Esse tipo de concurso, porém, não configura como um medidor quantitativo e qualitativo dos investimentos públicos em questões ligadas ao desenvolvimento e produção em arquitetura paisagista uma vez que se trata de atividades independentes.

² Para obter a informação acerca da colaboração dos arquitetos paisagistas foi enviado um e-mail aos arquitetos que participaram do concurso. A informação, portanto, é relativa àqueles que responderam.

No contexto europeu, a formalização legal da prática de concursos públicos aconteceu em 1992, pela diretiva comunitária 92/50/CEE, criada com a intenção de facilitar o acesso aos profissionais europeus aos concursos realizados dentro dos países da comunidade europeia. Na diretiva define-se como concursos de concepção: “Os concursos para trabalhos de concepção são procedimentos nacionais destinados a fornecer à entidade adjudicante principalmente nos domínios do ordenamento do território, do planeamento urbano, da arquitectura e da engenharia civil, ou do processamento de dados, um plano ou projecto seleccionado por um júri com base num concurso com ou sem atribuição de prémios (Directiva 92/50/CEE do Conselho de 18 de Junho de 1992, pp. artigo 1º, letra g).” Nele os serviços de arquitetura paisagista e planeamento urbano estão incluídos na categoria de serviços, junto com serviços de arquitectura, serviços de engenharia e serviços de engenharia integrados; serviços de consultoria científica e técnica afins; serviços técnicos de ensaio e análise. Esta diretiva foi posteriormente revogada pela diretiva 2004/18/CE que por sua vez foi revogada pela diretiva 2014/24/EU.

Com a criação em 2008 do Código de Contratos Públicos, Portugal estabelece, a nível nacional e com base nas diretrizes europeias, um conjunto de leis unificadas que regulamentam as atividades que envolvem os contratos públicos. O Artigo 219º, que trata especificamente de um instrumento procedimental denominado “Concursos de Concepção” do Código de Contratos Públicos nasce justamente da diretiva comunitária 92/50/CEE inicialmente referida de 1992 do Conselho Europeu.

Conforme referido, os “Concursos de Concepção” são um instrumento procedimental especial, e não um tipo de procedimento. A parte II do Código de Contratos Públicos enumera e regulamenta os tipos de procedimento que as entidades adjudicantes podem utilizar, de acordo com critérios definidos no próprio Código, com o intuito de formar um contrato público. Esses procedimentos, no total, são sete: ajuste direto; consulta prévia; concurso público; concurso limitado por prévia qualificação; procedimento de negociação; diálogo concorrencial; parceria para inovação. Já os instrumentos procedimentais especiais, apenas se destinam a enquadrar a formação de contratos públicos e, por si só, não permite a formação de um contrato, ao contrário dos procedimentos em si. São eles: concursos de concepção (objeto de estudo em questão); sistemas de aquisição dinâmicos; sistemas de qualificação; acordos-quadro (Sanchez, 2020).

Em Portugal, portanto, os concursos de concepção de iniciativa pública estão regulamentados pelo Código dos Contratos Públicos desde a sua criação em 2008. O concurso de concepção é um tipo de instrumento procedimental especial previsto no Título VI da Parte

II do CCP, artigo 219-A e seguintes.³ Esse instrumento procedimental, classificado como especial, não consiste na celebração de um contrato, conforme já referido. Serve, portanto como um meio à entidade adjudicante de “selecionar um ou vários trabalhos de concepção”, num estágio preliminar. Diferentemente do concurso público - tipologia de procedimento presente no Código de Contrato Público - por exemplo, em que entidade adjudicante seleciona a melhor proposta, ou seja, as melhores condições contratuais, o concurso de concepção escolhe a melhor proposta conceptual – segundo o júri -, independente das condições de contrato, uma vez que as mesmas ainda não estão em jogo naquele momento. Desse modo, se apresenta como uma opção às entidades adjudicantes de um instrumento legal especial para obter planos, projetos, ou criações conceptuais. O mesmo visa favorecer os participantes pela imparcialidade do decisor público criada pelo anonimato dos concorrentes. Como exemplo, a lei apresenta os “domínios artístico, do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da arquitetura, da engenharia ou do processamento de dados”, como campos possíveis em que esse tipo de procedimento pode ser realizado. Todavia, conforme interpreta Sanchez, a “lei permite que o concurso de concepção possa ser usado em qualquer caso em que o trabalho intelectual a desenvolver pelos concorrentes seja qualificado como de ‘concepção’ (Sanchez, 2020, p. 757)”.

O concurso de concepção pode servir às entidades adjudicantes duas finalidades possíveis, que devem estar publicitadas nos termos de referência. Podem ser:

1. Usar esse tipo de procedimento como uma forma de “esgotar a relação com o mercado no momento da seleção do trabalho de concepção – podendo a entidade adjudicante precisar de proceder à sua posterior concretização diretamente pelos seus serviços, o que implicará a necessidade de transmissão de direitos de propriedade intelectual (Sanchez, 2020, p. 754)”;
2. Transformar o concurso de concepção num mero pré-procedimento, destinado a determinar quem serão os participantes do futuro procedimento de ajuste direto, no qual serão definidas as condições contratuais que presidirão à prestação do serviço de concretização do trabalho de concepção e de elaboração de um projeto (Sanchez, 2020, p. 754).

A segunda opção implica em uma maior complexidade e maior remuneração uma vez que terá segmento a um contrato de aquisição de serviços. Já na primeira opção, a remuneração

3 Nascido pela diretiva comunitária 92/50 sob a designação de “concursos para trabalhos de concepção” e com traços dos artigos 78 a 82 da Diretiva 2014/24, segundo Pedro Fernández Sanchez, Direito da Contratação Pública. Volume II. Editora AAFDL. Lisboa. 2020, pp.753.

se limita a um prêmio de consagração. A escolha por uma dessas duas opções deve constar nos termos de referência do concurso.

Existem três modalidades para o concurso de concepção:

- Concurso público – modalidade preferencial uma vez que garante total anonimato dos concorrentes;
- Concurso por prévia classificação – para situações em que “a natureza dos trabalhos de concepção exija a avaliação prévia da capacidade técnica dos concorrentes.”⁴
- Concurso de concepção simplificado – essa modalidade foi acrescida em 2017, aquando da revisão do CCP, para os casos em que os prêmios (acrescidos dos eventuais preços pagos no âmbito de um subsequente ajuste direito) não ultrapassem os 75.000 euros (n.º5 do artigo 219-A).⁵

No caso do concurso de concepção simplificado a publicitação passa a ser realizada “da forma mais adequada à sua plena difusão e, no mínimo, no sítio Internet da entidade adjudicante.” (n.º4 do artigo 219.º - C). Isso significa que, enquanto o concurso público e o concurso por prévia classificação devem ser publicitado no Diário da República, o concurso de concepção simplificado fica ao critério da entidade adjudicante o local da sua publicitação, além do sítio na Internet da entidade adjudicante e, portanto, não é obrigatório o anúncio no site do Diário da República nesse tipo de procedimento.

Os concursos de concepção não configuram, em momento algum, uma obrigação procedimental por parte das entidades adjudicantes. “Inexiste qualquer indício na lei (nacional ou europeia) que sustente a ideia de que a entidade adjudicante esteja automaticamente obrigada a se socorrer deste instrumento especial (...). Nada impede o recurso a um procedimento comum para a seleção de um prestador que se obrigue a elaborar um trabalho de concepção ao abrigo de um verdadeiro contrato de aquisição de serviços (Sanchez, 2020, p. 755).”

Não sendo obrigatórios, os concursos de concepção devem, portanto, possuir vantagens para que essa modalidade se torne atrativa. As vantagens - e desvantagens - dos concursos já foram muito faladas em diversas bibliografias e estudos, bem como no primeiro capítulo

4 N.º 3 do artigo 219.º - A, segunda parte.

5 Conforme explica Sanchez: “Uma vez que esse montante corresponde ao mesmo patamar que permite, no regime geral, a adoção de procedimentos não concorrenciais (independente de se tratar de ajustes diretos ou de consultas prévias), a lei considerou apropriado libertar as entidades adjudicantes de formalidades excessivas, remetendo para a discricionariedade procedimental da entidade adjudicante a definição da tramitação a adotar, a qual fica estabelecida nos termos de referência (artigo 219.º - H).” (Sanchez, 2020, p. 758).

desta tese. Já em relação às vantagens de um concurso no contexto da entidade pública, Pedro Guilherme explica:

Um dos motivos consensuais da existência dos concursos é o da gestão da coisa pública (nomeadamente no que toca a afetação dos recursos económicos comuns). Nesse sentido os concursos são procedimentos administrativos para a aquisição de bens ou serviços e procuram reflectir uma distribuição equitativa e plural da encomenda, bem como a necessidade de transparência na aplicação dos fundos públicos, a busca pela melhor prossecução dos objetivos públicos, a participação da população e contribuições para o progresso da sociedade. Pretende-se que, através de um conjunto de regras previamente definidas (cujo grau de definição é, todavia, variado, e que vincula os concorrentes e o promotor), com acesso pressupostamente equitativo, que cada concorrente apresente a sua melhor proposta para a resolução de um mesmo problema, e cuja selecção e efectuada por um conjunto informado, qualificado e independente de pessoas (um júri) cuja obrigação e interesse é a salvaguarda e a escolha da melhor solução ao problema. A figura do concurso que era empregue tradicionalmente quando o promotor público ou privado pretendia obter algo de extraordinário tornou-se quase num imperativo legal no sistema de contratação da administração pública por força da transparência processual, do controlo da corrupção ou do favorecimento, da igualdade de oportunidade e da livre concorrência e circulação de pessoas e serviços (Guilherme, 2016, p. 45).

Os concursos de concepção procuram, portanto, ser um método seguro de obter o melhor projeto sem favorecer alguma parte específica além de ser uma forma de dar ao processo mais transparência à população. É um instrumento que, quando bem utilizado, poderá gerar imensas vantagens tanto para as entidades adjudicantes, quanto para as entidades participantes, quanto para a população em geral. Apesar de ser relativamente recente – sua prática só se iniciou há 12 anos – já tem demonstrado transformações na maneira como a arquitetura paisagista vem sendo praticada e no espaço de atuação da mesma. No capítulo a seguir foi feito uma tabela a partir das publicações de procedimento de concursos do Diário da República e desta tabela derivaram gráficos com o intuito de ilustrar de forma quantitativa as principais informações acerca dos concursos de concepção ao longo desses anos referidos.

5

Análise quantitativa dos concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista publicados desde o Código de Contratos Públicos

5.1. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista lançados por ano em Portugal desde o Código de Contratos Públicos

5.2. Frequência de Publicação de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Localização

5.3. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista realizados por CPVs

5.4. Número de Publicações de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Entidades Adjudicantes

5.5. Plataformas Eletrônicas Utilizadas nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

5.6. Modalidade dos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

5.7. Valor Global dos Prêmios nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

5.8. Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista com Publicação no JOUE

5. Análise quantitativa dos concursos de concepção em Arquitetura Paisagista publicados desde o Código de Contratos Públicos

Para o levantamento de informações sobre os concursos públicos de concepção em Arquitetura Paisagista foi utilizada a plataforma oficial do Diário da República, onde diariamente são publicitados todos os atos lançados pelo governo português, incluindo o procedimento para concurso de concepção. A plataforma possui uma ferramenta de buscas onde é possível localizar todos os concursos públicos de concepção publicados desde o Código de Contratos Públicos (CCP).

Todas as publicações devem seguir um modelo estabelecido pela Portaria n.º 701-A/2008 de 29 de julho, que traz em seu anexo VI o modelo de anúncio do concurso de concepção. A partir das informações divulgadas em cada anúncio seguindo o modelo pré-estabelecido, foram reunidas uma série de informação e dados sobre os concursos desde 2008 até hoje.¹ Essas informações foram então separadas na Tabela 1: “Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista desde o Código de Contratos Públicos”, em Anexo I.

Para separar os concursos de concepção em arquitetura paisagista de todos os concursos de concepção até então lançados foram feitas filtragens por meio de palavras-chaves, CPVs (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), buscas por especificidades técnicas, nomeadamente no campo de atuação da arquitetura paisagista e finalmente a interpretação do sumário que resume o objeto de trabalho de cada concurso. Esta seleção teve acesso somente às publicações oficiais e obrigatórias no Diário da República dos lançamentos de procedimento em estudo. Os termos de referência e anexos que acompanham cada concurso na ocasião do seu anúncio raramente são publicados para o público geral e são de acesso livre. O mais comum no caso dos concursos públicos de concepção é a utilização de plataformas-eletrônicas para permitir o acesso controlado e, muitas vezes pago, às informações mais detalhadas acerca de cada concurso e ao termo de referência em específico.

Deve-se observar, portanto que nesta seleção o critério para definir, entre os inúmeros concursos lançados, quais são os de atuação em arquitetura paisagista é, em certo grau, subjetivo pois o campo de atuação do arquiteto paisagista muitas vezes se mistura com o do arquiteto e quase sempre, como é natural, é feito com a colaboração de outros técnicos. Em quase todos os concursos o tema em questão necessita do trabalho de vários técnicos especialistas em diversos campos de atuação, seja na arquitetura civil, na engenharia ou

1 O levantamento feito no âmbito deste estudo utiliza as publicações no DRE até o dia 1 de dezembro de 2020.

precisamente, a arquitetura paisagista. Idealmente, para que essa seleção fosse mais precisa era preciso ter acesso aos todos os termos de referência dos concursos, onde informam se há obrigatoriedade de um técnico coordenador do concurso e qual deve ser o campo de atuação deste técnico.

A seleção, portanto tem em conta somente os concursos cujo tema principal, informado na publicação do anúncio de procedimento no ponto: “Identificação do trabalho de concepção” era objeto de atuação do profissional em arquitetura paisagista. Ou seja, os concursos selecionados têm como foco primário questões centrais da arquitetura paisagista. Assim sendo, a seleção feita não considera, por exemplo, concursos cujo tema principal é um edifício e eventualmente, no programa do concurso também se prevê propostas para a área exterior do edifício em questão. Além disso, como foi mencionado, a falta de acesso aos termos de referência dos concursos também impede de saber se o técnico coordenador da equipa participante do concurso é exclusivamente um arquiteto paisagista, ou um arquiteto, ou outros. Levando essas limitações em consideração, esta seleção serve como um panorama geral para medir a situação dos concursos públicos de concepção em Portugal desde o CCP mas, é preciso atentar que, por possuir critérios subjetivos de seleção, está sujeito a falhas e faltas que interpretações diferentes podem gerar.

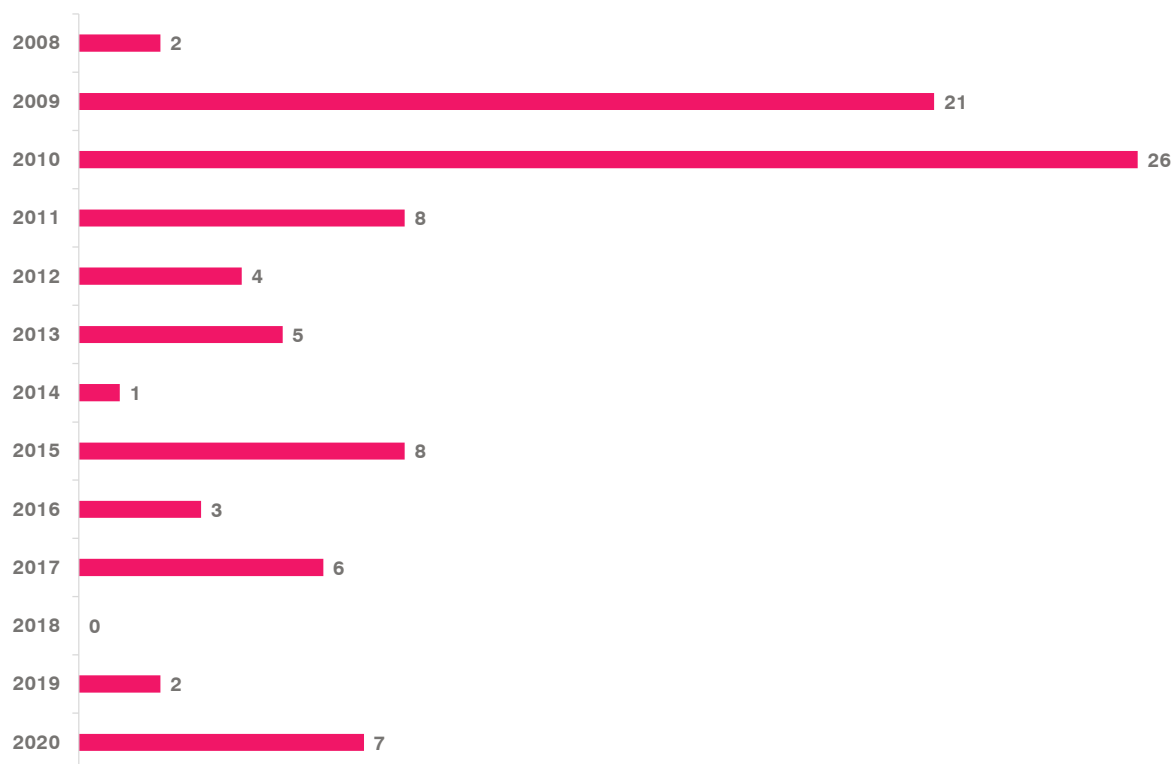
A partir de uma cuidadosa recolha de todos os concursos publicados acerca do objeto de estudo foram identificados noventa e três concursos que entraram nos critérios explicados. Todos esses concursos selecionados foram elencados na Tabela 1: “Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista desde o Código de Contratos Públicos” (Anexo I), em que ao lado constam colunas com as informações em comum possíveis de serem retiradas da publicação no site do Diário da República. Essas colunas geraram os gráficos que serão comentados nos pontos a seguir.

5.1. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista lançados por ano em Portugal desde o Código de Contratos Públicos

A partir da tabela feita com as publicações no Diário da República foi desenvolvido um gráfico que apresenta quantos concursos de concepção cujo programa central envolvia a arquitetura paisagista foram lançados de acordo com o ano. O número de concursos de concepção ao longo de 12 anos da criação do Código de Contratos Públicos variou muito, conforme se observa na tabela. Logo nos dois primeiros anos a seguir a efetivação do Código há um grande pico de concursos de concepção lançados. Esse número abaixa muito nos anos a seguir, atingindo um máximo de 8 por ano em 2011 e 2015. Em 2020, o número de concursos de concepção lançados volta a aumentar.

A média de concursos por ano nessa amostragem é de 7,75. Se contarmos, porém, a partir de 2011 e, portanto, retirarmos os três primeiros anos do CCP, a média cai para 4,40. Essa incidência de concursos em 2009 e 2010 é referente, em grande parte, aos concursos promovidos pela Polis Litoral Ria de Aveiro, Polis Litoral Ria Formosa, Polis Litoral Sudoeste e Polis Litoral Norte, conforme será mostrado em outros gráficos a seguir.

Tabela 01 - Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista lançados por ano em Portugal desde o Código de Contratos Públicos

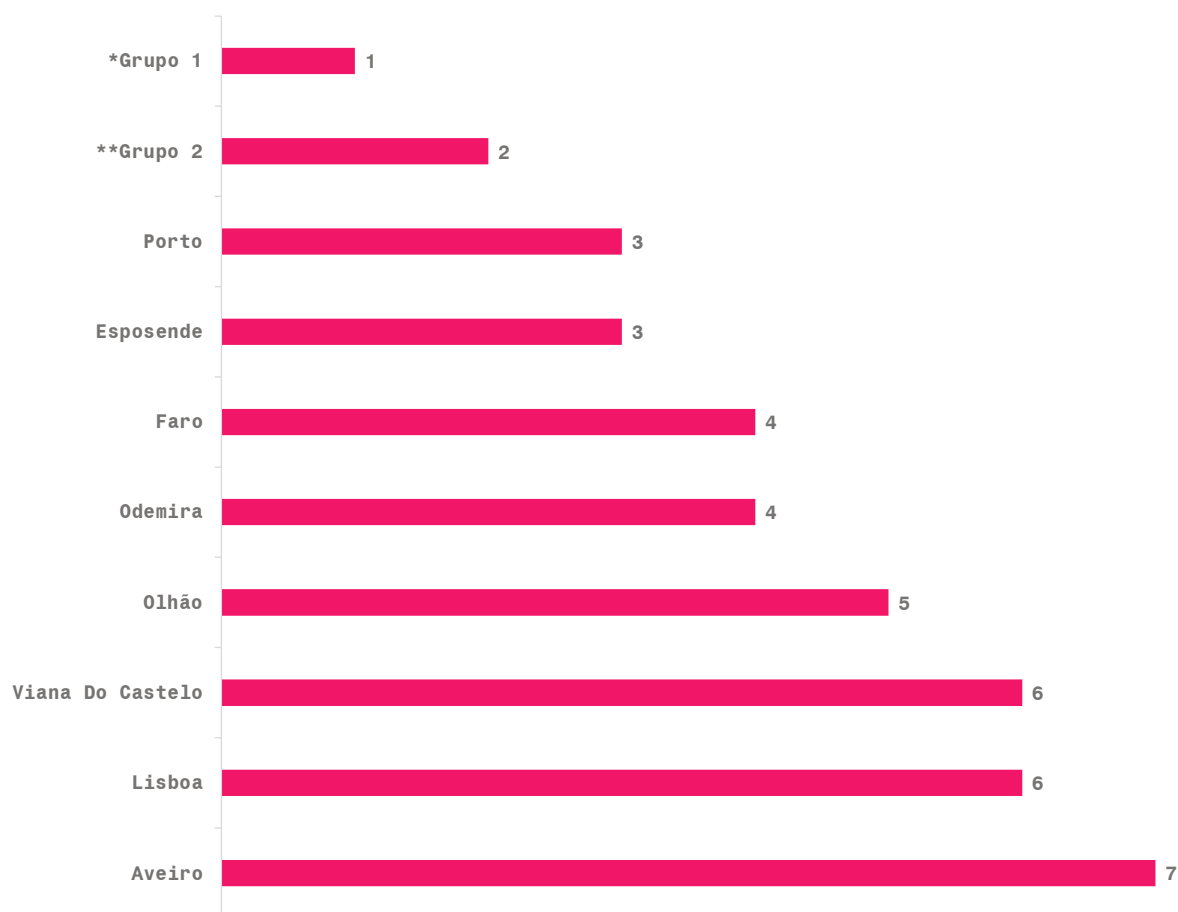


Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.2. Frequência de Publicação de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Localização

O gráfico de localizações revela que a localização mais frequente na realização de concursos de concepção é Aveiro, aparecendo sete vezes. Essa incidência de concursos em Aveiro é referente aos primeiros anos do Código de Contratos públicos, entre 2008 e 2010, onde a grande parte dos concursos lançados foi promovida pela Polis Litoral Ria de Aveiro. Em segundo lugar, Lisboa aparece com seis concursos, junto com Viana do Castelo. Observa-se que Porto, segunda maior cidade de Portugal e o quarto município mais populoso tem somente a metade de concursos publicados em comparação com Lisboa.

Tabela 02 - Frequência de Publicação de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Localização



*Grupo 1: Oleiros, Viseu, Leiria, Barreiro, Vale De Cambra, Arruda Dos Vinhos, Armamar, Oliveira De Azeméis, Águeda, Braga, Paredes, Beja, Póvoa De Varzim, Horta, Oliveira De Frades, Moura, Oeiras, Figueira Da Foz, Alcobaça, Albufeira, Arcos De Valdevez, Bragança, Ponte De Lima, Caminha, Santiago do Cacém, Vila do Bispo, Tavira, Loulé, Ílhavo, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Mira, Vila Viçosa, Almada, Lagos

**Grupo 2: Sintra, Seixal, Vila Franca De Xira, Alcácer Do Sal, Castelo Branco, Loures, Sines, Aljezur, Estarreja, Ovar

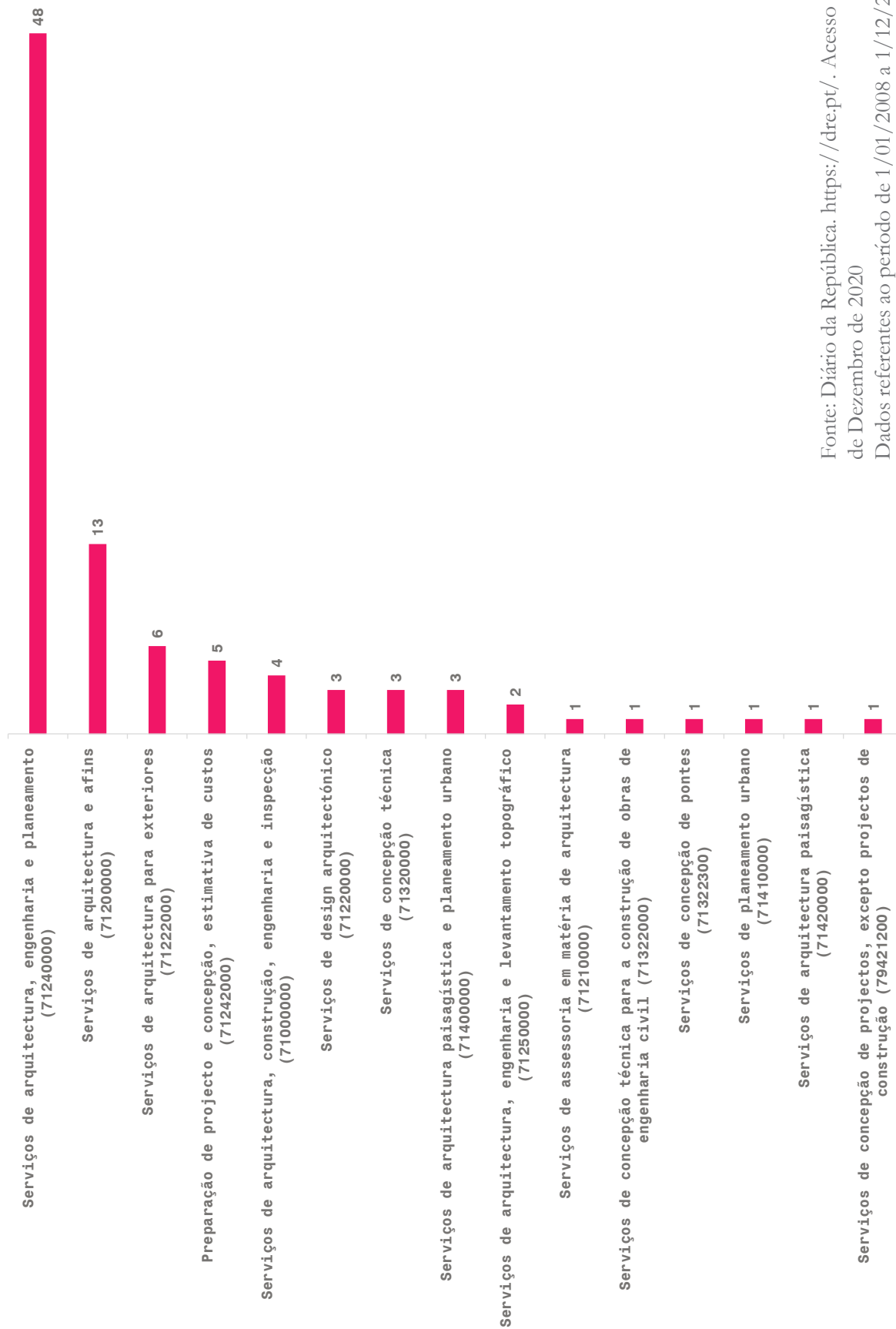
Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.3. Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista realizados por CPVs

O CPV - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos - é um código numérico que estabelece um sistema único de classificação aplicável aos contratos públicos. As autoridades e entidades adjudicantes utilizam as normas de classificação pré-estabelecidas a nível europeu para referenciar o objeto de contrato público em causa. Os CPVs são uma boa forma para encontrar os anúncios dos concursos realizados uma vez que o número estabelecido classifica a tipologia do objeto a ser tratado no concurso. Em todos os anúncios de procedimento para concursos públicos de concepção devem constar o CPV referente ao objeto tratado no anúncio.

Dito isso, mesmo que os CPVs sejam uma forma de normalizar o objeto do contrato público, no caso dos concursos públicos em arquitetura paisagista é possível ver que diversos CPVs foram utilizados para esse fim. Mesmo assim, o que de longe é o mais utilizado é o CPV que se refere a “Serviços de arquitectura, engenharia e planeamento”, seguido de “arquitetura e afins”.

Tabela 03 - Número de Concursos de Concepção em Arquitetura Paisagista realizados por CPVs



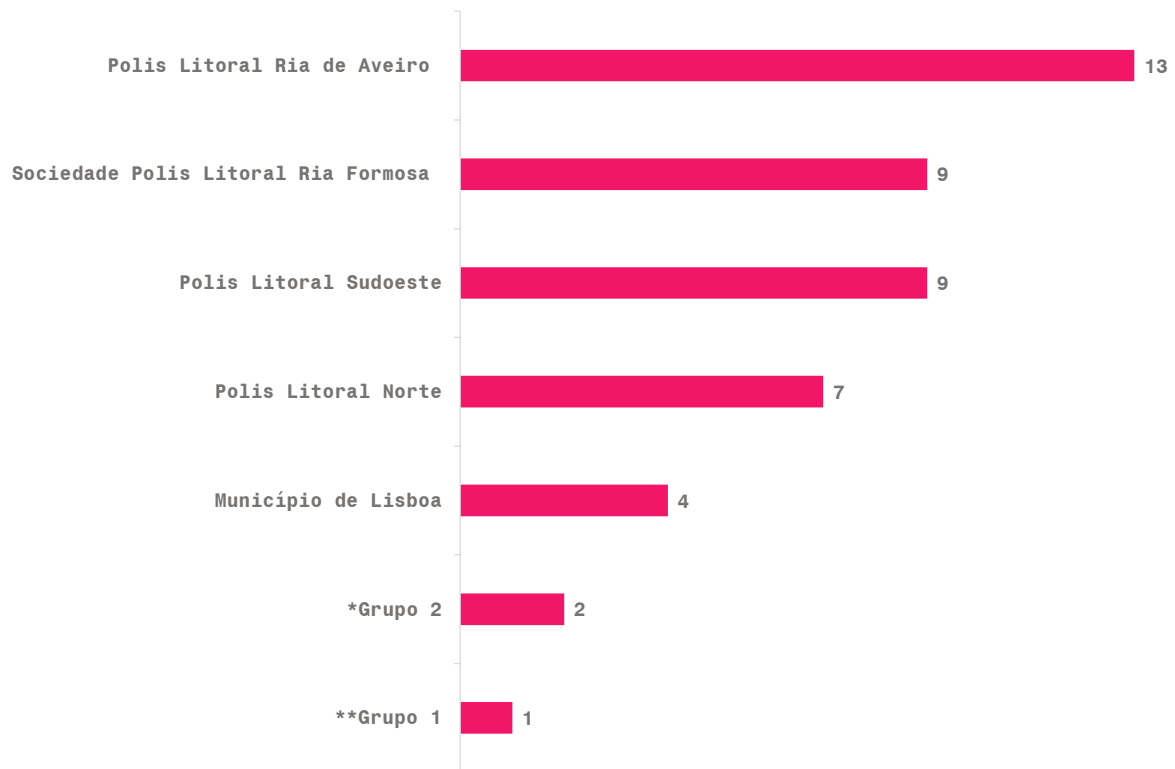
Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
 Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.4. Número de Publicações de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Entidades Adjudicantes

Entidade adjudicante é: o Estado, as autarquias locais ou regionais, os organismos de direito público (e respectivas associações) com competência para lançar um concurso público.

Observa-se que as entidades promotoras responsáveis pelo maior número de lançamentos de concursos de concepção foram a Polis Litoral Ria de Aveiro (treze concursos lançados), Polis Litoral Ria Formosa (nove concursos lançados), Polis Litoral Sudoeste (nove concursos lançados) e Polis Litoral Norte (sete concursos lançados). Essas entidades aparecem, quase na totalidade até o ano de 2012. A seguir, em números de lançamentos de concursos aparece o município de Lisboa. Há uma grande diversidade de entidades adjudicantes, que compõe maioritariamente o grupo 1, composto por trinta e nove entidades - e o 2, composto por seis entidades (com um concurso lançado cada e dois concursos lançados cada, respectivamente).

Tabela 04- Número de Publicações de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista por Entidades Adjudicantes



*Grupo 2: Município de Alcácer do Sal, Município de Aveiro, Município de Esposende, Município de Castelo Branco, Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., Município do Seixal.

**Grupo 1: Município de Alcobaça, Município de Águeda, Município de Arruda dos Vinhos, Município da Póvoa de Varzim, Município de Beja, Município de Oliveira de Azeméis, Município de Viana do Castelo, Município de Arcos de Valdevez, Município de Vila Viçosa, Município de Leiria, Município da Figueira da Foz, Associação European Portugal, Município de Braga, Município do Porto, Município de Bragança, Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana E. M., S. A., Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E. M., Gestão e Obras do Porto, E. M., Município de Vale de Cambra, Viseu Novo SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S. A., Município de Oleiros, Município de Sines, Município de Almada, Município de Faro, Município de Vila Franca Xira, Município da Horta, Município de Ponte de Lima, Município de Armamar, Município de Vila Franca de Xira, Município do Barreiro, Município de Oeiras, Município de Albufeira, Município de Paredes, Município de Lourès, Município de Moura, Município de Oliveira de Frades, Município de Lagos, SIMTEJO Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020

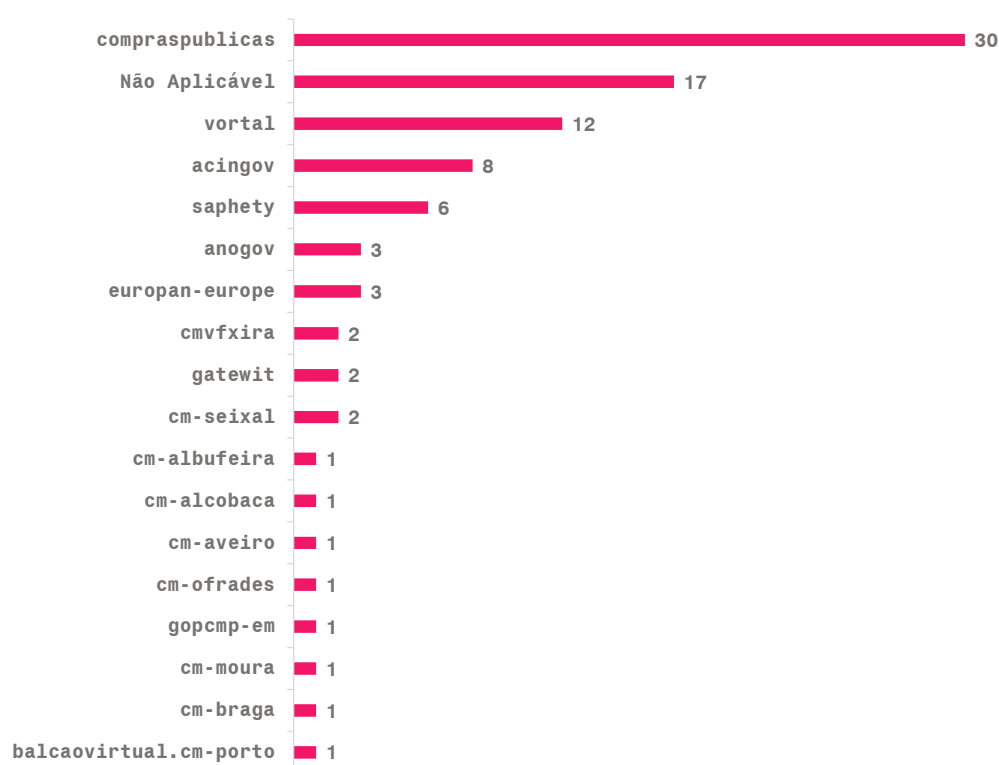
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.5. Plataformas Eletrônicas Utilizadas nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

As plataformas eletrônicas são os sites utilizados pelas entidades adjudicantes para a comunicação do concurso. Nelas são publicadas e disponibilizadas para os participantes as peças de apoio ao concurso, como o termo de referência, os anexos, as regras do concurso e outros materiais necessários. A plataforma eletrônica mais utilizada é a Compraspublicas e a seguir a Vortal. Conforme se observa na tabela, nem sempre as plataformas eletrônicas são utilizadas e, quando isso acontece, a consulta aos termos de referencia é feito de forma física, se dirigindo ao endereço da entidade adjudicante.

É de se observar que todos os concursos sem plataforma eletrônica foram promovidos por quatro entidades. A Polis Litoral Ria de Aveiro, Polis Litoral Ria Formosa e Polis Litoral Norte e pelo Município da Horta, mas essas entidades também utilizaram plataformas eletrônicas em alguns dos concursos promovidos pelas mesmas.

Tabela 05- Plataformas Eletrônicas Utilizadas nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista



Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.6. Modalidade dos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

O concurso público é a modalidade de preferência, escolhida em 95,7% dos casos publicados como concursos de concepção. Isso é natural uma vez que reflete às disposições do nº3 Artigo 219 °. – A. que dá preferência ao concurso público: “O concurso de concepção reveste, em regra, a modalidade de concurso público, podendo ser adotada a modalidade de concurso limitado por prévia qualificação quando a natureza dos trabalhos de concepção exija a avaliação prévia da capacidade técnica dos concorrentes.”

O concurso público garante o anonimato dos concorrentes como forma de escolher um trabalho intelectual sem o conhecimento prévio da autoria desses trabalhos.

Dos quatro concursos publicados na categoria de concurso limitado dois foram promovidos pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. Esses dois foram os primeiros concursos lançados a seguir a criação do Código de Contratos Públicos. Foram os únicos concursos lançados em 2008.

Em 2009 o Projecto de Expansão da Zona Ribeirinha da Folgosa (Doc. - Quinta da Reduída), promovido pelo Município de Armamar também é lançado como concurso limitado e em 2013 o Município da Horta promove o concurso para o Projeto de Requalificação da Frente Mar da Cidade da Horta, também como concurso limitado.

Tabela 06 - Modalidade dos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista



Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.7. Valor Global dos Prêmios nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista

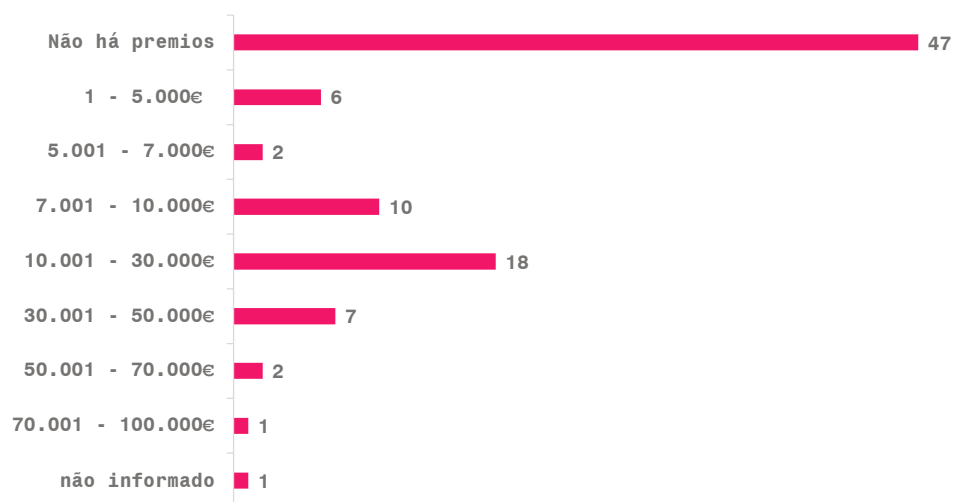
O prêmio global se refere ao valor total da recompensa monetária dedicada aos concorrentes. Esse prêmio monetário normalmente vai para o autor do projeto que foi atribuído o primeiro lugar do concurso, sendo previsto muitas vezes também prêmios para o segundo e terceiro lugar. No gráfico está apresentado o valor global dedicado a soma de todos os prêmios em cada concurso. A informação sobre qual quantia é distribuída de acordo com a posição dos primeiros lugares - normalmente é maior para o primeiro lugar, e assim sucessivamente - é, em geral, disponibilizada nos termos de referência do concursos e portanto aqui só está em causa o valor total dos prêmios, sem diferenciação entre os primeiros lugares.

Fica evidente pelo gráfico que em mais da metade dos concursos não foram previstos qualquer tipo de recompensa monetária para as equipas vencedoras. Isso se deve ao fato de que provavelmente à equipe selecionada seria dado o direito a continuidade do trabalho por ajuste direto, conforme previsto no Código de Contratos Públicos.

Observa-se também que a ocorrência de concursos sem prêmios acontece até 2011. A partir de 2012 já não há mais concursos nessas condições. Além disso, a grande maioria dos concursos sem prêmios foram promovidos pela entidades Polis Litoral Ria de Aveiro, Polis Litoral Ria Formosa, Polis Litoral Sudoeste e Polis Litoral Norte.

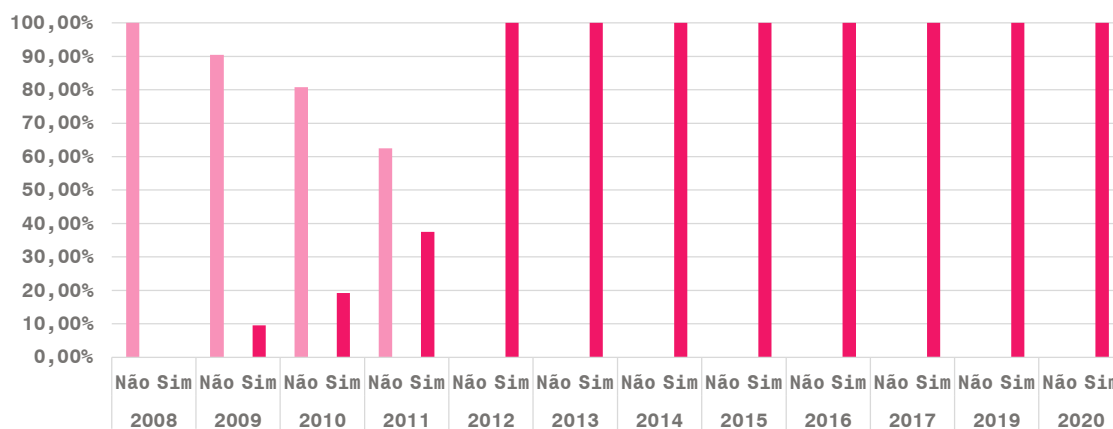
Excluindo os concursos sem recompensa monetária o valor mais comum em prêmios está na faixa entre os 10.000 euros até 30.000 euros, sendo dezoito concursos nessas condições. Em seguida, entre 7.001 euros a 10.000 euros, foram registrados dez concursos. Na faixa entre 30.001 euros a 50.000 euros existem sete concursos).

Tabela 07 - Valor Global dos Prêmios nos Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista



Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
 Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

Tabela 08 - Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista: Sem Prémio e Concursos Com Prémio Por Ano de Publicação do Anúncio



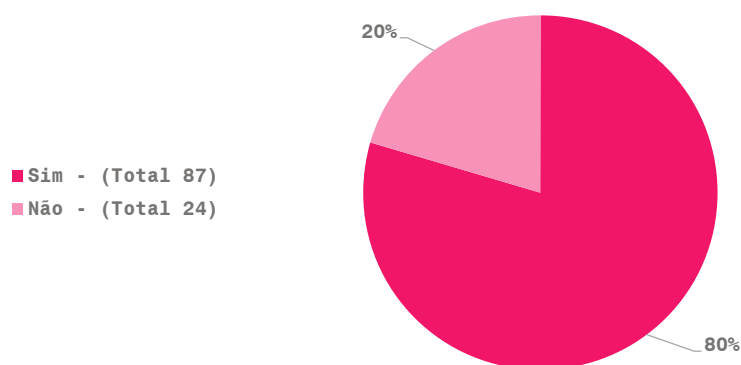
Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
 Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

5.8. Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista com Publicação no JOUE

O gráfico sobre a percentagem de concursos públicos de concepção com publicação no JOUE mostra que a grande maioria dos concursos - 80% - são também divulgados neste veículo de informação de alcance europeu. Somente 20% limita a sua publicação ao Diário da República.

O concursos públicos de concepção em arquitetura paisagista realizados em Portugal e publicados no JOUE têm portanto uma divulgação a nível europeu. Isso indicaria que, em teoria, estão mais abertos a participação internacional dos países membros da UE. Esta participação internacional porém não se observa com muita frequência. Apesar da informação sobre os participantes dos concursos não ser sempre divulgada, naqueles concursos que se tem essa informação quase não há representantes estrangeiros como participantes. Como exemplo o concurso para a Praça de Espanha em Lisboa, lançado em 2017 e o concurso para a Ponte Verde de Queluz, em Sintra, também de 2017, não contaram com nenhum participante estrangeiro. O concurso para o Parque Urbano do Bairro Alfinetes teve a participação de somente um ateliê espanhol, dentre os sete concorrentes totais.

Tabela 09 - Percentagem de Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista com Publicação no JOUE



Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020
Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

6 - **Concursos Públicos em Arquitetura Paisagista de destaque nos últimos anos**

6.1. Concurso para a Praça de Espanha

**6.2. Outros concursos de concepção em
arquitetura paisagista de destaque**

**6.3. Parque Urbano da Quinta do Marquês
de Abrantes - Participação no processo de
concursos públicos**

6. Concursos Públicos em Arquitetura Paisagista de destaque nos últimos anos

Do levantamento realizado neste trabalho alguns concursos se destacaram por sua relevância, grande adesão e/ou publicitação na ocasião em que ocorreram. Serão, portanto aqui mencionados e contextualizados, evidenciando questões relevantes e que podem esclarecer a dinâmica e evolução dos concursos públicos em Portugal. É importante mencionar, porém a escassa fonte de informações acerca dos concursos realizados, tornando o recolhimento de dados, imagens e fontes um trabalho de compilação de retalhos. Essa aparente escassez e volatilidade de informações, encontradas em sites de internet principalmente, se agravam quando a busca não se foca somente no vencedor do concurso, mas também nos que participaram ou mesmo ficaram com prêmios secundários. É bem mais raro encontrar projetos “não vencedores” divulgados ou publicados, mesmo que esses sejam uma fonte valiosa de novas ideias, propostas e formas de comunicação.

No âmbito desta pesquisa revelou-se muito mais simples encontrar o vencedor do concurso por comparação a outras informações. Informações sobre quem compôs o júri do concurso, se ao final do concurso o vencedor seria levado a um contrato por ajuste direto para desenvolver sua proposta ou se o concurso seria limitado somente a distribuir prêmios são questões divulgadas nos termos de referência do concurso e, portanto quase sempre só estão disponíveis aos participantes do concurso. Até mesmo encontrar informações sobre quais foram os ateliês que apresentaram propostas para determinados concursos e imagens dessas propostas se mostrou um grande desafio. O mais comum é encontrar notícias a divulgar somente o vencedor do concurso e algumas imagens da sua proposta.

Projetos realizados para concursos são uma fonte abundante de conteúdo e propostas, mas no momento presente e considerando o alcance desta pesquisa, ainda é difícil encontrar informações que ultrapassem a mera divulgação obrigatória por lei do lançamento do concurso pelo Diário da República e alguns sites de notícias ou redes sociais que comunicam o vencedor e algumas imagens da proposta. Nesse sentido, no panorama Português, é de distinguir o trabalho realizado pela PROAP em publicar um livro, em 2008 com a divulgação dos projetos realizados pelo ateliê em concursos que não receberam o prêmio de primeiro lugar, ou como eles próprios, chamam “Concursos Perdidos”. O site da OASRS (www.oasrs.org) também divulga informações mais completas sobre alguns dos concursos realizados. Iniciativas assim são valiosas e colaboram com o aumento da pesquisa, debate e inovação no campo da arquitetura paisagista.

Alguns concursos serão mencionados nos próximos pontos deste trabalho por serem exemplos notáveis de concurso realizados nos últimos anos, desde a aprovação do Código

de Contratos Públicos. Os concursos da Praça de Espanha (de 2017), o concurso da Ponte Verde de Queluz (de 2017) o concurso do Parque Ribeirinho Oriente (de 2015), o concurso do Parque Urbano Cruz do Montalvão em Castelo Branco (de 2016), o concurso da Renovação do Jardim da Praça do Império (de 2015), são concursos que se destacaram por que geraram grande exposição mediática, publicações e participações populares ou por que o programa do concurso causava grande impacto na sociedade, ou pelo tema inovador, ou por que provocou discussões até então pouco referidas.

6.1. Concurso para a Praça de Espanha



Figura 24 - Folheto de divulgação da exposição dos vencedores do concurso de concepção para a Praça de Espanha. (Câmara Municipal de Lisboa).

O concurso para a Praça de Espanha, lançado em março de 2017 merece destaque nesta seleção por sua imensa publicitação, envolvimento com a população, investimento financeiro, impacto na cidade e grande número de participação de ateliês de arquitetura paisagista. Tratava-se de um concurso para a “Elaboração do Projecto para o Parque Urbano da Praça de Espanha”, promovido pelo Município de Lisboa. O concurso foi organizado em duas fases, sendo a primeira lançada como concurso de concepção. A primeira fase tinha como objetivo selecionar 10 propostas que posteriormente seriam sujeitas à segunda fase do concurso: um procedimento de ajuste

direto. Foi um processo de grande investimento e publicitação, sendo a totalidade dos prêmios distribuídos o maior prêmio global já realizado nos concursos de concepção em Arquitetura Paisagista até então, no valor de 100.000€ (cem mil de euros).

O júri do concurso foi presidido pela Prof.^a Graça Saraiva, Professora Associada aposentada da Faculdade de Arquitetura, FA/UL e investigadora do CIAUD/FA. Foi composto pela Engenheira Rafaela de Matos, do LNEC – Dep. de Hidráulica e Ambiente, pela Arquitecta Teresa Nunes da Ponte em representação da Fundação Calouste Gulbenkian, do Engenheiro Fernando Santo em representação do Montepio Geral e da Arquitecta Fátima Leitão, representando a DPU (Câmara Municipal de Lisboa). No total, o concurso contou com a participação de 12 equipas e, apesar do programa dizer que seriam selecionadas 10 propostas, 9 foram escolhidas como vencedoras para avançar na segunda fase. Foram os ateliês Atelier do Beco da Bela Vista Arquitectura Paisagista (figura 21), Ventura Trindade Arquitectos + Baldios Arquitectos Paisagistas (figura 22), Ceregeiro – Arquitectura Paisagista e Consultoria Ambiental (figura 23), NPK Arquitectos Paisagistas Associados (figura 24), José Adrião Arquitecto e (figura 25), Sérgio Miguel da Silva Godinho, Arquitecto (figura 26), Pedro Machado Costa e Luís Ferreira Neto (figura 27), TPF Planege Cenor Consultores de Engenharia e Gestão (figura 28), Machado + Braga Macedo Arquitectos (figura 29) (oasrs.org, 2019).

Em destaque nas propostas esteve o tema da gestão da água na cidade, sendo que a pro-

posta escolhida para ser executada, de autoria da NPK Arquitetos Paisagistas Associados propõe a recuperação e renaturalização do riacho do Rego e a construção de uma bacia de retenção para conter eventuais cheias na região. Observa-se que algumas propostas deram destaque a equipamentos urbanos, como pista de skate, espaço para arte urbana, parque infantil, enquanto outras propuseram um parque com foco principalmente nos aspectos naturais da zona, priorizando grandes espaços verdes e interação com a água, que foi o caso da proposta da NPK Arquitetos Paisagistas Associados.

As propostas selecionadas geraram uma exposição na Fundação Calouste Gulbenkian (figura 24) onde, além de expor os trabalhos foi aberta uma página online - www.lisboaparticipa.com (já desativada) - para a participação pública com o intuito de recolher opiniões, críticas e sugestões. Houve também uma conferência/debate com o título “À volta da Praça de Espanha”, com o intuito de fomentar a participação e debate acerca do tema da Praça de Espanha.

Abaixo estão algumas das imagens apresentadas pelos atelis selecionados a segunda fase do concurso.



Figura 25 - Imagem apresentada pelo Atelier do Beco da Bela Vista, Arquitectura Paisagista. (Publico.pt, 2018)



Figura 26 - Imagem apresentada pelo Atelier Baldios. (Publico.pt, 2018)



Figura 27 - Imagem apresentada pelo Atelier Ceregeiro Arquitetura Paisagista. (Publico.pt, 2018)



Figura 28 - Imagem apresentada pelo Atelier NPK Arquitetos Paisagistas Associados. (Publico.pt, 2018)



Figura 29 - Imagem apresentada pelo Atelier José Adrião Arquitecto. (Publico.pt, 2018)



Figura 30 - Imagem apresentada pelo Atelier Sérgio Miguel da Silva Godinho, Arquitecto. (Publico.pt, 2018)



Figura 31 - Imagem apresentada pelo Atelier Pedro Machado Costa e Luís Ferreira Neto. (Publico.pt, 2018)



Figura 32 - Imagem apresentada pela TPF Planege Cenor Consultores de Engenharia e Gestão. (Publico.pt, 2018)



Figura 33 - Imagem apresentada pela Machado + Braga Macedo Arquitectos. (Publico.pt, 2018)

6.2. Outros concursos de concepção em arquitetura paisagista de destaque

- **Concurso para Ponte Verde de Queluz**

O concurso para elaboração do projeto Ponte Verde de Queluz em Sintra também se destaca entre a lista de todos os concursos realizados desde o Código de Contratos Públicos. O concurso foi promovido pela entidade Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A. em 2017 e contou com a apresentação de 8 propostas de ateliês sendo 6 deles exclusivamente coordenados por arquitetos paisagistas.

Os ateliês que apresentaram propostas foram: Biodesign, Lda / Tetraplano, Lda; Fora-Fagulha, Oliveira e Ruivo, Arquitectura e Urbanismo, Orla-Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista, Atelier do Beco da Bela Vista, Arquitectura Paisagista, Lda, Manuel Cordeiro & Nuno Figueiras – Arquitectos Paisagistas, Lda, Miguel Marcelino, Arquitecto, Lda, Caldeira Cabral e Elsa Severino – Gabinete de Arquitectura Paisagista, Lda, EPCA, E.P. – Estudos e Projectos e Consultoria Ambiental (Concurso Ponte Verde de Queluz, 2020).

Trata-se de um concurso que buscava propostas para criar e consolidar um eixo ecológico ao longo do Rio Jamor com a criação de eixos visuais entre os espaços a projetar e o Palácio de Queluz com os seus jardins bem como gerar uma proteção do impacto do tráfego rodoviário, constituindo uma barreira acústica verde, entre o limite do Palácio e o IC19 e desenvolver um novo jardim público no Outeiro da Forçadas (Concurso Ponte Verde de Queluz, 2020).

Em primeiro lugar foi selecionada a proposta da Biodesign, Lda / Tetraplano, Lda, coordenada pelo arquiteto paisagista Jorge Manuel Frazão Cancela. A proposta conseguiu responder à demanda em proteger o património cultural, característica definitiva do local e resolve o problema dos efeitos do tráfego intenso da via adjacente ao local por meio de um talude com revestimento vegetal. No Anexo II deste trabalho estão imagens de todas as propostas apresentadas na ocasião do concurso.

- **Concurso do Parque Ribeirinho Oriente**

O concurso de concepção para Elaboração do Projeto do Parque Ribeirinho Oriente foi promovido pelo Município de Lisboa em 2015. O parque ajudaria a impulsionar a conexão do Parque das Nações com a zona ribeirinha de Lisboa de modo contínuo. A área em causa encontrava-se em um estado de degradação e abandono e se estendia por de 4,2 hectares, compreendida entre o Braço de Prata e a Matinha. O local, importante ligação da zona

oriental da cidade e suas adjacências possui um sistemas de vistas valioso, bem a frente do rio Tejo e por isso um claro potencial para recreio, zonas de estadia e contemplação. A proposta vencedora foi a da F|C Arquitectura Paisagista, em segundo lugar o ateliê OH!LAND Studio Lda., em terceiro lugar ficou o ateliê NPK-Arquitectos Associados Lda (Alemão, 2015).

O projeto foi executado pela F|C Arquitectura Paisagista e a abertura do parque aconteceu em 2020. Nesse mesmo ano o projeto para o Parque Ribeirinho Oriental foi enviado para concorrer ao Prêmio Internacional da Paisagem Rosa Barba e foi selecionado como finalista, entre outros dez, de centenas de submissões.

- **Concurso do Parque Urbano Cruz do Montalvão em Castelo Branco**

Outro concurso de destaque foi o Concurso Público de Concepção para a elaboração do projeto do Parque Urbano Cruz do Montalvão em Castelo Branco, lançado em 2016 pelo Município de Castelo Branco, em que foram apresentadas 19 propostas. A proposta para o parque desenvolvia-se em uma área de 21 hectares inserida dentro dos limites da cidade e objetivava encontrar respostas para a dinamização do espaço público unindo valencias de paisagem, ambiente, equipamentos e circulação (oasrs, 2020).

O júri para o concurso foi composto pelo Engenheiro João Nuno Marques Carvalinho, Vereador da Camera Municipal de Castelo Branco, Arquitecto Paisagista Maria de Fátima Carvalhais dos Santos Rebelo de Andrade, Engenheiro Luis Alfredo Cardoso Resende, Diretor do Departamento Técnico Operacional da Câmara Municipal de Castelo Branco, Arquitecto João José Teixeira Pires e Arquitecto Rui Mendes (oasrs, 2020).

A proposta vencedora foi da arquiteta paisagista Verónica Ribeiro de Almeida (coordenação), com o arquiteto José Eduardo Marques (oasrs, 2020). O júri valorizou a proposta vencedora por apresentar uma proposta clara de hierarquização de trajetos com um eixo verde que marca um percurso dentro da cidade. Em segundo lugar ficou a José Adrião, Arquitectos (coordenação) com colaboração de Haha Arquitectura Paisagista. Em terceiro lugar Baldios, Arquitectos Paisagistas (Coordenação) e colaboração de Atelier Embaixada e MB arquitectos. Também receberam menção honrosa Sítio e Lugar, Sociedade de Arquitectos Paisagistas (Coordenação) com colaboração de Marlene Roque Arquitectura e PROAP, Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista (Coordenação) com colaboração de Juan Ignacio Zoilo Sanchez arquitetura (oasrs, 2020).

- **Concurso da Renovação do Jardim da Praça do Império**

O concurso para a renovação do Jardim da Praça do Império foi publicado em Dezembro de 2015. Tem destaque por seu programa diferenciado, que trata de um jardim histórico. Até o momento deste trabalho quase todos os concursos de concepção têm como programa a construção de algo inteiramente novo ou a requalificação de algo um espaço muito degradado, e portanto não considerando que os concursos de concepção podem também abranger jardins históricos. O concurso tinha como valor dos prêmios em 1º lugar: 5.000,00 euros, 2º lugar: 2.000,00 euros e em 3º lugar: 1.000,00 euros (Baratto, 2016).

O júri foi constituído pelos seguintes elementos efetivos Dra. Simonetta Luz Afonso, que presidirá, Prof. Adriano Moreira, 1.º Vogal, Dra. Elsa Peralta, 2º Vogal, Arq. Paisagista Margarida Cancela d'Abreu, 3.º Vogal, Arq. Ana Silva Dias, Arq. Paisagista Artur Madeira, Dr. Pedro Betâmio de Almeida, Os jurados suplentes são: Dra. Paula Cristina Nobre Leitão, 1.º Suplente, Dra. Amélia Cabaço, 2.º Suplente, Eng.ª Silvicultora Alexandra Berger, 3.º Suplente (Baratto, 2016). O vencedor do concurso foi o Ateliê ACB Arquitetura Paisagista.

6.3. Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes - Participação no processo de concursos públicos

Em Fevereiro de 2020 foi publicado no site do Diário da República o anúncio para o concurso de concepção para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes (Bairro dos Alfinetes). A entidade adjudicante foi a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana E. M., S. A.. A mestranda teve a oportunidade de participar da equipa formada pelo ateliê de arquitetura paisagista EPCA para elaboração de uma proposta que respondesse ao concurso lançado.

No termo de referência desenvolvido pela Lisboa Ocidental, SRU foram tratados o objeto do programa e o enquadramento, especificando o contexto histórico, os objetivos estratégicos, as condicionantes e as condicionantes referentes ao PDM. Também no termo de referência está o programa de intervenção, explicando a área do projeto, com os objetivos almejados e as áreas de estudo do concurso, também explicitando os objetivos para essas áreas. O termo de referência também estima o preço base da empreitada, estabelecendo para um valor máximo de custo da obra a quantia de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros). Foram disponibilizados sete anexos para auxiliar o desenvolvimento dos projetos, nomeadamente, um anexo referente a topografia, um levantamento fotográfico, um relatório geotécnico, o PDM, plantas do programa preliminar, área de intervenção do concurso e planta de intenções, plano do conjunto habitacional do Programa Renda Acessível (PRA) previsto na zona de intervenção e anexo do documento feito pelo trabalho participativo Transformar Marvila com jardim e ciclovias.

Segundo o programa divulgado nos termos de referência a intenção do concurso era a de obter um projeto de concepção para um parque urbano inserido no bairro de Marvila (figuras 34 e 35) que tivesse a capacidade de potenciar a regeneração urbana e a criação de uma nova centralidade, de modo a evidenciar a ligação entre os diversos bairros da freguesia e dos próprios bairros com a cidade. O programa valorizava projetos que transmitissem o conceito de sustentabilidade, ecologia e coesão social em conjugação com a criação da nova centralidade que será criada com a futura estação de comboios de Marvila. O projeto deveria ter em conta a previsão da futura terceira travessia do Tejo, e propor, portanto, soluções faseadas, temporárias e flexibilizadas nas áreas afetadas pelo alargamento da linha.

A área delimitada para o concurso é de 143 950,00 m², dividida em três zonas, sendo uma zona central denominada Área de Projeto (A), a construir, e duas zonas estudo (B e C), adjacentes.



Figura 34 – Zona de intervenção. (GoogleEarth com edições, 2020)



Figura 35 - Área de intervenção do concurso. (GoogleEarth com edições, 2020)

Seis equipas enviaram suas propostas e foram aprovadas para julgamento do júri: EPCA, Planas Esquiús Segatti, PROAP, Baldios, Genera Lda, LCW Consult. A proposta vencedora foi a da PROAP.

A equipa EPCA propôs um projeto cujo conceito se assenta na criação de um espaço que assuma a relação com o comboio e se relacione com ele, uma vez que uma das premissas fundamentais da intervenção é a presença deste meio de transporte na paisagem urbana. Esse conceito foi reforçado pelo fato de que um dos pedidos da população local que participou do desenvolvimento do programa preliminar para o lançamento do concurso era de que fosse possível ver o jardim para quem estivesse no comboio. Para que isso acontecesse, foram previstos espaços de clareira que se criam nos maciços de vegetação ao longo da área de intervenção. Além disso, para atender a demanda de integrar a intervenção no tecido urbano de Lisboa foram previstos espaços de recreio e estadia que se inserissem na estrutura verde de Lisboa e sistemas de circulação pedonal e ciclável.

No projeto estavam previstas três grandes áreas no parque urbano, um núcleo central mais urbano e que se formaliza sob a forma de uma praça. A zona poente seria uma grande área vocacionada para o recreio e lazer, que agregaria uma parte das zonas de recreio e estadia, sejam elas pavimentadas ou verdes. A segunda área corresponde aquela que se encontra mais limitada pela ampliação das infraestruturas ferroviárias e seria ocupada por hortas urbanas no espaço temporal que medeia a construção do parque e a ampliação da ferrovia.

Era pretendido que o espaço verde a desenvolver com a intervenção resolvesse um conjunto de objetivos de escala estratégica, nomeadamente: a unificação dos conjuntos habitacionais envolventes agregando-os em torno da centralidade da estação de Marvila; o garantir da continuidade do corredor verde oriental, do qual fazem parte Parque Urbano do Vale Fundão e a Quinta das Flores, permitindo, futuramente, a sua extensão até ao rio; o garantir de atravessamentos da Linha de Cintura, mitigando o seu impacto como barreira urbana e possibilitando a ligação de Marvila à nova polaridade urbana prevista pelo PDM a sul da linha, ao Hub Criativo do Beato e à Frente Ribeirinha.

A equipa da EPCA desenvolveu o projeto para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes como uma intervenção de espaço público que procurava antecipar a futura importância da Linha de Cintura no contexto da mobilidade da cidade, considerando o aumento da capacidade e a conversão dos apeadeiros em estações, em Marvila e Chelas. A crescente importância da Linha de Cintura faz também com que a estação passe a ser central na vida diária das populações locais, e que se assuma como a principal porta de entrada no bairro. Esta centralidade reforça o carácter estratégico desta intervenção enquanto génese da regeneração urbana do bairro.

O projeto foi apresentado pela EPCA em três painéis. O primeiro (figura 36) com escala a

1:2000, que apresenta o plano geral da proposta, com todas as áreas da intervenção a construir e as zonas de estudo. O segundo painel (figura 37) com escala 1:500, que apresenta a proposta na área de intervenção de projeto a construir, e o terceiro painel de diagnóstico e esquema final da proposta, com renders ilustrativos da proposta. Também foi entregue memória descritiva.



Figura 36 - Painel 1 EPCA para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.



Figura 37 - Painel 2 EPCA para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes.

Em comparação com as propostas apresentadas pelas outras equipas, o conceito, bem como os elementos e equipamentos previstos não destoou muito entre eles. Abaixo foi desenvolvido um quadro comparativo (Tabela 10 e 11) com os elementos e equipamentos apresentados nas propostas. A tabela é uma maneira para explicitar algumas tendências, mas não serve como parâmetro qualitativo de julgamento completo. Foram escolhidos os elementos que se destacaram nas propostas dos participantes do concurso bem como foram utilizadas algumas das tipologias de jardim e equipamento e mobiliário votadas pelos moradores de Marvila que participaram das assembleias do projeto “Transformar Marvila com jardins e ciclovias”.¹

É possível aferir com as tabelas que muitos dos elementos e equipamentos estavam presentes em todas as propostas. Algumas propostas apresentavam um parque mais completo, com mais dinâmicas e diversidade de equipamentos e usos, mas nenhum se mostrou muito acima ou muito abaixo em termos de propostas de tipologia de parque ou equipamentos.

Um tema que foi tratado por todas as equipas, mas algumas desenvolveram e produziram mais respostas a essa problemática, diz respeito à gestão da água. É notável, portanto, como esse tema se apresenta como uma forte componente em todos os projetos. Em todas as propostas foram previstas o acréscimo de zonas permeáveis e de materiais que auxiliassem o escoamento pluvial, favorecendo os processos de infiltração e retenção localizados de água. Muitos consideram a implantação de bacias de retenção ou infraestruturas de captação e armazenamento de água para a utilização na irrigação do parque.

Outra tendência que se mostra evidente por se apresentar em todas as propostas - algumas mais completas que outras - é a preocupação com a introdução de equipamentos que

1 As opções completas votadas durante a assembleia “Transformar Marvila com Jardins e Ciclovias” foram: Pergunta 1 (5 votos possíveis) “O que acho importante que seja o jardim?”: •Não criar barreiras visuais do comboio para o jardim (para que quem vá no comboio possa ver o jardim) (33 votos) •Relva com árvores (26 votos) •Queda de água (25 votos) •Sombra com árvores para zona de estadia (23 votos) •Espaço interativo com equipamentos que recriem música (19 votos) •Hortas comunitárias (17 votos) •Árvores de baixo porte / arbustos para maior visibilidade do que está a acontecer no jardim (17 votos) •Espaços ajardinados separados, ligados por caminhos pedonais (15 votos) •Sombreamento com estrutura tipo pérgola com trepadeiras ou outra planta de folha caduca (12 votos) •Jardim vertical (6 votos) •Árvores densas para criar barreira sonora e visual em relação ao comboio (4 votos).

Pergunta 2 (8 votos possíveis) “Mobiliário urbano / equipamentos”: •parque infantil intergeracional (para pais/avós/familiares brincarem com as crianças, com equipamentos que dê para todos) (34 votos) •parque infantil inclusivo (adaptado a pessoas com deficiência) (33 votos) •mesas/ bancos/ espreguiçadeiras/ redes (31 votos) •equipamento de musculação e fitness (ginástica) (29 votos) •quiosque/ café (25 votos) •churrasqueiras públicas (24 votos) •mesas com jogos de tabuleiro (20 votos) •parque para cães (19 votos) •parque para skates / patins / bicicletas (de acrobacias) (14 votos) •parque para aprender a andar de bicicletas (11 votos) •coreto (11 votos) •parque infantil tradicional para crianças (11 votos) •quiosque com livros para ler no jardim (10 votos) •sombreamento artificial (9 votos) •espaço para oficina de bicicletas (“self-service—para cada um poder arranjar a sua bicicleta) (8 votos) •mesas de ping-pong (8 votos) •pistas de atletismo (6 votos) •auditório (3 votos) •campo de ténis (3 votos) •doca para bicicletas giras (2 votos).

atraíssem a presença de grupos diversos de utilizadores ao longo de quase todos os períodos do dia e estações do ano está presente.

Todas as propostas dedicaram grandes zonas do parque para a criação de hortas comunitárias e quase todas as propostas também consideraram zonas dedicadas a espaços de pomar. Isso demonstra a ênfase dada ao aspecto produtivo do parque e uma visão de um parque não somente como um espaço de lazer e de espaço verde, mas como um local de produção local para a comunidade residente da zona.

Um fator de diferenciação entre propostas é que alguns projetos se aprofundaram de forma mais completa sobre o contexto da zona, buscando mapas antigos, que indicassem os usos e a evolução da zona.

Um grande diferencial que pode ser notado é a maneira como cada equipe conseguiu transmitir as próprias intenções. A representação gráfica, as habilidades comunicativas de cada equipe é o ponto de maior diferença entre cada proposta apresentada. Isso traz consequências para a qualidade do projeto. O estilo e o cuidado dedicado à forma de comunicar um projeto pode ser muitas vezes um fator decisivo, pois é com ele que se consegue transmitir as intenções. Em alguns projetos estão bem claras as intenções, a informação salta aos olhos de quem o está a analisar e torna-se muito mais fácil a sua leitura e interpretação. Abaixo estão também imagens apresentadas pelo primeiro lugar, PROAP (figura 38) e segundo lugar, Baldios Arquitetos Paisagistas (figura 39) do concurso.

Como experiência pessoal, participar como estagiária dentro de uma equipe em um concurso público foi uma oportunidade única de entender os processos que envolvem essa atividade. Em primeiro lugar, a partir da experiência vivida, conclui-se que a organização é fundamental para participar de um concurso. Ter em mente os prazos de entrega, as fases de desenvolvimento de cada etapa de trabalho e o tempo que será dedicado a cada uma, os tipos de peças a serem desenvolvidas, a divisão de tarefas entre a equipe, são questões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Um concurso pede diversas especialidades ao mesmo tempo e por isso, a boa comunicação entre cada membro da equipe torna-se vital para que o conhecimento e as forças individuais de cada membro da equipe sejam transmitidas na apresentação final das peças.

Também ficou claro depois da divulgação dos resultados e com a possibilidade de aceder a todas as peças enviadas de todos os concorrentes que o nível e a qualidade dos participantes do concurso era muito elevada. Os concursos são muito disputados e aqueles que entraram no concurso para o Parque dos Alfinetes mostraram muita capacidade técnica, muita qualidade em representação e provavelmente, o que ficou como impressão pessoal é que todos dedicaram e investiram muito no concurso.

Tabela 10 - Quadro comparativo 1. Pergunta : “Mobiliário urbano / equipamentos”

LCW CONSULT	BALDIOS	GENERA LDA	PLANAS ESQUIUS SEGATTI	PROAP	EPCA	
						mesas/bancos/espreguiçadeiras/redes
						churrasqueiras públicas
						mesas com jogos de tabuleiro
						quiosque/café
						coreto
						Auditório/anfiteatro
						parque infantil
						parque sênior
						pistas de atletismo
						parque para skates / patins / bicicletas
						campo de ténis
						equipamento de musculação e fitness

Tabela 11 - Quadro comparativo 2. Pergunta: “O que acho importante que seja o jardim?”

LCW CONSULT	BALDIOS	GENERA LDA	PLANAS ESQUIUS SEGATTI	PROAP	EPCA	
						Horta
						Jardim de chuva/ bacias de retenção
						Pomar
						Ciclovia
						Relva com árvores sombreamento com estrutura tipo pérgola com trepadeiras ou outra planta de folha caduca
						Jardim vertical
						Sombra com árvores para zona de estadia
						Árvores de baixo porte / arbustos para maior visibilidade do que está a acontecer no jardim
						Queda de água
						Espaço interativo com equipamentos que recriem música
						Espaços ajardinados separados, ligados por caminhos pedonais
						Não criar barreiras visuais do comboio para o jardim
						Barreira verde em relação ao comboio



Figura 38 - Imagens apresentadas pela PROAP para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes. (Está a nascer um novo parque verde em Marvila, lisboa.pt)



Figura 39 - Imagens apresentadas pela Baldios para o concurso do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes. (Baldios, Arquitetos Paisagistas, lda.)

7 Análise qualitativa dos concursos - Entrevistas aos Arquitetos Paisagistas

7. Análise qualitativa dos concursos - Entrevistas aos Arquitetos Paisagistas



Figura 40: Arquiteto Paisagista João Nunes. (PROAP)



Figura 41: Arquiteta Paisagista Catarina Pacheco. (FC-ap)

Para o aspecto qualitativo deste trabalho foram realizadas quatro entrevistas com representantes de ateliês de arquitectura paisagista que aceitaram colaborar e compartilhar suas experiências, opiniões e visões acerca do tema dos concursos. As entrevistas na íntegra estão no Anexo III.

O arquiteto paisagista João Nunes (figura 40) é o fundador e Director do Atelier de Arquitectura Paisagista PROAP e também professor em diversas entidades académicas. A arquiteta paisagista Catarina Assis Pacheco (figura 41) é uma das fundadoras da F | C Arquitectura Paisagista, fundado em 1997, com sede em Lisboa. A arquiteta paisagista Catarina Raposo (figura 42) é co-fundadora de BALDIOS Arquitectos Paisagistas e já foi professora convidada do ISA. A arquiteta paisagista Cristina Castel-Branco (figura 43) é professora do ISA e fundadora, em conjunto com Teresa Andersen, do Ateliê ACB Arquitectura Paisagista. Os quatro ateliês representados pelos arquitetos têm vasta experiência e participaram recentemente em concursos. A atuação desses ateliês é de destaque no cenário da arquitectura paisagista portuguesa e também

mundial, especialmente no que diz respeito a atuação da PROAP, que possui reconhecimento consolidado internacionalmente. A Professora Cristina Castel-Branco têm também grande experiência como júri em competições internacionais.

Os quatro arquitetos responderam às perguntas sobre as suas experiências em concursos e as respostas ajudaram a elucidar o panorama dos concursos em Portugal. Durante as entrevistas algumas perspectivas apresentadas pelos entrevistados coincidiram entre todos. Já outras foram divergentes em alguns aspectos.



Figura 42: Arquiteta Paisagista Catarina Raposo. (Archiprix)



Figura 43: Arquiteta Paisagista Professora Cristina Castel-Branco. (Academia.edu)

Entre Catarina Pacheco (C.P.), João Nunes (J.N.) e Catarina Raposo (C.R.) foi consensual a dimensão da importância dos concursos para o próprio ateliê. Todos os três afirmaram que os concursos desempenharam papéis fundamentais para o reconhecimento e consolidação da própria atividade profissional. C.P. destacou que a participação no concurso da residência da embaixada de Portugal em Brasília impulsionou o ateliê e deu mais visibilidade, algo que trouxe novos clientes e novas parcerias, permitindo diferenciar o portfólio de trabalho com projetos em escalas maiores, que até então o ateliê ainda não tinha conseguido alcançar. J.N. também destacou o concurso do Parque Forlanini como um “divisor de águas” para o seu ateliê, que permitiu uma projeção internacional muito significativa. C.R. destaca que os concursos proporcionam um momento de troca e colaborações essenciais para o ateliê. Todos os três enfatizaram muito a importância das parcerias em um concurso. Os concursos proporcionam a oportunidade de trabalhar com equipes disciplinares diversas, profissionais de outros campos e reforçam em muitos dos casos ligações

que extrapolam o trabalho do concurso em si, podendo evoluir para outros trabalhos de outras naturezas, outros clientes. Cristina Castel-Branco (C.C.B.) avalia que, por ano, em seu ateliê, participam de dois a três concursos e, naturalmente a taxa de sucesso em um concurso é baixa e por isso os concursos representam um risco alto, com custos portanto elevados.

J.N. identifica três aspectos que explica a importância dos concursos: o primeiro é a angariação de trabalho. Para o Arquiteto, os concursos são um meio econômico de conseguir trabalho, pois não desperdiça tempo em “relações sociais”, uma forma muito usual no meio profissional para se conseguir trabalho, mas que, segundo o arquiteto se mostra economicamente desfavorável, pois é preciso investir muito tempo e o retorno não compensa. A outra razão é o que o Arquiteto chama de razão de “caráter cultural”. Os concursos respondem (tendo em conta suas evidentes limitações de alcance) à necessidade dos projetistas de saber se está oferecendo à melhor resposta à um problema. Por isso, os concursos dão uma

segurança ao profissional, legitimam o seu direito de projetar, uma vez que sua resposta ao problema foi comparada com tantas outras e foi escolhida em detrimento de todas as outras. Finalmente, o Arquiteto destaca também o caráter investigador dos concursos. Gerar cultura, novas idéias, buscar soluções a perguntas ainda sem respostas é algo intrínseco aos concursos. O grau de liberdade para pesquisa e investigação é muito maior, pois os concursos não estão presos ao pragmatismo que envolve os trabalhos comissionados diretamente.

Algo que trouxe algumas opiniões diferentes entre os arquitetos foi a resposta à pergunta sobre o que motiva a entrada do ateliê em concursos específicos. Quando questionados sobre o que os faziam escolher entrar em certos concursos as arquitetas C.P., C.C.B. e C.R. colocaram em primeiro lugar o tema (ou programa) e o sítio em que o concurso propunha desenvolver.

C.R. acredita que os prêmios são importantes como uma forma de medir se as entidades que estão a lançar o concurso estão a investir seriamente nisto. Também destaca a importância de saber quem é o júri, pois é necessário que haja um interlocutor do outro lado do concurso que consiga reconhecer o trabalho que lhe é apresentado.

C.C.B pondera que, além do tema, tem em consideração a dimensão do concurso, se o mesmo tem uma dimensão interessante e também se não é grande demais, uma vez que isso traria a necessidade de associar-se a outras grandes empresas. C.C.B também acredita que os prêmios são importantes e enfatiza que os mesmos não deveriam ser limitados somente ao primeiro lugar. Considera que o investimento de um ateliê e as enormes reservas criativas de trabalhos que os mesmos oferecem ao participarem de um concurso deveriam ser recompensadas e reconhecidas pelos organizadores dos concursos de forma monetária, mesmo que o valor seja para cobrir os custos básicos investidos pelos ateliês ao entrarem em um concurso.

Por outro lado J.N. e C.P. disseram que o prêmio não é algo que determina as suas entradas em concursos uma vez que acreditam que o lhes interessam realmente é poder executar a obra, ou seja, o primeiro prêmio do concurso é ficar com um contrato para executar o projeto.

Para J.N. o mais determinante na escolha de entrar em um concurso é a equipa. Crê fundamental ter uma boa equipa com quem gosta de trabalhar e, por isso muitos dos concursos que escolhe participar têm a ver com quem fez o convite para trabalhar. Também destaca que o sítio, e as possibilidades de estudá-lo e contribuir para sua melhoria, têm muita importância nessa escolha.

Sobre os aspectos que não gostam em concursos J.N. e C.R. destacam que em alguns concursos há manipulação de resultados e que infelizmente nem todos os concursos são realmente isentos de imparcialidade, como deveriam ser. C.C.B. também diz nesse sentido que

o que lhe desagrada nos concursos é quando as entidades promotoras mudam os prazos de entrega e que isso evidencia muitas vezes a falta de seriedade e imparcialidade na execução do concurso, que muitas vezes aumenta o tempo de entrega para favorecer alguma equipe.

Outra questão que o J.N. destaca é o fato de muitos concursos serem determinados pela questão dos preços, ou seja, que um projeto pior seja escolhido por ter um valor final mais baixo. Nesse sentido, C.R. também diz que já teve propostas rejeitadas ao primeiro prêmio por aparentarem serem complexas e portanto caras de serem executadas. J.N. observa também que em alguns países a burocracia em termos de comprovações obrigatórias a serem apresentadas pelos ateliês que tencionam participar em concursos é enorme. Isto prejudica o verdadeiro sentido do concurso, ou seja escolher a melhor proposta apresentada, pois dificulta a entrada e muitas vezes elimina propostas que seriam melhores que outras por motivos que nada tem a ver com o projeto em si.

C.P. destaca os prazos de entrega curtos dos concursos muitas vezes é insuficiente, principalmente quando se trabalha com equipes multidisciplinares. Outra questão que desagrada é o fato de que muitos concursos não são remunerados, o que implica em um investimento que deve ser ponderado. C.C.B também enfatiza esse ponto, de que os concursos deveriam pagar os concorrentes: “(...) uma reserva de criatividade tão extraordinária como é uma equipa de arquitetura devia ser mais bem respeitada e mais bem defendida. Nos concursos devia haver de fato uma ética em que o cliente percebia que tinha imenso a ganhar ao fazer um bom concurso, mas que para isso tinha que pagar e não ser só ficar com ideias e não ter que pagar nada por isso.”

Todos os arquitetos destacaram diversos concursos em que participaram. Alguns desses concursos marcaram por terem sido experiências de grande sucesso, outras de muito aprendizado e outras também muito frustrantes. C.R., C.P. e J.N. participaram do concurso para a expansão do Jardim da Gulbenkian, realizado em 2019 e o destacaram como uma experiência positiva. C.P. e C.R. observam como as memórias afetivas pessoais que possuem do local deram muito significado para esse concurso e o tornaram uma experiência única. C.R. diz: “Foi revisitar o sítio, revisitar as publicações. Este é um sítio onde eu construí as minhas memórias de infância e o meu primeiro contato com a arte. Eu me lembro perfeitamente de ter para aí 8 anos e entrar no grande auditório e ver os jardins de cobertura. Eu lembro que em criança isso me deixou uma marca muito forte.” C.P. também diz nesse mesmo sentido: “Durante anos e anos nós crescemos em Lisboa sempre a ver os muros à volta. Um bocadinho como aquela história que eu costumava ouvir (...) ‘O Gigante Egoísta’. Então atrás dos muros havia um jardim maravilhoso. E nós crescemos a imaginar o que seria que estava ali atrás, só se via o arvoredo assim por cima. Quando fomos lá a primeira vez a fazer essa visita guiada e abriram-nos o portão para entrar foi: ‘Uau!!’ Um sonho.”

O sonho, a vontade de colaborar por um espaço melhor, inclusive é um dos grandes moti-

vadores de todos os entrevistados para participar de concursos. É também de certa forma, como foi apontado por C.P. uma fraqueza dos arquitetos paisagistas, pois muitos clientes, inclusive particulares, se aproveitam dessa característica quase inerente aos arquitetos de não resistirem a pensar em soluções e em ideias para todos os tipos de problemas e lugares, para não remunerarem os concursos.

Uma questão que foi apontada em algumas entrevistas é a resistência, por parte de alguns organizadores de concursos, em reconhecer a função essencial do arquiteto paisagista e aceitar a necessidade de seu papel de protagonismo quando se trata de espaços exteriores. C.R., por exemplo, refere à questão de que apesar do concurso para a expansão do Jardim da Gulbenkian se tratar de uma intervenção para ampliar o centro de arte moderna em 700 m² aquilo que estava realmente em causa era a ampliação do jardim em quatro hectares, ou seja, a concretização do sonho de Ribeiro Telles em expandir o jardim até os limites da propriedade. Apesar disso os convidados a participar do concurso foram arquitetos e não arquitetos paisagistas (os arquitetos paisagistas participaram a convite dos arquitetos). C.C.B. ressalta que sua experiência como júri evidenciou a necessidade de ter arquitetos paisagistas como coordenadores das equipes de concursos em espaços públicos abertos: “Para ganhar concursos, sérios, grandes, com muito público e grande projeção, tem que ser alguém que sabe dos dois mundos. Não pode ser alguém que só sabe de um. Isto seria um concurso de arquitetura. Um concurso de arquitetura paisagista, onde de fato se fala dos espaços exteriores não pode ser completamente seguro ter só um arquiteto ou ter só um botânico. Tem que haver um arquiteto paisagista que integra as duas coisas”. Por outro lado, C.R. também pondera que, por haverem menos profissionais em arquitetura paisagista em Portugal os organizadores dos concursos devem querer alargar a possibilidade de número de respostas e por isso não limitam os concursos somente aos arquitetos paisagistas: “(...) existe esta problemática de que como nós somos poucos arquitetos paisagistas, se pedem um coordenador que seja arquiteto paisagista a partida as entidades que lançam os concursos - que é um grande investimento - podem arriscar a ter poucas respostas)”.

Em comum, J.N., C.R. e C.P. avaliam de maneira positiva como os concursos possibilitam o trabalho colaborativo entre equipes multidisciplinares e que isso gera muitas vezes mais convites de trabalhos. Outro destaque em comum é a visibilidade que os concursos dão, gerando um alcance que extrapola o concurso em si e traz outros clientes ou colaboradores que foram atraídos pelo desempenho do ateliê em determinados concursos.

Sobre a questão levantada acerca da contribuição dos concursos para a internacionalização da arquitetura paisagista portuguesa e do próprio ateliê, C.R., J.N. e C.P. foram unânimes ao dizer que certamente os concursos colaboram para a internacionalização da primeira. Já sobre a internacionalização do próprio ateliê isto é uma realidade muito concreta para a PROAP. J.N. destaca que os concursos foram fundamentais para a internacionalização do

seu ateliê e que não há outra forma de se internacionalizar em Portugal se não com a participação em concursos. Observa também como na história contemporânea os ateliês de arquitetura se internacionalizaram através dos grandes concursos e cita os exemplos de Jean Nouvel e Renzo Piano. Para a F.C e a Baldios a internacionalização ainda é algo pontual. A FC é finalista, junto com a PROAP e outros nove concorrentes de todo o mundo ao prêmio internacional Rosa Barba da bienal de Barcelona de 2020, um prêmio de grande destaque a nível mundial da arquitetura paisagista. C.R. diz que para a Baldios a internacionalização ainda não é uma realidade, mas que os concursos podem ser uma porta para isso.

Quando questionados sobre a contribuição dos concursos para o aumento do reconhecimento e qualidade da arquitetura paisagista todos os arquitetos responderam que os concursos desenvolvem um papel importante sob esse aspecto. C.P. acredita que com a divulgação final dos trabalhos em concursos o nível de qualidade dos trabalhos aumenta. A arquiteta destaca que exposições realizadas ao final de concursos, como foi o caso da Praça de Espanha e da Expansão do Jardim da Gulbenkian ajudam muito a aumentar a competitividade. J.N. explica que o aumento de qualidade acontece tanto pelo fato de os concursos promoverem investigação quanto porque promovem a competição: “Somos profissionais que trabalham pragmaticamente para fazer funcionar uma equipa, para pagar ordenados, pagar rendas (...) mas temos também outra atividade. É a atividade de conseguir gerar cultura, consegui gerar ideias inovadoras, respostas a perguntas que não tinham respostas, outras maneiras de ver e, portanto de gerar um património para nossa profissão que frequentemente não se exprime só através da obra construída, exprime-se também através de textos, de desenhos, de ilustrações, de perspectivas, de novas maneiras de fazer coisas. Eu creio que tudo isso é extremamente, ou melhor, é muitíssimo mais ativado num concurso do que num trabalho”. C.C.B. salienta que concursos bem preparados, com cadernos de encargos que exijam a sabedoria da arquitetura paisagista colaboram para evidenciar a imprescindibilidade da profissão.

Finalmente, J.N. ressalta que os concursos deveriam penetrar as escolas. As escolas deveriam incentivar os alunos a se interessar e acompanhar esse processo e usar disso para que os estudantes ganhem algo que o considera fundamental e difícil de obter, que é a capacidade crítica. C.P. recorda-se de começar a treinar para concursos na escola, incentivados por uma professora e como isso foi fundamental para desenvolver habilidades preparatórias para seu futuro profissional. J.N. acredita que os concursos proporcionaram os momentos em que ele mais aprendeu em sua vida: quando, diante de um júri, os finalistas de um concurso apresentam suas ideias “com a agressividade e com a energia de quem quer ganhar um concurso e em que me foi dada a gratíssima oportunidade de conseguir acompanhar e de criticamente ajuizar”.

8. Conclusão

8. Conclusão

Diante daquilo que foi possível reunir na fase de pesquisa de estado da arte, o tema das competições em arquitetura paisagista em Portugal não foi ainda investigado e debatido com a intensidade que sua influência poderia corresponder para a ciência e a arte. Por essa razão, o trabalho procurou se aproximar do tema através de abordagens diferentes e simultâneas, para então cruzar essas informações e obter um quadro que responda às questões sobre o panorama deste meio de atuação. Entrevistas, tabelas, dados e gráficos, informações, imagens e publicações sobre concursos realizados, participação pessoal em um concurso, foram formas diferentes de abordar uma mesma questão. O agrupamento de informações sobre os concursos em arquitetura paisagista resultaram em segmentos de noções e bases que desenharam uma visão do estado dessa atividade.

A natureza dos concursos

A competição parece ser para o meio da arquitetura paisagista, assim como é para a arquitetura, algo inevitável. Desde os primeiros contatos com o pensamento da paisagem na escola aos primeiros projetos a serem desafiados pelos professores aos alunos, a abordagem competitiva se faz presente. Entende-se que competir pode ser uma forma de aprender, como um incentivo a ir além, de vencer a inércia da zona de conforto que criamos quando não nos desafiamos. Nesse sentido, a competição é uma ferramenta para desenvolver capacidade crítica, para perceber as próprias potencialidades e falhas confrontando e estudando seu trabalho e o de outros. A competição inicia-se na escola, mas ultrapassa esse ambiente e penetra a atividade profissional por meio principalmente dos concursos. Os concursos são possibilidades de enriquecimento cultural e crítica de projeto.

Um espaço é somente um espaço. Mas, com profissionais desafiados a pensar em propostas para esse espaço apresentarão cem respostas diferentes. É difícil concorrer com a riqueza de possibilidades que um concurso consegue oferecer. Essa forma de atuação torna-se extremamente atrativa, especialmente considerando as facilidades que o mundo atual conectado e globalizado oferece. Para uma entidade que pretende contratar um profissional, promover um concurso apresenta diversas vantagens. A dinâmica de um concurso, quando bem organizado e imparcial, permite a possibilidade de legitimar uma escolha, uma vez que vários trabalhos foram comparados e se escolheu o melhor entre eles. Além disso, a entidade fica com um rico repositório de investigações, ideias e soluções.

Há uma natureza intrínseca ao ser humano que o desafia a querer sempre se comparar. No âmbito da arquitetura paisagista é inevitável querer comparar um projeto com outro, uma solução com outra, uma forma de responder a um problema com inúmeras outras formas que se apresentam. Isso faz parte do processo de se atualizar, aprender, evoluir. Os concursos oferecem para os profissionais uma forma de voltarem à escola, voltarem a serem desafiados e verem o que seus ‘colegas’ estão produzindo, pensando e projetando.

O alcance que certos concursos abrangem permite alavancar e consolidar o profissional em seu meio e inseri-lo em espaços que por outras formas seria muito mais difícil. A competição proporcionada por um concurso também cria, entre os membros do próprio ateliê e as parcerias que, por consequência, se formam com profissionais de outras disciplinas, a sensação de estar em uma equipe. Isso reforça laços e ajuda a construir entrosamentos que facilitam trabalhos futuros.

Outra questão muito atraente para os arquitetos paisagistas projetistas é a possibilidade que os concursos oferecem de liberdade criativa. No dia-a-dia de um arquiteto paisagista os trabalhos se apresentam com limitações pragmáticas como valor, cliente, tempo de execução. Isso bloqueia em grande parte a essência do trabalho de criar e projetar. Em um concurso de ideias essas amarras se diluem e as possibilidades de se ousar e ir além cativa os profissionais a participarem de concursos. Saber que tem a capacidade técnica e criativa para modificar vidas, melhorar lugares e paisagens e ser oferecido a chance da possibilidade de sonhar com essa realização através de um concurso é um atrativo muito grande para muitos profissionais.

Os concursos, porém também têm uma natureza dura. Com adesão cada vez maior de profissionais o nível de competição aumenta sempre mais e as chances de se ganhar um concurso são muito baixas, mesmo apresentando ótimos trabalhos. Os fatores que decidem um vencedor, a um nível muito elevado de qualidade entre os classificados se tornam muito relativos e dependem muitas vezes de coincidir com vontades subjetivas do júri. Isso torna a entrada em concursos um risco que nem todos têm a possibilidade de correr. O investimento que um ateliê precisa fazer para ter alguma chance de ganhar um concurso envolve muitos custos, muito tempo de trabalho, muito material, muita pesquisa e mão de obra técnica e especializada.

Finalmente, ao analisar propostas – bem e mal classificadas - apresentadas por ateliês para diversos concursos, algo que parece ser essencial em uma competição é a comunicação. Observa-se que não há naturalmente, como em outros tipos de trabalho, o voto de confiança no profissional. É preciso provar que é o melhor, que consegue oferecer a melhor resposta, o melhor projeto. A única forma de provar isso em um concurso anônimo é saber comunicar.

Ao nível de competições a comunicação é uma arte por si só já muito desenvolvida e especializada. A utilização de software para produção de imagens 3D e equipamentos como drones encarece a participação nos concursos e o torna um investimento ainda mais inseguro para muitos profissionais. Além de conhecimento técnico, boas soluções, saber científico é preciso ter as ferramentas para comunicar muito bem tudo isso, a ponto da proposta apresentada conseguir se destacar entre tantas outras que também utilizam os mais variados e modernos meios de representação gráfica. Os desenhos elaborados, as peças desenvolvidas, a linguagem utilizada para representar uma intenção, aparecem em concursos meticulosamente organizados, pensados e unificados. Saber criar uma linguagem atraente e conseguir se exprimir dentro do limitado número de peças permitidas nas regras dos concursos são habilidades que exigem muito tempo, investimento, treino e organização de uma equipe.

Atualmente, ferramentas que permitem imagens foto-realistas são amplamente utilizadas em concursos e, em alguns casos, parecem determinantes para os resultados. Nesse sentido é preciso pontuar que essas imagens são algo que não necessariamente atestam a qualidade de um projeto, mas que, para um olhar menos experto, pode se deixar enganar. Nesse sentido, reforça-se a importância de um júri especializado e experiente nas disciplinas que se apresentam em causa no concurso.

Os concursos em Portugal

A participação em concursos de concepção em arquitetura paisagista é uma atividade comum atualmente para muitos ateliês em Portugal. No meio profissional, as competições se tornaram uma realidade difícil de não se envolver. Conforme já apresentado neste trabalho, participar em concursos oferece muitas vantagens, sobre diversos aspectos, que vão além de ganhar o concurso em causa. Isso, portanto, atrai tanto escritórios já consolidados no mercado e com uma gama de clientes diferenciados como novos profissionais que querem alavancar suas carreiras.

No contexto da arquitetura paisagista em Portugal, o alcance que um concurso consegue atingir é quase sempre muito maior que um trabalho comissionado diretamente. A possibilidade de expandir a projeção de clientes e parcerias é muito importante para a manutenção de um ateliê. O mercado português, com suas limitações naturais, também impulsiona arquitetos paisagistas a se arrisarem nesse nicho, devido à possibilidade de aumentar suas chances de angariar trabalho, tanto no próprio país como em países estrangeiros.

Ao analisar os concursos em arquitetura paisagista realizados em Portugal nos últimos anos fica evidente que o nível dos trabalhos desenvolvidos para essas competições é alto. Os

projetos apresentados comprovam conhecimentos, soluções técnicas e de design e qualidade representativa de qualidade. Nos concursos em que foi possível ter acesso às peças apresentadas como, por exemplo, o da Praça de Espanha ou o do Parque Urbano da Quinta do Marques de Abrantes, as ótimas propostas não se limitaram a somente aos vencedores escolhidos.

Um dado que é preciso considerar no contexto dos concursos públicos de concepção em arquitetura paisagista em Portugal é que, desde a criação do CCP o número de concursos lançado é bastante irregular. Houve um pico de lançamentos de concursos nos dois primeiros anos que se seguiram ao ano de lançamento do CCP. Depois disso, o número de concursos nunca passou de oito por ano sendo que em 2008 esse número foi zero. Além disso, os concursos, quando analisados em termos de realização por localização, deixam muitas zonas de Portugal de fora. Isso leva a crer que esse processo pode não ser ainda muito consolidado e utilizado por parte das entidades públicas. Pelos dados recolhidos nesta investigação, percebe-se que promover um concurso exige muito investimento, trabalho, organização e experiência (Castel-Branco, entrevista Anexo III). Isso pode ser um dos fatores que impedem a realização de mais concursos, principalmente diante das dificuldades que os serviços públicos podem apresentar.

O conflito entre a área de atuação da arquitetura e da arquitetura paisagista é uma questão que se evidencia nos concursos públicos em Portugal. Muitas vezes, concursos com programas que são totalmente relacionados a espaços exteriores permitem a coordenação de arquitetos, mesmo sendo esta uma especialidade do arquiteto paisagista. Trabalhos multidisciplinares são comuns e necessários em projetos de grande escala, mas ainda encontra-se resistência por parte das entidades organizadoras dos concursos de admitir a exclusiva coordenação desses projetos a arquitetos paisagistas.

Visões futuras

Os concursos apresentam uma enorme fonte de conhecimento para ser estudado e reconhecido. Esta dissertação espera contribuir para promover o estudo e estimular a publicitação dos concursos realizados a nível nacional. Alguns países como o Canadá e a Suíça possuem plataformas que fazem mapeamentos dos concursos que foram realizados e que estão em curso ao longo de seu território, bem como mantêm portais que publicam esses concursos e os seus respectivos resultados. Grande parte da vantagem dos concursos é a publicitação gerada bem como exposições, catálogos, discussão na praça pública das propostas. Portanto para fomentar a entrada de mais profissionais e consequentemente aumentar a qualidade dos concursos, é muito importante que existam plataformas que suportem, publiquem e

divulguem os concursos. Apresentar os resultados e, com o consenso dos participantes, divulgar imagens dos trabalhos apresentados, acrescenta muito para o aumento da qualidade da arquitetura paisagista.

Considerando a necessidade de maior abertura e divulgação dos concursos, outra instituição que ganharia muito com isso são as escolas. Existe um grande potencial de aprendizado através dos concursos e, portanto a impossibilidade de os concursos penetrarem ainda mais as escolas (recordo T. Alfaiate em entrevista Catarina Pacheco, Anexo III). A riqueza de material e potencial educativo que existe nesse processo poderia ser mais explorada durante a formação acadêmica. Incentivar alunos a acompanharem os concursos e seus resultados, bem como simular concursos entre os estudantes é uma forma de estimular o desenvolvimento da capacidade crítica e prepara-los para um mercado que cada vez mais acolhe a prática dos concursos. Os próprios programas dos concursos também podem ser conteúdos para linhas investigativas (recordo Nunes, entrevista anexo III).

O tema dos concursos, e em especial os concursos em arquitetura paisagista, são fontes ricas de investigação que ainda permanecem pouco explorados. Esta dissertação espera contribuir para o estudo da dinâmica da formação de julgamento, como um júri delibera e assim identificar tendências possíveis nesse processo. Outro ponto que este trabalho espera colaborar para o desenvolvimento é o estudo da delimitação de diferenças entre a relação do arquiteto paisagista com um processo por comissão (adjudicação direta), e um processo por concurso. Também espera colaborar para entender se existem, e quais são, as diferenças de um concurso cujo programa envolve um objeto diretamente relacionado com a arquitetura e outro cujo programa é relacionado com a arquitetura paisagista. Também há, a partir deste estudo, um questionamento sobre como pode ser feito o envolvimento da participação pública nos processos de concursos públicos. Em alguns casos estudados neste trabalho foi reconhecida uma participação pública pouco presente e ainda tímida ou pouco relevante, que poderia ser potencializada e bem explorada a partir de mais investigação.

Bibliografia

Bibliografia

CONCURSO PONTE VERDE DE QUELUZ. (2020). Acesso em 2 de Setembro de 2020, disponível em encomenda.oasrs.org/: <http://encomenda.oasrs.org/concursos/detalhe/X3ktkz/projecto-ponte-verde-de-queluz>

AAFDL EDITORA. (s.d.). Acesso em Setembro de 2020, disponível em <https://livraria.aafdl.pt/>: https://livraria.aafdl.pt/index.php?id_product=965&id_product_attribute=0&rewrite=direito-da-contratacao-publica-2-volumes&controller=product&id_lang=2

ACADEMIA.EDU. (s.d.). Acesso em 15 de Fevereiro de 2021, disponível em <https://lisboa.academia.edu/CristinaCastelBranco>

ACADEMIA.EDU. (s.d.). Acesso em 15 de Fevereiro de 2021, disponível em https://www.academia.edu/41156121/The_International_Call_for_Tenders_For_The_Tagus_And_Tranc%C3%A3o_Park_Chapter_3_By_Victor_Walker_and_Cristina_Castel_Branco

ALEMÃO, S. (2015 de Agosto de 2015). Câmara de Lisboa anula concurso para projecto do Parque Ribeirinho Oriente. Acesso em 5 de Fevereiro de 2021, disponível em O Corvo: <https://ocorvo.pt/camara-de-lisboa-anula-concurso-para-projecto-do-parque-ribeirinho-orient/>

ANDRESEN, T. (2003). Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas [1940-1970]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ARCHIPRIX. (s.d.). Acesso em 10 de Fevereiro de 2021, disponível em <https://www.archiprix.pt/national/domain/pt/userfiles/Catarina%20Raposos.jpg>

BALJON, L. (1992). Designing parks : an examination of contemporary approaches to design in landscape architecture, based on a comparative design analysis of entries for the Concours International: Parc de la Villette, Paris, 1982-3. Amsterdam: Agricultural University. Promotor(en): M.J. Vroom. - Amsterdam : Architectura & Natura Press.

BARATTO, R. (2016 de Janeiro de 2016). Concurso para a renovação do Jardim da Praça do Império em Lisboa. Acesso em 6 de Dezembro de 2020, disponível em ArchDaily Brasil: https://www.archdaily.com.br/br/780829/concurso-para-a-renovacao-do-jardim-da-praca-do-império-em-lisboa?ad_medium=gallery

BARRETO, A. F. (2003). “Os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian” in A Utopia e os Pés na Terra. Ministério da Cultura.

CÂMARAMUNICIPALDELISBOA. (s.d.). Concurso Público de Concessão para a Elaboração do Projeto do Espaço Urbano da Praça de Espanha. Acesso em 23 de Janeiro de 2021, disponível em Termos de Referência. Anexo II. Identificação do Júri: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/concursos/PCEspanha/Juri/Pra%C3%A7a_de_Espanha_Anexo_II_Identifica%C3%A7%C3%A3o_do_Juri.pdf

CASTEL-BRANCO, C., & WALKER, V. (1998). O Livro Verde - The Green Book, EXPO'98. Lisboa: Parque Expo 98.

CENTRE POMPIDOU. (s.d.). Acesso em 9 de Dezembro de 2020, disponível em Site do Centre Pompidou: <https://www.centrepompidou.fr/en/ressources/oeuvre/cgzzB47>

CENTRO DE ESTUDO DE ARQUITECTURA PAISAGISTA “PROF. CALDEIRA CABRAL”. (2010). Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa.

CHAMPENOIS, M. (29 de Março de 1983). Le Monde. Acesso em Janeiro de 2021, disponível em Lemonde.fr: https://www.lemonde.fr/archives/article/1983/03/29/le-concours-de-la-villette-un-parc-a-geometrie-aleatoire_2841650_1819218.html

CHUPIN, J.-P., CUCUZZELLA, C., & HELAL, B. (2015). Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge. An International Inquiry. Montreal (Quebec): Potential Architecture Books.

COMBERG, E. (23 de Agosto de 2018). Como o Parc de la Villette influenciou a maneira como projetamos nossos parques no século XXI. Acesso em 06 de Janeiro de 2021, disponível em Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/900296/como-o-parc-de-la-villette-influenciou-a-maneira-como-projetamos-nossos-parques-no-seculo-xxi>

COMPETITIONS-ARCHIVE LLC. (s.d.). Acesso em 16 de Outubro de 2020, disponível em Site da Competitions-Archive LLC: <https://competitions.org/>

CONCURSO PARA O PLANO PILOTO.WIKIPEDIA. (s.d.). Acesso em 4 de Setembro de 2020, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Concurso_para_o_Plano_Piloto_de_Bras%C3%ADlia

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO PARQUE URBANO DA PRAÇA DE ESPANHA. (s.d.). Acesso em 18 de Novembro de 2020, disponível em Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/concursos/concurso-publico-de-concecao-para-elaboracao-do-projeto-do-parque-urbano-da-praca-de-espanha>

DIRECTIVA 92/50/CEE DO CONSELHO DE 18 DE JUNHO DE 1992. (s.d.). Acesso

em 18 de Novembro de 2020, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31992L0050>

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS EM GENEVRA. WIKIPÉDIA. (s.d.). Acesso em 25 de Outubro de 2020, disponível em Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escrit%C3%B3rio_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_em_Genebra

ESTÁ A NASCER UM NOVO PARQUE VERDE EM MARVILA. (s.d.). Acesso em 5 de Fevereiro de 2021, disponível em Lisboa.pt: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/esta-a-nascer-um-novo-parque-verde-em-marvila>

FC-AP. (s.d.). Acesso em 10 de Fevereiro de 2021, disponível em FC Arquitetura Paisagista: <http://www.fc-ap.com/atelier>

FONDATIONLECORBUSIER. (s.d.). Acesso em 15 de Dezembro de 2020, disponível em http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjec-tId=6086&sysLanguage=en-en&itemPos=135&itemSort=en-en_sort_string1%20&item-Count=215&sysParentName=Home&sysParentId=65

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. (s.d.). Acesso em 6 de Dezembro de 2020, disponível em Documentos Gulbenkian : <https://gulbenkian.pt/arquivo=-digital-jardim/?s-&phs=38>

GOODREADS. (s.d.). Acesso em Outubro de 2020, disponível em goodreads.com: <https://www.goodreads.com/book/show/29238233-do-est-dio-nacional-ao-jardim-gulbenkian>

GUILHERME, P. M. (2016). O concurso internacional de arquitectura como processo de internacionalização e investigação na arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura . Tese de doutoramento em Arquitectura - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

MOUSSAVI, F. (2013). Viewpoints: Farshid Moussavi on Competitions: “Creative Leaps in the arena of architectural competitions. The Architectural Review.

OASRS. (s.d.). Acesso em 04 de Fevereiro de 2021, disponível em Concurso Projecto Ponte Verde de Queluz: <http://encomenda.oasrs.org/concursos/detalhe/X3ktkz/projecto-ponte-verde-de-queluz>

OASRS. (2020). Fonte: encomenda.oasrs.org/.

OASRS.ORG. (11 de Fevereiro de 2019). Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul. Acesso em 4 de Outubro de 2020, disponível em Site da Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul: <http://encomenda.oasrs.org/noticias/detalhe/detalhe/proposta-vencedora->

-do-concurso-para-o-parque-urbano-da-praca-de-espanha-dos-npk-e-atelier-rua-foi-apresentada-hoje

OMA. (s.d.). Acesso em 20 de Dezembro de 2020, disponível em Site da OMA: <https://oma.eu/projects/parc-de-la-villette>

OPÉRA NACIONAL DE PARIS. (s.d.). Acesso em 22 de Janeiro de 2021, disponível em [operadeparis.fr](https://www.operadeparis.fr/en/magazine/350-years/architecture/1314-the-palais-garnier-or-the-new-opera): <https://www.operadeparis.fr/en/magazine/350-years/architecture/1314-the-palais-garnier-or-the-new-opera>

PAINÉIS E DOSSIER DA PROPOSTA VENCEDORA 2ª FASE DO CONCURSO PARA O PROJETO DO PARQUE URBANO DA PRAÇA DE ESPANHA. (s.d.). Acesso em 25 de Junho de 2020, disponível em Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/unidades/poente_orient/Pra%C3%A7a_de_Espanha_-_O_Caminho_da_%C3%81gua_compressed.pdf

PINCHA, R. D. (22 de Janeiro de 2018). Publico.pt. Acesso em 04 de 02 de 2021, disponível em Qual destes parques quer ver na Praça de Espanha? Reportagem de João Pedro Pincha: <https://www.publico.pt/2018/01/22/local/noticia/praca-de-espanha-1800072>

PROAP. (s.d.). Acesso em 10 de Fevereiro de 2021, disponível em <http://www.proap.pt/pt-pt/proap/equipa-4/joao-nunes/>

PROAP Arquitectura Paisagista. Direção: Nunes, J. Ribas, C. Zoilo, I. Jacinto, N. (2011). Concursos Perdidos (Tiago Torres Campos ed.). (D. J. Peace, & C. Silva, Trads.)

PROF. FRANCISCO CALDEIRA CABRAL - PORTAL JARDIM. (s.d.). Acesso em 03 de 01 de 2021, disponível em <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia/>

SANCHEZ, P. F. (2020). Direito da Contratação Pública. Volume I e II. Lisboa: AAFDL.

WOOK.PT. (s.d.). Acesso em Novembro de 2020, disponível em <https://www.wook.pt/livro/proap-concursos-perdidos-lost-competitions-arquitectura-paisagista/13167740>

WORLDARCHITECTURE.ORG. (s.d.). Acesso em Novembro de 2020, disponível em <https://worldarchitecture.org/architecture-news/cpmzh/book-launch-architecture-competitions-cultural-identity-and-urban-quality.html>

ANEXOS

Anexo I – Tabela Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista desde o Código de Contratos Públicos

Anexo II – Imagens dos concurso para a Ponte Verde de Queluz

Anexo III – Entrevistas

**Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Pacheco
FC Arquitetura Paisagista**

**Entrevista ao Arq. Paisagista João Nunes
PROAP Arquitetura Paisagista**

**Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Raposo
BALDIOS Arquitetos Paisagistas**

**Entrevista a Arq. Paisagista Cristina Castel-
Branco
ACB Arquitetura Paisagista**

ANEXOS

**Anexo I – Tabela Concursos Públicos de
Concepção em Arquitetura Paisagista desde o
Código de Contratos Públicos**

Tabela Concursos Públicos de Concepção em Arquitetura Paisagista desde o Código de Contratos Públicos											
Data	Identificação do trabalho de concepção	dre link pdf	Entidade adjudicante	CPV	Localidade	Plataforma	Modalidade	JOUE	Ano	Valor prémio	Remunerado
1 2008-09-19		https://dre-pt/applicativo/file/3726106	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Limitado	Sim	2008	0	Não
2 2008-09-19		https://dre-pt/applicativo/file/3726107	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Limitado	Sim	2008	0	Não
3 2009-01-20	Requalificação do Jardim Municipal Constantino Palha e Qualificação dos Espaços Exteriores do Bairro dos Avieiros de Vila Franca de Xira	https://dre-pt/applicativo/file/3732155	Município de Vila Franca Xira	71420000	Vila Franca de Xira	cmvfxira	Concurso Público	Não	2009	0	Não
4 2009-01-27	Elaboração de projectos de execução para a requalificação de espaços ribeirinhos, de parques públicos e percursos pedonais - Parque Ribeirinho de Faro	https://dre-pt/applicativo/file/3733030	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
5 2009-01-27	Elaboração de Projectos de Execução para a requalificação de espaços ribeirinhos, de parques públicos e de percursos pedonais - Parque Ribeirinho de Olhão	https://dre-pt/applicativo/file/3733047	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
6 2009-01-28	Projectos de arquitectura e espaços urbanos para intervenção nos locais.	https://dre-pt/applicativo/file/3733376	Associação European Portugal	71220000	Lisboa	europan-europe	Concurso Público	Não	2009	54000	Sim
7 2009-02-09	Elaboração de projectos de execução para a requalificação de espaços ribeirinhos, de parques públicos e de percursos pedonais - Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António	https://dre-pt/applicativo/file/3733856	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
8 2009-02-09	Elaboração do Projecto de Intervenção e Requalificação da Ilha de Tavira	https://dre-pt/applicativo/file/3733860	Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
9 2009-03-27	Elaboração dos Planos de Praia da Fuseta Ria e Fuseta Mar e Cais de Acesso	https://dre-pt/applicativo/file/3738963	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
10 2009-03-27	Elaboração do Plano de Praia do Garrão	https://dre-pt/applicativo/file/3738965	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
11 2009-07-06	Concepção da ponte pedonal de ligação entre o rossio e o bairro do albei - Aveiro	https://dre-pt/applicativo/file/3749852	Município de Aveiro	71240000	Aveiro	cm-aveiro	Concurso Público	Não	2009	7500	Sim
12 2009-07-08	Concurso de Concepção para elaboração do programa base do projecto de execução do passeio ribeirinho do Seixal- QREN	https://dre-pt/applicativo/file/3750600	Município do Seixal	71222000	Seixal	cm-seixal	Concurso Público	Não	2009	0	Não

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

13	2009-07-09	Concurso concepção para elaboração do estudo prévio para o Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da área Ribeirinha de Amora	https://dre-pt/applicativo/file/3750645	Município do Seixal	71222000	Seixal	cm-seixal	Concurso Público	Não	2009	0	Não
14	2009-07-14	Praça Pública - Zona Ribeirinha de Vila Franca de Xira (Fábrica de Descasque do Arroz).	https://dre-pt/applicativo/file/3750588	Município de Vila Franca de Xira	71222000	Vila Franca de Xira	cmvfxira	Concurso Público	Não	2009	0	Não
15	2009-08-14	Elaboração de nove Projectos de Execução para as Intervenções previstas nos Planos de Praia	https://dre-pt/applicativo/file/3755652	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
16	2009-08-25	Projecto de Recuperação e Beneficiação da Antiga Estação de Comboios de Paradela - Sever do Vouga, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre-pt/applicativo/file/3756729	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
17	2009-09-03	Elaboração de Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Marítima do Núcleo da Amorosa	https://dre-pt/applicativo/file/3757911	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
18	2009-09-15	Elaboração de Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Marítima do Núcleo da Pedra Alta	https://dre-pt/applicativo/file/3759119	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
19	2009-09-18	Projecto de Expansão da Zona Ribeirinha da Folgosa (Doc. - Quinta da Reduída)	https://dre-pt/applicativo/file/3759701	Município de Armamar	71242000	Armamar	Não aplicável	Concurso Limitado	Não	2009	0	Não
20	2009-09-23	Elaboração de Projecto de Requalificação da Frente Ribeirinha da Praia Norte - Praia de Coral	https://dre-pt/applicativo/file/3760390	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
21	2009-09-30	Projecto de Requalificação dos Espaços de Usufruto Público da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro.	https://dre-pt/applicativo/file/3761074	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
22	2009-10-22	Elaboração do Plano de Pormenor da UP4 da Amareleja e respectivos Projectos de Obras e Urbanização	https://dre-pt/applicativo/file/3764056	Município de Moura	71250000	Moura	cm-moura	Concurso Público	Não	2009	0	Não
23	2009-10-29	Projecto de Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos, no âmbito da Intervenção da Polis Ria de Aveiro	https://dre-pt/applicativo/file/3765269	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	Não Aplicável	Concurso Público	Sim	2009	0	Não
24	2010-01-26	Concurso Público n.º 421/9/PC025 para a Elaboração de Projecto de Requalificação e Valorização da Frente Ribeirinha de Caminha	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3774207	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	compraspbl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

25	2010-01-27	Concurso Público n.º 421/10/PC004 para a Elaboração do Projecto de Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo - Núcleo do Cabedelo	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3774219	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
26	2010-02-02	Elaboração de Projecto de Mobiliário Urbano	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3774865	Município de Vale de Cambra	71240000	Vale de cambra	vortal	Concurso Público	Sim	2010	5000	Sim
27	2010-03-15	Concurso de Concepção do estudo prévio para a requalificação da Avenida Vasco da Gama, para a reabilitação e consolidação da falésia de Sines e para o reforço da acessibilidade à Avenida Vasco da Gama: Instalação de ligação vertical	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3778431	Município de Sines	71410000	Sines	vortal	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
28	2010-03-26	Concurso público de concepção de estudo prévio para a requalificação urbana do espaço público da margem norte do Sado	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3781465	Município de Alcácer do Sal	71200000	Alcácer do sal	vortal	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
29	2010-03-26	Concurso público de concepção de estudo prévio para a requalificação urbana do espaço público intramuros e acessos do castelo de Alcácer do Sal	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3781474	Município de Alcácer do Sal	71200000	Alcácer do sal	vortal	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
30	2010-04-07	Concurso Público de Concepção n.º PRA/10/FC005 para a Elaboração do Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Estarreja - Cais de Canelas, Cais de Salreu e Esteiro de Estarreja, no âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3783215	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
31	2010-05-06	Concurso Público de Concepção n.º PRA/10/FC010 para a Elaboração do Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar - Cais da Ribeira, Foz do Rio Cáster e Praia do Areíño, no âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3787434	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
32	2010-05-11	Concurso Público de Concepção n.º 101/10/PC010 para a Elaboração de Projectos de Execução para a Requalificação de Espaços Ribeirinhos, de Parques Públicos e Percursos Pedonais - Parque Ribeirinho de Olhão	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3787463	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71240000	Olhão	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
33	2010-05-26	Concurso de concepção para elaboração do projecto do "circuito aberto de arte pública e regeneração urbana do centro da cidade de Paredes	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3790491	Município de Paredes	71200000	Paredes	vortal	Concurso Público	Sim	2010	15000	Sim
34	2010-05-27	Concurso Público de Concepção n.º PRA/10/FC011 para o Projecto de Reordenamento, Requalificação e Valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar, no âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3790506	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

35	2010-06-15	Concurso Público de Concepção n.º PRA/10/PC012 para a Elaboração do Projecto de Requalificação e Valorização da Frente Lagunar de Ílhavo e Vagos - Área de Recreio Fluvial do Canal de Mira, entre a Costa Nova Sul e a Vagueira, no Âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3792972	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
36	2010-06-18	Projecto de Requalificação Urbana e Paisagística da Quinta da Mina e Cidade Sol	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3793510	Município do Barreiro	71240000	Barreiro	sphery	Concurso Público	Sim	2010	37500	Sim
37	2010-08-05	"Projecto de execução das lagoas de afirmação da ETAR de Frielas na várzea de Loures e seu enquadramento e valorização ecológica e paisagística" - CC/EP 01/10.	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3800736	SIMTEJO Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.	71242000	Lisboa	vortal	Concurso Público	Sim	2010	34000	Sim
38	2010-08-17	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC011 para a Elaboração do Projecto de Protecção de Sistemas Dunares e Arribas	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3802548	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
39	2010-08-17	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC013 para a Elaboração do Projecto de Qualificação e Valorização da Actividade Piscatória (Portinho do Forno - Carrapateira, Lapa das Lombas - Almogrove e Porto das Barcas - Vila Nova de Milfontes)	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3802550	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
40	2010-09-15	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC015 para a Elaboração do Projecto de Execução referente ao Projecto de Arranjo da Orla Costeira para a Praia do Almogrove	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3806801	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
41	2010-09-15	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC021 para a Elaboração do Projecto de Execução referente ao Projecto de Arranjo da Orla Costeira da Praia da Ingrina	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3806802	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
42	2010-09-24	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC020 para a Elaboração do Projecto de Execução referente ao Projecto de Arranjo da Orla costeira para a Praia Norte de Odeceixe (Zona Fluvial)	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3808024	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
43	2010-09-27	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC022 para a Elaboração do Projecto de Execução referente ao Projecto de Arranjo da Orla Costeira da Praia de Vale-Figueiras	https://dre.pt/applicativo/n/contenudo/3808029	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

44	2010-10-13	Terra Reabilitar, Fase 2 - Concurso de Ideias para uma Sala de Espectáculos e Parque de Campismo.	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3809859	Município de Ponte de Lima	71240000	Ponte de Lima	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
45	2010-11-03	Concurso de Concepção para Elaboração do Projecto do Parque Urbano do Paço de Giela - Arcos de Valdevez	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3813451	Município de Arcos de Valdevez	71200000	Arcos de Valdevez	vortal	Concurso Público	Sim	2010	25000	Sim
46	2010-11-05	Concurso Público de Concepção n.º SW/10/PC025 para a Elaboração do Projecto de Execução referente ao Projecto de Arranjo da Orla Costeira para a praia da Ilha do Pessegueiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3814017	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
47	2010-11-26	Concurso Público de Concepção n.º PRA/10/FC020 para a Elaboração do Projecto de Criação de Via Ciclável como forma de vivência da Ria, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3817590	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
48	2010-12-28	Concurso Público de Concepção n.º 01.PRA.10.PC2/AGS.ags para a Elaboração do Projecto de Requalificação e valorização da Pareira de Fermentelos - Criação de percursos pedonais e cicláveis, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3821255	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
49	2010-12-30	Concurso Público de Concepção n.º 01.PRA.10.PC5/AHO.aho para a Elaboração do Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Vagos - Margens do Rio Boco e Cais dos Moliceiros/Folsas Novas, no âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3821829	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2010	0	Não
50	2011-04-13	Concurso Público de Concepção n.º 01.PRA.11.PC11/AGS.ags para a Elaboração do Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Estarreja - Cais da Ribeira do Mourão e Estreito de Vetros, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3836334	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	0	Não
51	2011-05-26	Concurso Público de Concepção n.º 01.PRA.11.PC12/AGS.ags para a Elaboração do Projecto de Requalificação e Valorização da Pareira de Fermentelos - Parques de Espinhel, Requeixo e Carregal, no âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3843069	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	0	Não
52	2011-06-29	Concurso Público de Concepção n.º PRF.PRF.11.PC15/EMC.emc para a Elaboração do Projecto para a Ponte e Acessos à Praia de Faro e Parque de Estacionamento Exterior	https://dre.pt/applicativo/n/contenuto/3847845	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.	71322300	Olhão	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	0	Não

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

53	2011-06-30	Concurso Público de Concepção n.º 01.PL.N.11.PC17/RAM.ram para a Elaboração do Projecto dos Percursos de Informação e Sensibilização Ambiental do Parque Natural do Litoral Norte	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3848995	Polis Litoral Norte - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	71240000	Viana do castelo	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	0	Não
54	2011-07-01	Concurso Público de Concepção n.º PRA.PRA.11.PC24/AGS.ags para a Elaboração do Projecto de Reordenamento e Qualificação da Frente Lagunar de Ovar - Azurreira, no Âmbito da Intervenção do Polis Litoral Ria de Aveiro	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3849013	Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	71240000	Aveiro	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	0	Não
55	2011-08-12	2-A 070/UCGC/2011 - Concurso de ideias para a concepção do Parque Verde da Cidade de Alcobaça	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3855025	Município de Alcobaça	71200000	Alcobaça	cm-alcobaca	Concurso Público	Sim	2011	20000	Sim
56	2011-09-12	Concurso de Concepção (Ideias) Para a requalificação e Reordenamento da Praia e Frente de Mar da Figueira da Foz e Buarcos	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3859316	Município da Figueira da Foz	71200000	Figueira da foz	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	60000	Sim
57	2011-10-14	Concurso Público de Concepção n.º PSW.PCV.11.PC18/ACA.sh para a Elaboração do Projecto da Ecovia e Cicloviários do Litoral Sudoeste	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3863549	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S. A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2011	45000	Sim
58	2012-04-18	Novo Parque da Cidade na Quinta do Chinco: Concurso Público - Trabalhos de concepção para Parque Urbano Temático da Carapalha	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3885848	Município de Castelo Branco	71320000	Castelo branco	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2012	5000	Sim
59	2012-06-15	Concurso público de concepção n.º PSW.ISA.11.PC37/PP.rsv para a elaboração do projeto de reposição das condições de ambiente natural pela recuperação e proteção dos sistemas costeiros em Santo André	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3892515	Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S. A.	71240000	Odemira	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2012	3750	Sim
60	2012-08-10	Concurso de Concepção para Elaboração do Projeto do Campo das Cebolas/Doca da Marinha	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3897966	Município de Lisboa	71242000	Lisboa	saphery	Concurso Público	Sim	2012	35000	Sim
61	2012-12-10	Concurso Público de Concepção (Ideias) para a Regeneração Urbana de uma área localizada no Centro Histórico de Viana do Castelo	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3911803	Município de Viana do Castelo	71210000	Viana do castelo	gatewit	Concurso Público	Sim	2012	7000	Sim
62	2013-01-08	Concurso Público de Concepção para o "Parque da Cidade de Esposende"	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3914263	Município de Esposende	71200000	Esposende	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2013	10000	Sim
63	2013-01-15	Projeto de Requalificação da Frente Mar da Cidade da Horta	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3915414	Município da Horta	71220000	Horta	Não Aplicável	Concurso Limitado	Sim	2013	20000	Sim
64	2013-01-21	Elaboração do Estudo Urbanístico da Zona Central de Marinhas, Esposende	https://dre-pt/applicativo/conteudo/3915975	Município de Esposende	71200000	Esposende	compraspubl icas	Concurso Público	Sim	2013	5000	Sim

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

65	2013-03-12	Projetos de espaços urbanos para intervenção no local apresentado a concurso	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3923257	Município de Almada	71222000	Lisboa	europan-europe	Concurso Público	Não	2013	18000	Sim
66	2013-03-18	Projectos de espaços urbanos para intervenção no local apresentado a concurso	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/3923829	Município de Vila Viçosa	71220000	Lisboa	europan-europe	Concurso Público	Não	2013	18000	Sim
67	2014-12-12	Requalificação Urbana das Devesas Altas em Oleiros - Elaboração do Projeto	https://dre.pt/applicativo/r/file/64692102	Município de Oleiros	71320000	Oleiros	vortal	Concurso Público	Sim	2014	5000	Sim
68	2015-02-16	Revitalização da Praça 2 de Maio em Viseu	https://dre.pt/applicativo/r/file/66528760	Viseu Novo SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S. A.	71240000	Viseu	anogov	Concurso Público	Sim	2015	10000	Sim
69	2015-02-18	Concurso para conceção para Elaboração do Projeto do Parque Ribeirinho Oriente (Processo nº 0001/AQS/CP/DEPS/N.D./2015)	https://dre.pt/applicativo/r/file/66536624	Município de Lisboa	71242000	Lisboa	sphety	Concurso Público	Sim	2015	não informad	Sim
70	2015-03-19	Concurso de conceção para elaboração do projeto do "Parque Urbano da Vila de Oliveira de Frades"	https://dre.pt/applicativo/r/file/66810543	Município de Oliveira de Frades	79421200	Oliveira de frades	cm-ofrades	Concurso Público	Não	2015	43000	Sim
71	2015-03-24	Concurso Público de Conceção (idéias) para a regeneração urbana da Alta de Beja	https://dre.pt/applicativo/r/file/66841498	Município de Beja	71200000	Beja	gatewit	Concurso Público	Não	2015	12000	Sim
72	2015-03-24	Concurso de Conceção 1/2015 - Conceção do Plano de Regeneração Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Leiria	https://dre.pt/applicativo/r/file/66841501	Município de Leiria	71400000	Leiria	anogov	Concurso Público	Não	2015	5000	Sim
73	2015-04-10	Concurso Público de Conceção (idéias) da Ação Piloto para a Regeneração Urbana da Avenida da Liberdade, Braga	https://dre.pt/applicativo/r/file/66963876	Município de Braga	71222000	Braga	cm-braga	Concurso Público	Não	2015	20000	Sim
74	2015-06-25	Concurso Público de Conceção para a Elaboração do Projeto do Parque Urbano de Arruda dos Vinhos	https://dre.pt/applicativo/r/file/67591096	Município de Arruda dos Vinhos	71200000	Arruda dos vinhos	sphety	Concurso Público	Não	2015	6000	Sim
75	2015-12-29	Concurso de Conceção para a "Elaboração do Projeto de Renovação do Jardim da Praça do Império" - Processo nº 16/CPC/DA/CCM/2015	https://dre.pt/applicativo/r/file/72993162	Município de Lisboa	71000000	Lisboa	acingov	Concurso Público	Sim	2015	8000	Sim
76	2016-02-15	Concurso de Conceção do Parque Urbano de Águeda e da Requalificação do Parque da Alta Vila	https://dre.pt/applicativo/r/file/73616490	Município de Águeda	71400000	Águeda	acingov	Concurso Público	Não	2016	10000	Sim
77	2016-04-15	Concurso público de conceção para a elaboração do projeto do Parque Urbano Cruz do Montalvão, Castelo Branco	https://dre.pt/applicativo/r/file/74179657	Município de Castelo Branco	71320000	Castelo branco	compraspubl-icas	Concurso Público	Sim	2016	18000	Sim
78	2016-11-07	"Espaço do Artesão e Centro Comercial ao ar livre"	https://dre.pt/applicativo/r/file/75689797	Município de Bragança	71400000	Bragança	acingov	Concurso Público	Sim	2016	9000	Sim
79	2017-02-07	Requalificação do terreno do Palácio Nacional de Queluz	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/106415086	Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A.	71200000	Sintra	vortal	Concurso Público	Sim	2017	25000	Sim
80	2017-02-07	Elaboração do projeto Ponte Verde de Queluz	https://dre.pt/applicativo/r/conteudo/106415096	Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A.	71240000	Sintra	vortal	Concurso Público	Sim	2017	25000	Sim

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

81	2017-03-27	Concurso de Conção, Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas (Miragaia, Palácio de Cristal, Virtudes)	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/106657715	Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E. M.	71000000	Porto	gopcomp-em	Concurso Público	Sim	2017	18000	Sim
82	2017-03-30	Conceção para Elaboração do Projeto do Parque Urbano da Praça de Espanha (Processo nº 0001/AQS/CP/DGES/ND/2017)	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/106685979	Município de Lisboa	71242000	Lisboa	acingov	Concurso Público	Sim	2017	100000	Sim
83	2017-04-06	Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado - Aveiro	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/106825037	Município de Aveiro	71240000	Aveiro	acingov	Concurso Público	Sim	2017	10000	Sim
84	2017-10-09	Concurso Público de Conção (idéias) para o Cemitério de Ferreira.	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/108265127	Município de Albufeira	71250000	Albufeira	cm-albufeira	Concurso Público	Sim	2017	10000	Sim
85	2019-12-11	Elaboração de projeto de loteamento - Espaço público, zona habitacional e Pavilhão Desportivo	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/127095329	Município da Póvoa de Varzim	71240000	Póvoa de varzim	vortal	Concurso Público	Sim	2019	15000	Sim
86	2019-12-30	Projeto da Requalificação da Praça da Conjueteira e Envolvente	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/127648442	Gestão e Obras do Porto, E. M.	71322000	Porto	acingov	Concurso Público	Não	2019	31000	Sim
87	2020-01-08	Concurso público de conção para elaboração de projeto Municipal de Reformulação do Largo 5 de Outubro no Centro Histórico de Oeiras.	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/127858204	Município de Oeiras	71200000	Oeiras	anogov	Concurso Público	Não	2020	27500	Sim
88	2020-02-14	Conceção do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes (Bairro dos Alfínertes)	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/129246211	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana E. M., S. A.	71000000	Lisboa	saphety	Concurso Público	Sim	2020	18000	Sim
89	2020-01-01	Trabalho conção domínio intervenção urbanística/arquitetura	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/130944487	Município do Porto	71200000	Porto	balcaovirtual.cm-porto	Concurso Público	Sim	2020	31000	Sim
90	2020-05-14	Elaboração do projeto do Parque Urbano/Centro de Interpretação Ambiental da cidade de Oliveira Azeméis	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/133528518	Município de Oliveira de Azeméis	71240000	Oliveira de azeméis	acingov	Concurso Público	Sim	2020	10000	Sim
91	2020-05-25	Concurso de conção com vista à seleção de 1 (um) trabalho de conção para a Elaboração do Projeto de Requalificação da Praça da República em Sacavém	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/134394045	Município de Loures	71000000	Loures	vortal	Concurso Público	Sim	2020	30000	Sim
92	2020-10-22	Elaboração do projeto para o desenvolvimento do Parque da Cidade (3.ª Fase)	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/145989857	Município de Lagos	71222000	Lagos	saphety	Concurso Público	Sim	2020	15000	Sim
93	2020-10-30	Elaboração do projeto de requalificação do Eixo Central da Baixa de Faro	https://dre.pt/applicativo/n/conteudo/147096318	Município de Faro	71240000	Faro	acingov	Concurso Público	Não	2020	25000	Sim

*Fonte: Diário da República. <https://dre.pt/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2020. Dados referentes ao período de 1/01/2008 a 1/12/2020.

ANEXOS

Anexo II – Imagens dos concurso para a Ponte Verde de Queluz

Figura 30 – Imagem apresentada pela Biodesign, Lda / Tetraplano, Lda.



Fonte: (OASRS)

Figura 31 - Imagem apresentada pela Fora-Fagulha, Oliveira e Ruivo, Arquitectura e Urbanismo.



Fonte: (OASRS)

Figura 32 - Imagem apresentada pela Orla-Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista



Fonte: (OASRS)

Figura 33 - Imagem apresentada pelo Atelier do Beco da Bela Vista, Arquitectura Paisagista, Lda



Fonte: (OASRS)

Figura 34 - Imagem apresentada pelo Manuel Cordeiro & Nuno Figueiras – Arquitectos Paisagistas, Lda



Fonte: (OASRS)

Figura 35 - Imagem apresentada pelo Miguel Marcelino, Arquitecto, Lda



Fonte: (OASRS)

Figura 36 - Imagem apresentada por Caldeira Cabral e Elsa Severino – Gabinete de Arquitectura Paisagista, Lda



Fonte: (OASRS)

Figura 37 - Imagem apresentada por EPCA, E.P. – Estudos e Projectos e Consultoria Ambiental



Fonte: (OASRS)

* Todas as imagens foram retiradas de: OASRS. (s.d.). Acesso em 04 de Fevereiro de 2021, disponível em Concurso Projecto Ponte Verde de Queluz: <http://encomenda.oasrs.org/concursos/detalhe/X3ktkz/projecto-ponte-verde-de-queluz>

ANEXOS

Anexo III – Entrevistas

**Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Pacheco
FC Arquitetura Paisagista**

**Entrevista a Catarina Pacheco
Izabela Lamego |2021.01.25|
Realizada remotamente**

**I.L. Como avalia a importância
dos concursos para o ateliê?**

C.P. Para nós, desde o início da nossa carreira, os concursos foram sempre passos grandes e importantes que demos. O que acontece muito, como se calhar vai ver também em outros ateliês com quem vai falar, é não entrarmos em concursos sozinhas. A maioria dos concursos em que entramos para fazer trabalhos de arquitetura paisagista estamos dentro de um do processo com arquitetos. Isto porque é muito raro, não acontece muito, haver concursos só para arquitetura paisagista ou que a coordenação seja da arquitetura paisagista. Isso acontece, a maior parte das vezes, porque os concursos públicos têm a ver normalmente com a obra pública, vem associado a um equipamento, uma escola, um hospital. Por isso acontece muito esta questão de nós estarmos ligados a arquitetos.

Por acaso, no nosso caso específico, meu e da minha sócia, eu acho que foi muito importante desde o princípio o facto de entrarmos em concursos. Aliás, nós fomos colegas do ISA também e começamos a trabalhar juntas em coisas pequenas primeiro. Depois arranjamos outros trabalhos, em coisas ainda muito pontuais. O que foi muito importante enquanto peça de lançamento da nossa carreira, e que efetivamente nos lançou no mercado, foi exatamente o concurso público que entramos. Era um concurso de arquitetura em que era obrigatório ter um

arquiteto paisagista na equipa. Mas era um concurso de arquitetura. Era uma coisa gira, acabou por nunca ser construído. Era um concurso para a residência da Embaixada Portuguesa em Brasília. Nós e os arquitetos com quem entramos éramos uma equipa muito jovem. Foram muito difundidos os resultados. Ganhamos o primeiro prémio e depois apareceu no jornal dos arquitetos, nos vários meios que havia na altura. Não eram tantos como há hoje em dia, mas era o que havia na altura. Aquilo foi nos anos 90. Acabamos por, de repente, começar a receber telefonemas de pessoas que não conhecíamos de lado nenhum, outros arquitetos que com a visibilidade desse trabalho vieram chamarmo-nos para trabalhar. Por isso esse concurso público foi uma espécie de empurrão que nós tivemos.

Portanto, eu acho que os concursos têm importância. Como é possível ver pelo nosso site, fazemos muitas escalas de trabalho. Temos clientes particulares e clientes públicos. Temos muitas coisas menores, casas, por exemplo, mas também temos privados com equipamentos de maior escala, como hotéis. Mas depois, o que nos interessa verdadeiramente e que nos dá mais gozo mesmo, é trabalhar em obra pública. Poder, com o seu trabalho, impactar na vida de muita gente é algo que dá um gozo muito superior a uma moradia. Não estou a dizer que fazer uma coisa mais particular ou um desenho menor não é bom. Mas não é comparável ao gozo que dá trabalhar para as pessoas normais, para toda a gente, para pessoas que nem sabes quem são. Quer dizer, torna as coisas mais interessantes.

I.L. O que determina a vossa entrada em um concurso? (Tema de estudo, Júri, Prêmios, os Termos de Referência).

C.P. Existem várias modalidades de concurso. Há concursos de arquitetura paisagista que são por convite. Esses normalmente são coisas menores. Concurso público é para todos, quando é um curso por convite às vezes há entidades que convidam três ou cinco pessoas, por exemplo. Quando é um concurso público o que nos interessa é essencialmente o tema, o local. A questão do prémio... Não sei... Não é tanto pelo prémio até porque a maior parte dos cursos que nós entramos foi com a pretensão de fazer o projeto a seguir. O prémio, o primeiro lugar, era fazer o projeto. É isso que nos interessa. Fazer o projeto. Ou seja, não é tanto pelo prémio, é mais para angariar um trabalho que te interessa.

Nós ganhamos um concurso de espaço público há pouco tempo em que fizemos na altura do verão. Era uma equipa coordenada por arquitetos, mas composta por profissionais multidisciplinares em que uma das vertentes mais importantes era a dos engenheiros de tráfego. Eles fazem a parte toda do estudo de tráfegos dos autocarros e dos carros. O programa do concurso era para uma praça muito desqualificada e aí, nesse caso, podes dizer que é o sítio. Interessa-nos o sítio porque o sítio é tão mal e tão disfuncional que ainda nos interessa mais. Quando eles nos ligaram a perguntar se queríamos entrar e nos disseram qual era o sítio eu acabei por ficar surpresa e entusiasmada, pois acho maravilhoso o desvio por ser um sítio tão mau.

I.L. E qual é o sítio?

C.P. É a Praça da República em Sacavém, nos arredores de Lisboa. É uma zona encostada a Lisboa e por isso muitas das pessoas que vêm de outras zonas de subúrbios de Lisboa passam por Sacavém para chegar a Lisboa. Nessa praça há muitas paragens de autocarro e muito trânsito, é um nó viário muito complicado, uma confusão mesmo. Há muitos anos atrás aquilo era uma praça onde faziam a feira, era um recinto de feiras. Com o intensificar do crescimento da cidade de Lisboa e das pessoas que vieram morar nos arredores de Lisboa e com o crescimento que houve à volta, acabou por se tornar uma espécie de cruzamento gigante de carros, autocarros e pessoas a pé e engarrafamentos. Está tão mal que eu me interessei muito e quis participar do concurso. Porque aquilo precisa mesmo. E acho que ainda entusiasma-me mais porque estas a ajudar a resolver um problema e dar outra qualidade de vida às pessoas que têm todos os dias que passar por ali e usar aquele espaço.

I.L. O que mais gosta do processo dos concursos?

C.P. Da parte do sonho. Eu acho que a parte do concurso em relação ao trabalho concreto é que em um trabalho concreto tens um cliente concreto que te deu um programa concreto e ele está lá concretamente, fala contigo. Há mais responsabilidade porque tu te comprometes a fazer aquilo que está ali. Num concurso isso também pode haver, mas depende das modalidades. Há

concursos que são muito direcionados outros que não. Há concursos de ideias e esses são muito abertos. Nesses existe sempre um programa, alguma ideia do que fazer ali, existe algumas vezes a parte do budget, o que é que está envolvido em termos de investimento, qual é o dinheiro para se construir aquela obra, o que é que existe ali, mas ainda assim consegues sonhar mais porque estás mais longe, não sabes se aquilo vai acontecer ou não. Por isso é quase um exercício, como se estivesse na escola.

Aliás, nós na escola tínhamos uma professora de projeto que uma vez por semestre fazia um concurso. Então podíamos ficar na escola, ela de manhã lançava o desafio, tinhas dois dias para pensar naquilo, podias dormir na escola se quisesses. Ao fim do segundo dia apresentavas o teu projeto. Era uma coisa muito rápida, desenhos à mão e não te dava tempo para refletires muito. Era uma coisa muito imediata, tinhas que pensar muito rapidamente, resolver rapidamente as questões. E a professora dizia que era um treino para a vida futura. De facto foi um treino para a vida futura. Tens mais liberdade de pensamento.

Quando estás a apresentar os desenhos em concursos, não há tanto rigor. Ou seja, lanças uma ideia e é essa ideia que conta. Vais desenhar com o rigor que te é possível. Às vezes não há uma base de trabalho rigorosa disponível. Não há um levantamento topográfico rigoroso do local. E então há ainda mais possibilidades para sonhar, tens de propor, imaginar aonde vão os elementos do projeto, até onde ele se estende. É mais flexível. Se dizem que algo na

sua proposta não funciona podes contra argumentar que não há um desenho rigoroso por isso pode ser que dê. E se não der também não tem importância porque o que interessa é ganhares e depois vais ajustar essas coisas e também muitas outras coisas a seguir. Isto porque os concursos acabam por ser um estudo preliminar. Depois, quando ganhas o concurso para desenvolver o trabalho, muitas vezes a primeira fase é uma espécie de aferição com rigor daquilo que fizeste. Ou seja, o júri aprova, diz que gosta muito da sua proposta, mas também levanta questões que não concordam. Portanto, a seguir a ganhar o concurso tens que afinar certas coisas e alterar. Por isso gosto dessa possibilidade que os concursos permitem, de poder sonhar um bocadinho e das coisas não terem que ser tão rigorosas. Deixa-te margem para sonhar, é a parte gira.

I.L. Pode me dizer o nome da professora que mencionou antes?

C.P. Foi nossa professora de projeto, acho que era Projeto 1 talvez ou 2 foi logo no início. Era a Professora Teresa Alfaiate, ela tem um ateliê chamado Margem, em Lisboa. Era giro, ela era um pouco mais velha que nós, uma miúda ainda e por isso ainda tinha a escola dela muito presente também.

I.L. O que menos gosta do processo dos concursos?

C.P. Às vezes é o tempo, não termos muito tempo. Acontece muitas vezes os concursos serem com pouco tempo. Especialmente quando trabalhamos com equipas multidisciplinares ou mesmo quando estamos só

com os arquitetos. Isto porque eles também estão a desenvolver o trabalho deles e acaba por restar pouco tempo para desenvolveres o teu trabalho.

Depois, outra parte que não me agrada é que, muitas vezes ou a maioria das vezes, os concursos não são remunerados. E por isso tens que fazer um investimento para entrar nesse concurso. Nós somos uma estrutura mais pequenina e quando tiramos uma pessoa compromete muito. A maior parte dos cursos em que entramos é em equipas multidisciplinares. Normalmente são arquitetos coordenadores do equipamento qualquer em questão e nós contribuímos com a nossa parte desenhada para dentro do desenho deles. Acontece que quando não tens muito tempo não consegues fazer um desenho, o nosso ateliê não consegue fornecer o desenho. Portanto acabas por desenhar à mão e eles depois desenharam com base nisso. Por isso nem sempre é exatamente como tu querias porque não és tu que estás a fazer, não é igualzinho nem tem o mesmo rigor, a mesma graça gráfica. Não consegues transmitir tão bem as ideias.

Em relação à parte de não ser remunerado, a questão é que mesmo tendo uma pessoa do teu atelier que podes dispensar para fazer esse acompanhamento de concurso é muito difícil teres uma equipa inteira. No nosso caso, na nossa estrutura isso não acontece. Nós neste momento somos eu e a minha sócia, somos duas coordenadoras e depois temos quatro colaboradores internos, temos duas colaboradoras fora, freelances e temos mais um estagiário. Quer dizer, aquilo nunca chega muito para tudo não é. Por

isso eu acho que o fato da maioria dos concursos não serem remunerados criam esse ‘handicap’, ou seja, não poderes desenvolver tanto, faz tanto quanto querias porque ninguém te vai pagar por isso.

I.L. Houve algum concurso especialmente marcante ou impactante?

C.P. Houve esse inicial (o Concurso para a Residência da Embaixada Portuguesa em Brasília) que foi um projeto muito importante. Houve muitos concursos que nós gostamos, houve muitos em que perdemos e também gostamos de participar. Houve um muito giro que fizemos um investimento e que deu para aprendermos, era um concurso público que fizemos para a Grécia, já há muitos anos, em 2004. Ia haver os jogos olímpicos em Atenas e eles tinham o aeroporto a ser desativado, pois havia um novo aeroporto. A Cidade Olímpica ia ser construída no local do aeroporto que estava a ser desativado. Nós resolvemos concorrer a esse concurso, era um concurso público de ideias. E resolvemos entrar nós, arquitetas paisagistas, sozinhas. Quer dizer, sozinhas, como coordenação do projeto, porque era permitido pelas regras do concurso. Esse marcou-nos pela negativa porque nós tínhamos um grande projeto, nosso projeto era lindo, maravilhoso, mas por falta de tempo, pois tínhamos muita coisa a correr ao mesmo tempo naquela altura, ainda por cima cada uma de nós tem três filhos e eram todas crianças pequenas ainda. O programa do concurso previa um grande desenvolvimento urbano, que tinha que fazer

parte da cidade. Era uma parte da cidade olímpica, mas depois sobre esse terreno ia se transformar num parque urbano gigante em cima do mar, uma coisa linda de morrer. E depois, toda a outra parte que ligava essa zona à frente do mar e a cidade, os arredores e a montante, era para crescer ali uma nova cidade. Nós na altura íamos falar com o arquiteto urbanista que conhecíamos, depois acabamos por não falar porque ele estava no Porto e não tivemos tempo. Mesmo assim conseguimos fazer um trabalho bom. Mas a nossa proposta falhou porque no fim, quando apresentamos, aquilo que queríamos transmitir não foi nos desenhos. Não tivemos tempo porque acabamos por falar com outros arquitetos com menos experiência em termos urbanos e, portanto eles fizeram o que puderam, desenvolveram aquilo que podiam mas não se calhar com o rigor com que nós desenvolvemos a nossa parte. Eles não tinham essa experiência e foi uma falha, não chamamos a pessoa certa para trabalhar nessa altura e foi uma falha porque no fim não vimos bem o tempo e, portanto o tempo que tivemos depois para fazer a parte da apresentação dos painéis não foi bem avaliada. Por isso, em termos gráficos, aquilo que nós queríamos transmitir e eu tenho a certeza absoluta que aquilo ia funcionar muito bem, não foi alcançado. Até porque eu acho que houve uma equipa que ficou em segundo lugar e a proposta era muito parecida com a nossa. Acho que falhou essa parte da comunicação. Ou seja, falharam duas partes, a parte urbana porque associamo-nos já muito tarde, já não dava para a pessoa desenvolver o seu trabalho com tempo e foi essa falha de timing, de

perceber que é preciso um tempo para conseguir comunicar a tua ideia. Se não ficam as ideias dentro de ti e não servem para nada e isso é uma pena.

Mas esse concurso foi engraçado porque fomos à Grécia, a Atenas, teve essa componente que foi gira. Participamos naquilo, fomos a uma visita guiada com os outros paisagistas do mundo todo. Foi giro, fizemos essa loucura, enfiamos no avião e lá vai. Aí tivemos que fazer um investimento. Tivemos que pagar as viagens e todo o resto.

Depois houve outro concurso que nós fizemos que foi marcante também, engraçado também por ser no outro lado do mundo e que nos deu um gozo enorme. Não ganhámos nada nem sequer ficamos tristes porque o júri só escreveria sobre os primeiros projetos e aos outros não dizia nada, nem que sim nem que não. Ficamos tristes de não ter tido qualquer tipo de feedback. Mas era um concurso internacional gigante, entraram pessoas do mundo inteiro. Era em Taiwan. Foi um sonho completo. Não fomos a Taiwan. Por coincidência o engenheiro de águas estava em Taiwan quando o convidamos para entrar, estava lá de férias, portanto foi muito giro. Nesse concurso eu acho que conseguimos comunicar muito bem o que queríamos. Aquilo tinha que ser traduzido para chinês, era bilingue, inglês e chinês. Foi um desafio muito grande, foi um sonho maluco. A equipa era muito boa, tínhamos pessoas de todas as disciplinas e tivemos reuniões com todos envolvidos. Montamos uma equipa muito grande e gostamos muito. Era um parque urbano, chamava-se “Taichung Gateway Park”. Taichung é uma

terra em Taiwan, não é a capital, é para aí a terceira cidade de Taiwan, mas é uma cidade com uma população grande, uma cidade engraçada com alguns rios no meio.

Houve outro que fizemos, na altura quando fizemos o da Grécia e ficamos um bocadinho traumatizadas de não conseguir comunicar bem. Esse não era um concurso internacional. Era menor, mas por convite. Na altura até estávamos muito cansadas, pensamos em não entrar, porque tínhamos feito esse internacional e também tínhamos feito uma entrega de um projeto de execução muito grande. Além disso, estavam a chegar as férias de verão e de repente recebemos esse convite. Eles convidaram três equipas só. Éramos nós, uma outra equipa e Arquiteto João Nunes. E nós ganhamos. Foi muito importante porque fizemos a obra e foi a nossa primeira obra grande. É o Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal. Não era um concurso de ideias tão grande, mas na altura tivemos que fazer um esforço gigante. Eram três equipas, só ganhava uma e, portanto se não ganhavas não ganhavas nada, não havia prémio nenhum acho eu. Não sei, já não lembro porque nós ganharmos o primeiro e fizemos o projeto. Foi importante, pois foi o primeiro parque urbano grande que fizemos sendo nós a coordenar. Foi bom, mas foi um esforço grande para fazer, para não falhar como tínhamos falhado no outro em termos de comunicação. E por isso, na altura, fomos falar com os arquitetos também que nos acompanharam logo na primeira visita ao local. Em termos de arquitetura não tinha quase nada. Só alguns edifícios de apoio, equipamentos, um bar, um restau-

te, não era assim nada de muito significativos. Mas naquela ocasião fomos logo com eles para envolvê-los de início porque também não havia muito tempo. Foi importante esse projeto, pois também nos deu uma visibilidade grande dentro do mundo dos arquitetos paisagistas e foi publicado depois em revistas internacionais. Deu-nos uma certa visibilidade a nível internacional.

I.L. Considera que os concursos colaboram para a internacionalização da arquitetura paisagista portuguesa e do seu ateliê em particular?

C.P. Completamente, claro, acho que sim. E quando fazes um bom trabalho, és chamada para publicações, isso é uma coisa boa. Por exemplo, nós fizemos o parque Ribeirinho do Oriente, em Lisboa. Foi inaugurado há um ano. Foi um concurso que fizemos em 2015 e agora candidatamos a obra para o prémio Rosa Barba, que é a Bienal de Arquitetura Paisagista. Considero um dos eventos da arquitetura paisagista mais importante a nível mundial. Soubemos a duas semanas que fomos selecionados entre os onze finalistas. Nós e o João Nunes. Somos os dois portugueses, os outros são do mundo inteiro, há chineses, americanos... O João desde muito cedo tem feito concursos, é sem dúvida, de Portugal o ateliê de arquitetura paisagista mais internacional de todos. Eu acho que é comparável aos ateliês de arquitetura sem ser paisagista, em termos de volume de trabalho e em termos de internacionalização. É uma referência a nível mundial, está a par com muitos arquitetos

de projeção internacional do nosso país. O João está no outro campeonato. Nos ateliês que entram muito em concurso existe uma máquina de concursos montada, quer dizer, já sabem muito bem como é que faz esse processo todo, já têm muita experiência nessa área. Nós não temos tanta experiência como ele a fazer concursos sendo nós os coordenadores. Nós FC temos muito menos experiência que a PROAP.

I.L. Mas os concursos permitem que vocês concorram com eles e às vezes até ganham, como no caso do Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal...

C.P. Ah claro, acho que essa é uma das partes aliciantes dos concursos. Sabes que estás a concorrer com muita gente, mas não sabes quem são. Eu acho isso que é sempre uma coisa boa. E tem essa parte, ou seja, quando tu és muito jovem arquiteto paisagista, tens umas equipas de pessoas muito jovens e que podem concorrer com outras com muita experiência. O concurso tem essa parte boa, de te por ao mesmo nível. É tudo igual. Nós quando entramos no concurso de Brasília tínhamos 25 anos, eu acho, já não sei. Os arquitetos tinham 27. Concorremos com ateliês de arquitetura já muito mais velhos na altura. Nós ganharmos esse concurso despertou muito à atenção de todos, queriam saber quem eram aqueles miúdos que ganharam um concurso. Foi muito importante e impactante na altura. Essa parte é muito gira.

Mas acho que a parte dos concursos não serem remunerados é uma parte chata. Hoje em dia os concursos públicos têm uma par-

te perversa porque são muito aliciantes. Um concurso de ideias é muito aliciante porque um arquiteto paisagista gosta sempre de pensar em um desafio, pensar em uma ideia, como é que se resolve um problema. No teu dia-a-dia, vês a arquitetura quando estás na rua. Estás a aprender todos os dias desde o momento em que saís de casa e vais vendo tudo aquilo que vai passando à tua volta. E por isso, cada vez que lançam um desafio, nós queremos logo fazer, queremos logo pensar. Mesmo que nós não tenhamos tempo, a nossa cabeça já está a pensar o que é que ias fazer. E essa é a parte perversa. Tem nos acontecido muito com coisas menores, casas por exemplo para clientes particulares. Mas não são casas muito pequeninas são mansões, pessoas com muito dinheiro e querem fazer a sua casa. Tem acontecido nos últimos tempos, especialmente, nos anos passados e agora prevejo para os próximos que vai acontecer também, pois isso acontece em alturas de crise de trabalho. Os clientes particulares aproveitam-se por saberem que nós gostamos muito de entrar em concursos e chamam dois ou três arquitetos para lhes fazerem uma proposta para uma casa. Ou seja, em vez de contatarem a perguntar quanto é que custa fazer uma casa querem saber quanto é que custa fazer uma casa, mas propõe que os arquitetos já façam também os desenhos e digam como é que a casa podia ser. Eles aproveitam-se um bocadinho desta nossa vontade sempre de resolver as coisas.

Eu acho que isto é indecente porque muitas das vezes há clientes que não te pagam nada, zero. E nessas condições acabam ten-

do três cadernos à frente deles onde podem escolher. Eu acho que isto não é justo. Mas isto não tem nada a ver com concursos públicos, é usar o mecanismo que é feito para uma coisa para te aproveitares um bocadinho daquilo que sabes que os arquitetos e os arquitetos paisagistas não resistem.

I.L. Na sua avaliação, os concursos contribuem para o desenvolvimento da qualidade e reconhecimento da arquitetura paisagista?

C.P. Completamente. Acho que cada vez mais. O facto dos concursos públicos serem públicos faz com que depois os trabalhos finais sejam divulgados. Quando tu comesças a ver os trabalhos dos outros e também quando vais participar em um concurso já não vais apresentar uma coisa muito medíocre porque já sabes que há concorrência. À medida que os trabalhos vão sendo publicados gera um patamar tal que tu não podes andar muito para trás porque não vais ganhar nada com isso. Acho que isso faz com que os trabalhos adquiram um certo nível. E o facto depois de serem divulgadas também faz isso.

Por exemplo, o concurso em 2017 para a Praça de Espanha em Lisboa, cuja obra está a decorrer agora. Na altura os organizadores do concurso selecionaram nove equipas e depois houve uma exposição dessas equipas. Eu fui ver a exposição no fim de semana. Não entramos nesse concurso por que tínhamos acabado de entregar um projeto de execução muito grande que foi do Parque Ribeirinho Oriente. Estávamos exaustas e veio esse concurso que tinha por volta

de um mês para desenvolver algumas ideias. Mas era uma coisa muito simples, já não me lembro se eram três painéis ou dois. Tinha que explicar tudo, resumir tudo nestes painéis. Ainda nos ligaram os arquitetos para entrarmos com eles, mas não conseguimos, estávamos exaustas. Mas a imagem que eu fiquei da exposição é que os trabalhos eram todos, em termos de apresentação e em termos gráficos, muito bem apresentados, muito bonitos. Acho que, no geral, dá para ver que o nível de qualidade era alto e em nenhum trabalho pensei que havia um trabalho ruim, que não merecia estar lá entre os outros selecionados. Todos eles de facto tinham que ser apreciados por alguém. Eram trabalhos bons. Acho que é isso que os concursos também fazem: subir um bocadinho a fasquia.

Lembrei-me de outro concurso muito engraçado que nós entramos no ano passado. Ficamos muito tristes que não ganhamos. Foi um concurso por convite que entramos com uns arquitetos, ou seja, os arquitetos é que foram convidados para o concurso para ampliação do Parque da Gulbenkian. Fizemos com o ateliê do Pedro Domingos. Gostamos muito desse projeto porque era para trabalhar em um terreno que está fechado.

O parque da Gulbenkian antigamente era todo ele um parque encerrado com muros, chegou a ser um parque de feira popular onde as pessoas iam andar de carrosséis, um 'Luna Park' no tempo dos meus pais quando eram crianças. Depois foi construída a Gulbenkian nos anos 60 mas metade do terreno ficou sempre encerrado atrás dos

muros. Isto porque há lá uma construção de uma casa que antigamente eram as cocheiras de outro palácio que há do outro lado da rua. A família que vendeu essa parte ficou sempre a viver dentro desse espaço murado. Durante anos e anos nós crescemos em Lisboa sempre a ver os muros à volta. Um bocadinho como aquela história que eu costumava ouvir... Tinha o disco que era relatado em brasileiro que era 'O Gigante Egoísta'. Então atrás dos muros havia um jardim maravilhoso. Nós crescemos a imaginar o que seria que estava ali atrás, só se via o arvoredo por cima. Quando fomos lá a primeira vez a fazer essa visita guiada e abriram-nos o portão para entrar foi incrível, um sonho. Aquilo era lindo de morrer, nem estava a acreditar. Só teres tido a oportunidade de entrar ali... Estava lindo, super bem tratado, os jardineiros tinham estado a cuidar daquilo. Lindo, encerrado atrás dos muros. E, portanto os concursos também têm essas particularidades, de ver coisas que mais ninguém viu. Nós gostamos imenso de participar, gostamos da nossa proposta, nós até achávamos que já lá estávamos.

|Agradecimento à Arq. Paisagista Catarina Pacheco pela disponibilidade em realizar esta entrevista. |

ANEXOS

Anexo III – Entrevistas

**Entrevista ao Arq. Paisagista João Nunes
PROAP Arquitetura Paisagista**

Entrevista a João Nunes
Izabela Lamego | 2021.01.28 |
Realizada remotamente

I.L. Como avalia a importância dos concursos para o ateliê?

J.N. Os concursos têm sido fundamentais, considerando especialmente a forma como eu comecei a minha carreira. Eu diria que praticamente, não digo a totalidade, mas quase totalidade dos trabalhos que nós fazemos são trabalhos trazidos para o cliente através dos concursos.

Temos uma taxa de sucesso em concursos bastante elevada que ronda os 10% e creio que a importância prende-se fundamentalmente com três aspectos. O primeiro aspecto é o aspecto da angariação de trabalho. É uma maneira de angariar trabalho relativamente sintética. Nós temos a ideia de que os ateliês que têm muitos amigos ou que tenham ligações políticas ou esquemas complicados para arranjar trabalho poupam muito tempo em relação aos ateliês que são que alimentados com concursos, mas eu estou convencido que não. Estou convencido que os concursos sobre esse ponto de vista são relativamente económicos porque todo o tempo que se perde socialmente atendendo a reuniões, a parvoíces, a jantares, almoços, cafés, para manter acesas as relações que muito frequentemente já não são relações de qualquer interesse pessoal, são só relações de interesse profissional ou económico, é um tempo completamente perdido. Enquanto que o tempo que se usa a fazer

concursos perdidos não é tempo perdido. Mesmo os que se perdem é tempo em que se aprende muitíssimo. É tempo em que se faz rodar a equipa, é tempo em que se verificam as relações, é tempo em que se expõem as debilidades da equipa, em que se expõem as forças da equipa.

Eu trato pessoalmente todos os concursos, são circunstâncias em que eu aprendi sempre muito porque cada concurso é um novo tema, é um novo sítio, temos que estudar uma cidade, um país, uma cultura, uma maneira de dizer. Temos que estudar um conjunto fitosociológico, um metabolismo de drenagem de um sítio, os solos, a geologia, a história. Portanto aprendemos muitíssimo. Vamos aprendendo muitíssimo acerca de muitos sítios. O facto é que, apesar de não haver dois sítios iguais e dois sítios não se repetem nunca e os concursos não se repetem nunca, os conhecimentos que nós conseguimos adquirir através do estudo aprofundado de um determinado lugar são extremamente úteis para entender paisagem, para entender os projetos, para entender as respostas aos projetos. Portanto não são, de maneira nenhuma, tempo perdido.

Ceio que é muito importante esta questão: fazer concursos é como fazer ginástica, é um treino constante de aperfeiçoamento, como um treino de futebol, um treino conceptual, é um treino de apresentação, é uma maneira de ensaiarmos constantemente as novas maneiras de representar, comunicar.

A outra razão é uma razão de carácter cultural. Eu creio que quando se trabalha com concursos respondemos a uma das maiores

angústias de um projetista, que é: será que a resposta que eu estou a oferecer ao mundo é a melhor resposta para aquele sítio? É a melhor resposta para aquele problema? É evidente que o concurso tem sempre um âmbito relativamente limitado de interação. Não se consegue nunca lançar uma pergunta acerca de um sítio de um concurso a todas as pessoas de todo o mundo que tivessem a possibilidade de gerar uma boa ideia. Mas é aquilo que mais se aproxima disso. É um lançamento de uma pergunta a um universo o mais vasto possível. E cada vez mais vasto porque o alcance de um concurso é cada vez mais global. As respostas surgem dos quatro cantos do mundo em geral. Hoje em dia são respostas muito internacionais e, portanto me dá uma grande tranquilidade pessoal quando ganho um concurso. Saber que eu ganhei em relação a uma amostra de respostas muito significativa. Por um lado é uma grande tranquilidade, por que de facto aproximo-me dessa certeza que a proposta talvez fosse a melhor ou uma das melhores para aquele sítio. Isto dá-me tranquilidade sob o ponto de vista ético, porque sinto que não estou a tirar lugar a ninguém no desempenho da transformação de que aquele sítio precisava. Por outro lado dá-me uma autoridade em relação a discussão do próprio tema do concurso com o cliente, com as municipalidades, dá-me uma autoridade que eu não teria em outras circunstâncias porque a proposta foi filtrada, foi validada por um júri competente, a proposta foi escolhida entre 300 ou 400 outras. Portanto, são sempre circunstâncias que fazem que quando se chega ao momento do projeto, todas as debilidades inerentes a relação

de grandes desproporção de poder entre o projetista e o Estado, o Município ou o grande cliente, de alguma maneira se reduz quando nós aparecemos com a autoridade de ter ganho o concurso de grande valia, de grande importância.

Ainda há outra razão importante e que tem a ver com o facto de que nós desenvolvemos sempre investigação, portanto nós temos uma dupla atividade. Somos profissionais que trabalham pragmaticamente para fazer funcionar uma equipa, para pagar ordenados, pagar rendas, pagar licenças de utilização de software, para renovar os equipamentos, pôr em marcha toda uma economia e ordenados que depois vão servir para pagar rendas, pagarem restaurantes, pagarem os meios de transporte que usam, pagarem as suas férias, portanto para ativar outras economias. É importante essa condição de ser um elemento de uma rede ativa, de uma rede de atividades económicas relativamente densa, mas temos também outra atividade. É a atividade de conseguir gerar cultura, consegui gerar ideias inovadoras, respostas a perguntas que não tinham respostas, outras maneiras de ver e, portanto de gerar um património para nossa profissão que frequentemente não se exprime só através da obra construída. Exprime-se também através de textos, de desenhos, de ilustrações, de perspectivas, de novas maneiras de fazer coisas. Eu creio que tudo isso é muitíssimo mais ativado num concurso do que num trabalho. E eu explico porquê: quando nós estamos num trabalho ou quando já ganhámos um concurso os horizontes de investigação são sempre limitados

por circunstâncias de caráter muito pragmático, que tem a ver com prazos, com custos, com a aferição de programas, com a correspondência funcional do desenho ou a uma ideia de um cliente ou um grupo de pessoas. Essas questões centralizam o desenvolvimento do projeto. Quando nós estamos num concurso os graus de liberdade sob o ponto de vista da pesquisa, da investigação, são muitíssimo maiores. Nós demoramos o tempo que quisermos a fazer um concurso, inclusivamente podemos até interessarmos-nos tanto por uma investigação concreta que surge no âmbito de um concurso que podemos não ligar nenhuma ao concurso e interessarmos-nos pela investigação. Mas frequentemente o que acontece é que precisamente essa liberdade conceptual, essa grande liberdade intelectual que surge no âmbito dos concursos que nos permite encontrar, em primeiro lugar porque o estímulo da competição é um estimulante grande. Quando nós estamos num concurso e sabemos que nesse concurso estão seis grandes nomes da arquitetura contemporânea temos imensa vontade de nos medirmos. É uma coisa um bocadinho infantil, mas não deixa de ser verdade. O estímulo da competição leva a ter ideias profundamente inovadoras até porque sabemos que se não tivermos não temos qualquer hipótese porque estamos a competir contra pessoas que vão aparecer com ideias extraordinariamente inovadoras. Não vamos lá com uma ideia banal, não vamos lá com uma repetição de qualquer coisa que já foi feita. É preciso dar um salto e esse salto significa investigação, inovação, significa subir um patamar de competências, subir um patamar de perfor-

mance, de capacidade criativa e isso evidentemente, faz muito bem a tudo.

No caso como é o meu, em que a atividade se divide ainda também com atividade didática - porque eu continuo a ensinar, cada vez mais esporadicamente no ISA, mas na Suíça cada vez mais permanentemente e na Itália e nos Estados Unidos também cada vez mais permanentemente. Essas relações com esses sítios são cada vez mais estimulantes sob o ponto de vista também da orientação de processos de pesquisa, são alimentadores para essas linhas de investigação. As ideias que surgem e que eu proponho aos meus estudantes de doutoramento, as ideias que surgem que eu proponho aos meus colegas e professores como temas de investigação para grandes propostas de financiamentos nacionais, linhas de investigação dentro das escolas, são temas que muitas vezes surgem nos concursos, são temas que correspondem à possibilidade de desenvolver linhas de investigação ligadas a ideias que surgem no âmbito de um concurso. Portanto é o primeiro momento onde somos confrontados com a realidade, com a liberdade suficiente para podermos extrair dessa realidade os temas para uma investigação e para um desenvolvimento conceptual muito profundo.

I.L. Há algum aspecto que não gosta no processo de um concurso?

J.N. O processo em si creio que é um bom processo. Não gosto quando o processo é manipulado para entregar um trabalho a alguém e todos outros que estão a concorrer fazem figuras de palhaços. Investir

uma grande quantidade de esforço quando o cliente já sabia lindamente a quem é que ia dar o trabalho. Essas circunstâncias são fruto de alguma arbitrariedade e de alguma falta de seriedade no desenvolvimento, no lançamento dos concursos. Algumas vezes acontece.

O que não nos retira o interesse sob o ponto de vista do caráter alimentador da investigação. Mas que sob o ponto de vista da construção de uma ideia de perfeição que os concursos deveriam ter, da sua importância para o mundo da arquitetura e da arquitetura paisagista, acaba por ter uma importância muito central.

Desagrada que os concursos frequentemente sejam organizados em redor de uma ideia de preços. Que o custo seja o grande decisor e às vezes, por essas questões, acabam por escolher um projeto muitíssimo pior que outro.

Também que no fundo, em muitos países, sobretudo na Itália e em França, a complicação burocrática seja cada vez maior e o nível de exigência de papeladas, de especificações é tão grande que retira completamente a frescura, a ideia de participar no concurso. Ou seja, desmotiva claramente.

É bem evidente que cada vez mais se apostam nas autocertificações em relação a tudo e mais alguma coisa. Portanto as pessoas sabem o que é que podem afirmar possuírem como currículo, como condições de participação. Participam autocertificando com toda a tranquilidade e depois que tem o trabalho terão que apresentar as confirmações dessas autocertificações. Exigir a todas

as pessoas que participam, e que às vezes são centenas de pessoas, todo o esforço burocrático para a confirmação de condições, e não são só condições, não é só certificado do registo criminal, é muito mais do que isso. É por exemplo quando me são exigidos valores de obras anteriores. Que esses valores sejam certificados pelos clientes. Quer dizer, são coisas que são complicadas de obter, vamos falar com clientes com quem já não falamos há 12 anos ou há 15 anos e vamos lhes pedir para certificar um orçamento. Enfim, são coisas que realmente são tão complicadas de fazer que se deveria reservar para o caso da pessoa ganhar o concurso. A pessoa nem sequer tem aquele projeto. A obra tinha custado três milhões, se ganhar e a obra custou quinhentos euros, evidentemente é desclassificada e o segundo lugar passará ao primeiro e assim sucessivamente. Portanto, nem sequer me parecia uma coisa complicada para resolver.

Às vezes complicam tanto as questões das papeladas que transformam os concursos em meros exercícios burocráticos, tão complicados que parece um Rally Paper. É uma coisa de loucos e, sobretudo criam condições que fragilizam a própria participação. Porque hoje é tão fácil errar o papel, é tão fácil falhar o prazo da declaração, que depois as pessoas arriscam de estar a trabalhar imenso e por uma parvoíce desse gênero, porque o certificado de registo criminal tinha caducado na véspera, são excluídos e perdem o trabalho todo que fizeram. E não são só as pessoas que perdem o trabalho todo que fizeram, o próprio produtor do concurso perde uma possibilidade que, se

calhar, era a melhor. Por causa de uma coisa completamente estúpida que é a caducidade de um documento que não correspondia com a capacidade da condição.

Portanto, fundamentalmente são essas as questões: arbitrariedade e a burocracia. Creio que são duas questões que se deveriam tentar reduzir significativamente no âmbito dos concursos.

I.L. O que determina a vossa entrada em um concurso? (Tema de estudo, Júri, Prêmios, os Termos de Referência).

J.N. O premio não. O prêmio é o trabalho. Não nos interessa fazer concursos que não correspondam a um desenvolvimento de um trabalho, um contrato. O que nos interessa é construir, é prosseguir condições que nos levem a uma obra acabada. Portanto, concursos que são só concurso de ideias são em geral concursos que não nos interessam muito. Portanto essa é a primeira grande seleção.

Depois o outro fator é a equipa. O único luxo que nós temos, considerando que nós trabalhamos no atelier o dia todo e dedicamos a nossa existência a trabalhar – e dedicamos com muito gosto porque é uma coisa que nos dá enorme prazer, não é um sacrifício, trabalhamos de manhã à noite, aos fins de semana, nos feriados, levamos o trabalho para a cama para acabar ainda de rever coisas e quando acordamos no dia seguinte já estamos outra vez a trabalhar – o único luxo que nós temos é o de escolher as pessoas com quem trabalhamos. Porque quan-

do se vive assim todas e as relações sociais, as amizades são centradas em relações de trabalho. É muito raro que não seja assim. Portanto o peso que a equipa tem para a escolha dos trabalhos é muito importante.

Se alguma destas pessoas com quem nós adoramos trabalhar, com quem eu gosto pessoalmente de trabalhar, me telefona e me propõe um concurso eu evidentemente que, a princípio, aceito. Independentemente do sítio, do tema. Se gosto trabalhar com ele, gosto de estar a discutir coisas com ele, gosto de estar envolvido em processos criativos com ele, aprendo com ele. Acho que isso é muitíssimo importante e tenho um grande prazer em estar com ele mesmo que seja agora por “Zoom” ou por “Teams” ou qualquer coisa. A equipa tem importância, portanto quem são os nossos parceiros, quem são outros arquitetos e paisagistas, outros arquitetos que nos desafia a fazer um trabalho, um concurso, isso é fundamental.

O tema e o sítio são também fundamentais. Há países onde nos interessa trabalhar, há países onde é muito difícil trabalhar e onde já temos experiência de trabalho e sabemos que trabalhar é um inferno, por várias razões. Existe a cultura da prepotência em relação ao projetista, porque há muita corrupção, porque os honorários são baixos, porque o nível da construção não vai nunca conseguir ser suficientemente sofisticado para conseguir corresponder àquilo que eventualmente queremos fazer. Há muitas razões.

E depois há as razões que nos motivam: os sítios fantásticos que, independentemente

do concurso ser bem pago ou mal pago, só para conseguir conhecer e estudar aquele sítio nos interessa. A possibilidade de ajudar pessoas, a possibilidade de contribuir para o resgate de pessoas, de condições más, de condições terríveis. São argumentos que nos interessam, e, portanto estes estão à cabeça. São os grandes “mobiles” das nossas vidas, das nossas opções e das nossas escolhas.

I.L. Houve algum concurso especialmente marcante ou impactante?

J.N. Muitos. Um dos concursos mais importantes da minha carreira foi o concurso do Parque Forlanini. Foi um concurso que aconteceu em Milão, em torno do ano 2000. Foi um concurso de enorme visibilidade internacional, feita como grandes concorrentes. Foi o primeiro grande concurso internacional que nós ganhamos e que teve importância extraordinária na nossa projeção internacional, na construção da dimensão internacional do ateliê. Foi um grande gosto fazê-lo, pela equipa que tinha constituído, foi um grande gosto pela inteligência da solução que foi proposta, o grau inovador dessa solução que ainda hoje alimenta uma quantidade incrível de projetos nossos e de muitas outras pessoas, portanto creio que foi um belíssimo momento. Foi um momento também muito feliz sob o ponto de vista das circunstâncias da sua construção, foi feita em grande harmonia na equipa de trabalho, harmonia produtiva e ativa em tudo, foi muito bom.

O concurso da Nova Galeria Nacional em Berlim (lançado em 2015) foi um concurso

também que me entusiasmou muito.

O concurso da Gulbenkian (Concurso internacional de ideias para o alargamento do Jardim Gulbenkian, em Lisboa, lançado em 2019) também foi outro concurso extraordinário.

O concurso recente para uma nova cidade governamental na Arábia Saudita, que ocupou o atelier desde fevereiro do ano passado até dezembro do ano passado praticamente, que foi talvez o maior concurso que alguma vez fiz e que foi um concurso onde aprendi imenso, com uma equipa muito completa, aprendi imenso com especialistas em oasificação¹, com especialistas em solos, especialistas em energia. Construímos uma equipa de pessoas muito especializadas, que conseguiram ajudar-nos a alimentar uma ideia muito complexa. É uma pena não poder divulgar este concurso, é um concurso completamente secreto, mas que foi uma experiência verdadeiramente extraordinária. Eu creio que esse concurso será o alimentador, ainda não há resultados, mas

1 Oasificação ou em inglês ‘oasification’: “Oasification is a complex oasis expansion and ecological processes caused by climate changes and human activities under available water supply in arid and semiarid regions. The process can effectively improve soil productivity, vegetation cover, and biomass production in fighting against land degradation, such as desertification and soil erosion.” (Xue et al., 2019, Oasification: An unable evasive process in fighting against desertification for the sustainable development of arid and semiarid regions of China. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/333672399_Oasification_An_unable_evasive_process_in_fighting_against_desertification_for_the_sustainable_development_of_arid_and_semiarid_regions_of_China. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020.)

sobre o ponto de vista já das consequências de investigação, será o alimentador de três ou quatro ideias de investigação que estão já em marcha, já começaram com processos de investigação pura.

O concurso que ganhamos no Líbano (concurso para a Khan Antoun Bey, em Beirute, lançado em 2010) era um concurso também muito interessante, para uma praça que já está construída num espaço público importante da cidade.

O concurso da frente Ribeirinha da Antuérpia (concurso lançado em 2006), que acabou por levar a um trabalho recentemente inaugurado e que foi agora escolhido como finalista para o prémio de paisagem da Bienal de Barcelona, foi um concurso muito interessante, muito estimulante.

Há uma série de momentos muito especiais. Este último concurso que ganhamos, o resultado saiu no final do ano passado, foi para o Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes (lançado em fevereiro de 2020), em Marvila, Lisboa. Também é um concurso que me marcou muito porque foi todo feito em confinamento. Foi um concurso todo feito com equipa mínima e com a equipa a trabalhar a distância, comigo a desenhar coisas em casa e as fotografa-las, filma-las, a fazer scans e dar aulas. Foi uma experiência muito interessante, foi logo o primeiro trabalho que fizemos em confinamento. O concurso foi feito em março, abril de 2020. A entrega foi no final de abril, ou maio, creio. Portanto foi feito em um mês e pouco e foi um concurso que tivemos também a felicidade de ganhar. E, sobretudo a

experiência de fazer nessas circunstâncias, foi muito interessante. Foi realmente inesquecível.

I.L. Como considera a influência dos concursos para a internacionalização do PROAP?

J.N. Fundamental. Não há outra maneira de um ateliê em Portugal se internacionalizar se não for através dos concursos. De resto, tradicionalmente quando formos ver a história da arquitetura contemporânea, vemos que os ateliês se internacionalizaram todos através de grandes concursos. Nouvel (arquiteto francês Jean Nouvel) se internacionalizou através de concursos muito importantes, sobretudo com o edifício do Instituto do Mundo Árabe (concurso de 1981). Estou a me lembrar do Renzo Piano, com o concurso para o Centro Pompidou (concurso de 1970).

Quer dizer, há uma quantidade incrível de arquitetos que saem da sua dimensão relativamente doméstica através do concurso internacional que consegue dar uma visibilidade ao trabalho que evidentemente outros trabalhos e outros concursos não conseguem dar. Portugal tem uma posição cultural em relação ao mundo que corresponde muito precisamente a sua posição geográfica, ou seja, está mesmo numa posição marginal e no oceano Atlântico não há muitos concursos. Os concursos acontecem em terra firme. Portanto, Portugal está longe desses sítios onde essas coisas acontecem. Agora, mais recentemente, começa a acontecer que, precisamente porque os resultados que

a arquitetura, que a arquitetura paisagista portuguesa tem vindo a conseguir, já fazem com que os organizadores dos concursos frequentemente nos chamem e vão buscar portugueses em concursos por convite. Isso começa a acontecer e é bom que começa a acontecer, mas eu creio que a maneira disso acontecer, a razão pela qual isso aconteceu foi porque as pessoas se lançaram em concursos públicos, em concursos abertos e espontaneamente decidiram concorrer.

Eu comecei a concorrer a concursos internacionais a seguir ao concurso da Expo do Parque do Tejo e Trancão. Foi um concurso que ganhamos em 1994. Em 1995 começamos a fazer concursos na Europa. Em 1999 fizemos os Forlanini e ganhamos em 2000 e a partir daí começamos a fazer muitos concursos em Itália, sobretudo na Grécia, na Bélgica, na França, em Espanha. Ganhamos concursos em Espanha também antes de 2000, o Parque Do Alamillo, em Sevilla.

Depois começamos também a lançarmo-nos um bocadinho para fora da Europa. Fizemos concursos na Turquia, na Austrália, no Líbano, Dubai, Abu Dhabi, Arábia Saudita, Líbia, Egito, Argélia, Marrocos, Guiné Equatorial, Senegal, Angola claro muitíssimos, Moçambique, Botswana, Namíbia, fizemos muitos concursos na China também.

Os concursos na Europa foram sobretudo na Bélgica, na Holanda e na Alemanha.

No Brasil também, aí por causa fundamentalmente da amizade e da equipa que estávamos com o Gustavo Penna.

I.L. O arquiteto Gustavo Penna é da minha cidade, Belo Horizonte...

J.N. Belo Horizonte é uma cidade maravilhosa. Já muitas vezes ter com ele e estava períodos relativamente longos porque fazíamos sempre trabalhos que exigiam uma certa permanência. Era um prazer e é uma das coisas que eu tenho saudades, de ir ao Brasil, de ir a Belo Horizonte, de estar com o Gustavo e com a família e trabalhar naqueles projetos completamente maravilhosos que ele inventava.

Enfim, no México, no Panamá, nos Estados Unidos, também fiz muitos. Ganhamos um concurso interessante em Boston sobre a reconversão da frente Ribeirinha de Boston em adaptação as alterações climáticas (Boston Living With Water, lançado em 2015).

Tudo isso são coisas foram feitas por iniciativa nossa, sabemos do concurso, alguém nos desafia para fazer o concurso em parceria e vamos, fazemos e muitas vezes ganhamos. Evidentemente que isso vai cultivando a projeção internacional do atelier. As publicações começam a seguir, começamos a aparecer nas revistas e começamos a aparecer nos anuários, nos livros de ciências da prática da profissão. Depois, a dimensão destes trabalhos permite-nos também concorrer aos prémios internacionais. Nós fomos finalistas já seis vezes no prémio Europeu de Paisagem e no prémio da Bienal de Barcelona. Ser nomeados finalistas num prémio destes já é circunstância muito especial porque são só nomeados cinco de centenas e centenas de candidaturas. As nomeações são feitas sobre trabalhos feitos,

portanto estas candidaturas são projetos realizados, projetos construídos. É evidente que todos os jornalistas, todas as pessoas que se interessam pela divulgação da matéria relacionada com a profissão vão a estes sítios, veem estes os trabalhos, depois contam os ateliês, chamam-nos para os artigos, publicam o trabalho numa revista, numa monografia e, portanto começamos a ser bastante publicados também através dessa condição.

É evidente que se só trabalharmos em Portugal não temos qualquer possibilidade de sair, de ser vistos. Agora ainda é relativamente possível, mas antes de haver a divulgação transversal que a internet permite dar às coisas então ainda menos. Não havia hipótese. Portugal era mesmo o fim do mundo.

I.L. Na sua avaliação, os concursos contribuem para o desenvolvimento da qualidade e reconhecimento da arquitetura paisagista?

J.N. Claro que sim. Em primeiro lugar através do exercício da investigação, da promoção da investigação. E depois através da promoção da elevação dos níveis de concorrência. É evidente que se nós só estivermos a concorrer entre os arquitetos paisagistas do nosso bairro os níveis de exigência da concorrência são muitíssimo menores, por melhores que sejam os arquitetos do bairro, são muitíssimo menores do que se nós decidirmos nos lançar ao mundo. Nós no mundo vamos confrontamo-nos com o melhor que há e com mais agressivo que há em termos de apresentação de ideias e propostas.

Portanto entrar nos concursos e ter ao mesmo tempo, o “tremendismo”, é uma expressão de tourada, mas é mais ou menos isso. Ter essa capacidade de enfrentar um perigo de uma maneira ao mesmo tempo um pouco inconsciente e, para o fazer, é fundamental porque nos expõe a níveis de exigência. O cérebro humano é muito preguiçoso, e se nós encontramos um nicho, onde um determinado patamar de qualidade é suficiente, deixamo-nos estar. Se não tivermos um estímulo importante de concorrência, de competitividade, que nos leve a subir a esses patamares, a tendência é nos ajeitarmos e ficarmos confortavelmente naquele nível.

Portanto é fundamental expormo-nos a desafios cada vez mais exigentes e confrontarmos-nos com práticas cada vez mais sofisticadas, elaboradas, profundas. Para conseguirmos nos medir não com o pior, mas com o melhor. O que nos interessa é o confronto com o melhor e os concursos são, evidentemente, a melhor maneira de nós fazermos isso.

Depois é fundamental também porque na circunstância de um concurso nós temos, por exemplo, na fase final sete ou dez ateliês selecionados para fazer um último aprofundamento do concurso. Quando se chega o fim disso, nós temos 10 visões extraordinariamente boas, quase todas elas de pessoas diferentes que olharam para o mesmo problema e para o mesmo sítio. Só isso é uma aula, é um mestrado de arquitetura paisagista. Nós temos a possibilidade de seguir de perto e às vezes ouvir as apresentações sucessivas que são feitas por todos os participantes e perceber o que é que os outros vi-

ram que nós não vimos. Ou o que é que nós vimos e os outros não viram. Ou o que é que os outros reagiram e como é que reagiram. A que aspectos do programa ou a que aspectos do sítio reservaram importância. Quais são as movimentações fundamentais que fizeram com que o projeto deles conseguisse ter um bom resultado. Quer dizer, a análise de tudo aquilo que eles fizeram é um exercício inacreditável de aprendizagem.

Eu creio que uma das coisas que as escolas deveriam fazer era precisamente acompanhar concursos e ensinar aos alunos a acompanhar os concursos e a interessarem-se pelos concursos e construir, a partir daí, aquilo que é mais difícil ter, que é uma capacidade crítica. Uma grande capacidade crítica que é extraordinariamente trabalhada num concurso, porque nós no fundo, se não estamos naquela parvoíce de dizer que somos sempre os melhores e os outros são todos estúpidos, aquilo que nos interessa é tentar perceber quais são as qualidades dos outros trabalhos. Independentemente depois do resultado porque a partir de certa altura, entre os sete finalistas ou cinco finalistas, o que ganha já tem muito a que ver com pequenas afinações ou pequenos ajustes de coincidência entre a visão de um júri e a visão de um projetista. Já não é propriamente uma questão de qualidade muitas vezes. Será difícil dizer se aquele é mesmo melhor do que o outro. São diferentes, têm aproximações diferentes que por uma razão qualquer naquele momento acertaram. Portanto nós temos oportunidade para conseguir ouvir os autores, falar dessa maneira de trabalhar, exporem a sua maneira de traba-

lhar, a sua visão. Ao mesmo tempo nós seremos capazes de analisar o próprio processo, de seguir o processo, é um ensinamento.

Talvez seja a circunstância em que eu aprendi mais na minha vida. Nesses momentos em que cinco ou sete colegas entre os mais competentes projetistas do mundo apresentaram as suas ideias e as suas razões, com a agressividade e com a energia de quem quer ganhar um concurso e em que me foi dada a gratíssima oportunidade de conseguir acompanhar e de criticamente ajuizar cada uma dessas coisas, são mesmo muitíssimo interessantes.

|Agradecimento ao Arq. Paisagista e Professor João Nunes pela disponibilidade em realizar esta entrevista. |

ANEXOS

Anexo III – Entrevistas

**Entrevista a Arq. Paisagista Catarina Raposo
BALDIOS Arquitetos Paisagistas**

**Entrevista a Catarina Raposo
Izabela Lamego |2021.02.03|
Realizada remotamente**

I.L. Como avalia a importância dos concursos para o ateliê?

C.P. No nosso ateliê temos todos já alguma experiência. Nós começamos por fundar o nosso ateliê em 2014, portanto para nós os concursos são uma forma de angariação de trabalho, naturalmente. É um meio de angariação de trabalho a partir de ideias que nós próprios formulamos.

Geralmente há um programa, mas felizmente, em arquitetura paisagista há um programa relativamente aberto enquanto que na arquitetura ou é um museu, ou uma casa de habitação por exemplo. A arquitetura paisagista tem mais elasticidade e mais flexibilidade na possibilidade de nós, ao participarmos de concursos, construirmos um programa. Portanto como estratégia de angariação de trabalho ela é importante.

Como forma também de discutir as nossas ideias, de serem momentos em que nós discutimos realmente como é que queremos fazer arquitetura e como é que queremos fazer paisagem. Portanto há um momento de troca no próprio ateliê muito interessante. Também tem importância a esse nível, ou seja, são momentos em que através de uma discussão - que é sempre muito intensa porque os concursos são concentrados no tempo - reformularmos as nossas próprias ideias e as nossas concepções prévias sobre a forma como fazemos paisagem.

Por último penso que também é uma oportunidade de trocarmos ideias com outras disciplinas afins, com arquitetos, com pessoas que trabalham na ecologia ou mais ligados ao design, com todo um número cível de outras disciplinas que nós convidamos para poderem trabalhar conosco. Portanto acho que é um momento de troca muito importante e, portanto para nós isso é essencial.

I.L. O que determina a vossa entrada em um concurso? (Tema de estudo, Júri, Prêmios, os Termos de Referência).

C.R. Geralmente a questão do tema, o sítio em concreto. O sítio e o programa são o ponto de partida. Ou seja, se é um parque, ou uma reabilitação de uma área industrial por exemplo. A natureza do programa e o local, o lugar, são as duas questões fundamentais. Depois, obviamente, temos que ser pragmáticos e perceber se temos tempo disponível para os concursos. Neste momento estamos com menos tempo e não estamos com tanta disponibilidade para fazer concursos.

Muitas vezes os prémios também são importantes porque isso também dá ideia da forma como quem lança o concurso está ou não a investir francamente na resposta ao concurso.

O júri, obviamente, também tem importância porque nós sabemos muitas vezes que os concursos também são grandes dissensões. Ou seja, nós às vezes fazemos um investimento enorme e damos tudo por tudo

porque geralmente fazemos sempre isso com os concursos, mas depois é preciso ter um interlocutor do outro lado que consiga reconhecer o trabalho. Portanto isso também é um aspecto que validamos.

Todos esses aspectos que referiste são igualmente importantes. Eu talvez os hierarquizasse um pouco desta forma.

I.L. O que mais gosta do processo dos concursos?

C.R. Eu acho que é a discussão. É muito importante a troca de ideias. Nós somos um ateliê fundado como um coletivo, portanto nosso atelier não é em nome de uma pessoa e depois há uma estrutura hierarquizada que obedece, digamos. Quer dizer, nunca é uma obediência, é sempre uma troca. Mas nós temos como base de formação a ideia de um coletivo e, portanto para nós é absolutamente importante a questão da discussão e da troca de ideias. Aliás, acontece nos concursos, nos projetos, nas obras. Nós trazemos sempre o material de trabalho para cima da mesa. Por isso a discussão e a troca de ideias para nós são fundamentais. Mais importante do que a ideia de um de nós, dos arquitetos paisagistas que fazem parte desse coletivo é depois a troca, ou seja, é como nós conseguimos fazer evoluir as nossas ideias a partir desse confronto crítico.

Portanto os concursos são laboratórios digamos dessa experiência de troca de ideias muito importantes. É para mim a questão mais essencial.

I.L. O que menos gosta do processo dos concursos?

C.R. Eu não gosto muitas vezes é da frustração que se sente quando há o resultado. Tem nos acontecido sistematicamente nos concursos de ficarmos muitas vezes em segundo ou em terceiro. Estamos lá quase e muitas vezes o argumento para não ficamos em primeiro tem a ver com questões muito pragmáticas, do gênero, dizem que parece muito interessante, mas é muito ambicioso, ou se calhar custa muito.

Nós desenvolvemos bastante os concursos e, portanto há muita informação. Já tivemos interlocutores como Câmaras Municipais que nos disseram que era muito interessante a nossa ideia, mas parece que custava muito caro, ou seja, que se calhar não era muito simples de executar. Quer dizer, se nós tivéssemos uma imagem muito simples às vezes dá a aparente ideia de que é fácil de construir, vai ser rápido o processo. E, portanto uma câmara municipal, que muitas vezes está a braços com muitas questões burocráticas, prefere ter uma resposta mais simplificada e nós tendemos a fazer respostas mais robustas.

Portanto a coisa que menos gostamos é apercebermos que há uma espécie de “Lost in Translation”. Que estamos a dar uma coisa a alguém que não consegue exatamente reconhecer ou que não era bem isso o ponto de partida do concurso e fomos nós que não entendemos. Às vezes é um bocadinho essa a frustração, de não perceber que às vezes há esses equívocos ou porque nós não entendemos bem o que é que aquela câma-

ra municipal queria ou a câmara municipal achava que aquilo era demasiado ambicioso e demasiado complexo ou utópico.

I.L. Isso vale somente para o contexto português ou para os concursos internacionais também?

C.R. Concursos internacionais nós fizemos menos. Fizemos, sobretudo para a Suíça, fizemos um também para Berlim em que ficamos bastante bem classificados. Pronto, esse aí foi um exemplo. Fizemos um concurso em Berlim, para um museu a convite de alguns arquitetos. Muitas vezes também fazemos concursos porque nos convidam. Isso acontece muito, sobretudo com arquitetos. Portanto também acontece no estrangeiro sim, por exemplo, este em Berlim. Fizemos este concurso de quatrocentos concorrentes, em que selecionaram dez. Era um concurso público aberto a todos. Nós ficamos entre os dez mais bem qualificados e depois, na segunda fase do concurso, convidaram uma série de ateliês topo de gama de arquitetura a nível mundial e acabou por ganhar o Herzog & de Meuron (com colaboração de Vogt Landscape Architects). No fundo o que nós percebemos ao fim do processo foi que eles queriam ter um museu desenhado por um ateliê topo de gama, mas que abriram um concurso público para haver digamos uma representação e uma resposta mais alargada e aparentemente mais democrática. Mas nós percebemos no fim o que é que de facto era pretendido quando convidaram uma série de arquitetos mais topo de gama e foi isso que eles selecionaram. Portanto isso também acontece lá fora bastante.

I.L. Houve algum concurso especialmente marcante ou impactante?

C.R. Eu acho os concursos para nós são todos muito intensos. Nós discutimos imenso e dedicamos bastante portanto raramente fazemos um concurso de ânimo leve. Aproveitamos mesmo ao máximo. Mas eu posso dizer, como marcantes, há dois concursos que nós fizemos aqui para Lisboa e que ficamos em segundo lugar. Um deles foi a Praça de Espanha e ali ficamos com a sensação de que nós é que devíamos ter ganho aquele concurso. Quem ganhou obviamente têm um trabalho que eu admiro imenso, são os NPK (NPK arquitectos paisagistas associados). Mas na verdade nós estávamos muito bem classificados em conjunto com o primeiro lugar, mas perdemos devido à nossa resposta dada ao nos pedirem os honorários. Geralmente os concursos têm sempre honorários base e depois nós dizemos se fazemos desconto ou não. E foi isto. Este concurso foi um concurso muito bem feito, foi a Câmara de Lisboa, houve participação pública, ou seja, abriu a discussão às pessoas, houve uma exposição na Gulbenkian, portanto extremamente bem feito. E foi uma grande frustração por que nós fizemos uma apresentação, fomos muito bem acolhidos na apresentação da primeira fase do concurso, inclusive o júri veio nos dar os francos parabéns. Mas depois, na segunda fase, nós acabamos por perder e da grelha da classificação nós perdemos porque não fizemos um desconto nos honorários. Porque se nós tivéssemos feito um desconto semelhante àquele que ganhou o primeiro lugar, que também tinha uma proposta óti-

ma, mas de fato, tinha uma proposta ótima e fez um desconto dos honorários. Portanto isso foi uma grande frustração. Por causa de uma questão de preço, que nós achamos que não ia entrar aqui porque o preço de base já era um preço justo, não era um preço fora da realidade, era um preço que pagava o trabalho que ali estava implícito. Nós acabamos por perder convencidos de que foi uma questão de descontos de honorários. Pela grelha de classificação conseguimos perceber isso. Aquilo eram trezentos mil euros, se tivéssemos descontado dezessete mil euros tínhamos ganho o concurso. Porque nesse nível o nosso critério tinha subido e, portanto o resultado final não foi o que esperávamos. Essa é uma história que nos custou muito a engolir. Portanto esse concurso para nós foi bom e foi mau. Aquilo que foi de positivo deu-nos no fundo uma confiança no nosso trabalho e nós sentimos que o trabalho foi altamente reconhecido. Mas depois posto à prova dos nove é ganhar um concurso basicamente e nós não conseguimos. Ficamos mesmo ali aquém.

Houve outro concurso que também gostamos imenso de fazer e que não ficamos nada bem classificados. Quer dizer, era um concurso que tinha por volta de quinhentos concorrentes. Era um crematório na Suíça, fizemos com uns arquitetos que vieram ter conosco, não nos conheciam de lado nenhum e só do nosso site mandaram-nos um e-mail e perguntaram se nós queríamos trabalhar com eles. É um português que trabalhou muitos anos em Berlim e vive na Dinamarca. Tem um ateliê chamado KWY. Gostou muito do nosso trabalho no site

e nós estávamos a começar, portanto foi muito bom também ter esse ‘feedback’ e fez uma coisa que nós achamos muito interessante que foi, enquanto que os arquitetos geralmente vem ter conosco já com uma implantação e com uma possibilidade de intervenção desenhada, ele veio ter conosco com o levantamento topográfico. Ou seja, em que não tinha nenhuma linha ainda desenhada. E por isso nós percebemos que ele queria trabalhar conosco a fazer um crematório, que geralmente é uma peça de arquitetura, mas em colaboração bastante nivelada conosco e, portanto nós fizemos a discussão desde o levantamento topográfico até ao resultado do concurso de uma forma muito a par e passo. Portanto foi um diálogo muito profícuo. Ficamos bem classificados uma vez que concorreram para aí oitocentas pessoas e nós ficamos em 68º lugar, portanto não foi mau e tivemos boa classificação. Mas pronto, longe dos primeiros três.

Mas o que aconteceu foi que este processo foi uma forma de encontramos alguém com quem trabalhamos ainda hoje que não conhecíamos de lado nenhum, que veio ter conosco para fazer um concurso. Portanto o concurso também é uma espécie de possibilidade de estabelecer relações de trabalho que se vieram a revelar muito interessante. Esse concurso, por exemplo, foi também importante a esse nível. Já fizemos outros concursos com este mesmo ateliê.

I.L. O que consistia essa participação pública no concurso da Praça de Espanha que mencionou anteriormente? Pelas notícias parecia que haveria votações para as pessoas decidirem...

C.R. Pela forma como a comunicação social veio deu essa ideia um bocadinho, mas não. A ideia de participação pública era de fazer no fundo uma espécie de pedido de programas. Por exemplo, houve pessoas que pediram uma ponte que atravessasse para a Gulbenkian, houve outras que pediram um jardim de aromáticas, outras que pediram hortas. Ou seja, era mais ao nível da construção do programa. Já havia algumas respostas em termos de desenho e, portanto a ideia era que as pessoas dissessem que necessidades é que achavam que era interessante serem consideradas no redesenho da Praça de Espanha para a segunda fase. Portanto foi mais a esse nível e não a nível do resultado final de quem é que devia ganhar. Era mais que contributos do ponto de vista programático que podiam dar.

I.L. O concurso do Bairro Alfinetes (Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes) também houve participação popular...

C.R. Nesse também ficamos em segundo lugar. Mas nesse foi diferente, ou seja, eles pegaram numa associação que já opera ali naquele naquela zona e compilaram uma série de visões que as pessoas tinham do que é que poderia ser aquele parque e isso foi introduzido logo a montante do que era o programa de concurso. Portanto, desse ponto de vista, até achei que isso foi mais bem articulado porque é diferente, essa

participação como um dado de partida. Ao contrário de aparecer a meio de um processo em que já há um desenho e de repente há uma participação pública assim a meio. Parece que é um bocadinho: ok vamos auscultar à vontade das pessoas, mas no fundo se calhar devia parecer aparecer a montante. Porque no bairro dos Alfinetes o que nós fizemos foi exatamente pegar naquilo que as pessoas tinham pedido e construir um parque. Nós damos muita importância a isso. Porque muitas vezes eu confesso que a participação pública tem um lado democrático que é mesmo interessante, como é que se entregam processos democráticos nestes processos de concurso e de fazer projeto. Mas depois há um momento em que também pode haver algum ruído porque nem sempre as pessoas conseguem fazer pedidos que sejam mais alargados para o grupo, muitas vezes são pedidos individuais, do gênero: eu quero estacionar o carro à porta da minha casa e ponto final. Portanto a participação pública também tem esse lado. É também preciso haver uma cultura democrática para se poder fazer participação pública. Mas neste caso do bairro dos Alfinetes eu acho até que foi bastante bem feito, houve uma associação que mediou muito bem os pedidos das pessoas e conseguiu no fundo comunicar isso ao programa de concurso. E nós adotamos isso como uma coisa também. Foi um curso que nos deu bastante gozo apesar de estamos todos em pandemia. Foi um bocado duro do ponto de vista do processo porque estávamos em casa com os filhos, enfim toda uma loucura. E depois ficamos em segundo lugar que também foi decepcionante por que estivemos lá

quase. Mas pronto, eu acho que aí a questão da participação pública estava bastante bem esplanada no programa de concurso.

I.L. Na sua avaliação, os concursos contribuem para o desenvolvimento da qualidade e reconhecimento da arquitetura paisagista?

C.R. Acho que sim. Há aqui outra coisa importante que eu por acaso não referi que é na Praça de Espanha o coordenador podia ser arquiteto ou arquiteto paisagista. Isto é um tema que é bastante complexo. É complexo porque eu acho que um parque devia ser coordenado por um Arquiteto Paisagista assim como um museu deveria ser coordenado por um arquiteto. Portanto, a resposta mais direta à pergunta é sim. Sem dúvida. Eu acho que é muito importante haverem concursos de arquitetura paisagista, ou que os arquitetos paisagistas possam ser integrados mesmo que seja de arquitetura. Por exemplo, eu fiz agora há pouco tempo um concurso para o Museu do Ambiente em Gaia em que a componente de arquitetura paisagista era importante. Portanto acho fundamental os concursos para no fundo divulgar o trabalho de arquitetura paisagista.

Mas também acho que eles devem reconhecer na formulação do próprio concurso, e muitos já o fazem, o papel fundamental da arquitetura paisagista. Agora às vezes existe esta problemática de que nós somos poucos arquitetos paisagistas. Se pedem um coordenador que seja arquiteto paisagista à partida as entidades que lançam os concursos, que é um grande investimento, podem arriscar a ter poucas respostas, porque não há assim

tantos arquitetos paisagistas.

Essa valorização também passa por assumir a arquitetura paisagista como coordenadora dos próprios processos de concurso quando o programa assim o exige. Muitas vezes isso não acontece. Por exemplo, no caso do bairro dos Alfinetes eu penso que era obrigatoriedade ser o arquiteto paisagista a coordenar. Enquanto, por exemplo, na Praça de Espanha não, podia ser o arquiteto. E houve muitos arquitetos a coordenarem projetos feitos por arquitetos paisagistas e que nem apareceram na apresentação da primeira fase, quando houve essa apresentação na Gulbenkian.

Portanto acho que sim, acho muito importante e acho que a divulgação depois também deveria ser igualmente importante. Que às vezes também não acontece essa divulgação dos resultados dos concursos. Há concursos públicos como a Praça de Espanha que fizerem exposições, há outros que fazem publicações, isso é tudo muito importante e acho que também a esse nível os concursos têm um papel-chave a desempenhar.

I.L. Vocês também participaram do concurso da Gulbenkian para a expansão do Jardim. Lá também houve exposições...

C.R. Sim, sim... Esse também foi fundamental, como é que eu me estava a esquecer. Adoramos fazer esse concurso. Lá está, é o tal concurso, é o exemplo fundamental da motivação que a questão do sítio, do programa, do desafio que ali estava em causa era importantíssimo. E gostamos imenso de

fazer esse curso. Mas lá está, esse concurso foi engraçado desde ponto de vista que eu estava a referir porque é um concurso para ampliar o Centro de Arte Moderna em 700 metros quadrados mas para ampliar o jardim em 4 hectares. Só que quem foi convidado foram arquitetos e não arquitetos paisagistas. Portanto a coisa começou por convidarem arquitetos para ampliar 700 metros quadrados, mas no fundo aquilo que estava em causa era concretizar o sonho do Ribeiro Telles. Que era expandir o jardim até ao limite.

A Gulbenkian foi um concurso fundamental e gostamos imenso. Foi revisitar o sítio, revisitar as publicações. Este é um sítio onde eu construí as minhas memórias de infância e o meu primeiro contato com a arte. Lembro-me perfeitamente de ter para aí oito anos e entrar no grande auditório e ver os jardins de cobertura. Lembro-me que em criança isso me deixou uma marca muito forte. Portanto também esta questão da relação com a nossa memória. Eu acho que a paisagem e as memórias de infância têm muito a desenvolver.

Mas pronto, a Gulbenkian foi um sítio incrível e ainda bem que nós tivemos esta oportunidade porque a Patrícia Barbas convidou-nos para integrar a equipa com ela. Lá está, nunca tínhamos trabalhado com a Patrícia e foi de repente um trabalho muito interessante que desenvolvemos com ela. Fizemos uma apresentação ao júri. Por acaso este processo foi muito interessante. Muitas vezes a frustração dos concursos e que liga com aquilo que eu dizia a pouco é: era bom mostrar o nosso trabalho e explica-lo antes de se

dar o resultado. Porque pode acontecer que o júri não tenha entendido completamente aquilo que nós queríamos explicar. Mesmo com memórias descritivas, desenho, etc. E na Gulbenkian uma coisa que aconteceu foi que eu penso que o júri não conseguiu entender completamente o nosso projeto e o projeto de arquitetura pelos desenhos. Não entendeu exatamente porque nós tínhamos umas imagens que não eram foto-realistas, portanto não eram imagens realistas. Assim o fizemos porque fazemos isso muito nos concursos, como vamos buscar o material histórico muitas vezes a própria representação vai buscar o material histórico que nós usamos para entender aquele sítio. E neste caso da Gulbenkian nos optámos por fazer as imagens, os 3D do concurso, como imagens que reinventavam de alguma forma aquelas gravuras do século XIX do Parque de Santa Gertrudes que havia antes da intervenção do Gonçalo Ribeiro Telles. A nossa ideia era exatamente ir buscar algumas ressonâncias do século XIX para reinventar a contemporaneidade, para reinventar aquele troço do jardim. E, portanto como não tínhamos imagens hiper-realistas o júri teve alguma dificuldade em entender exatamente o que é em alguns momentos nós tínhamos apontado. Fizemos uma apresentação ao júri, eu e a arquiteta. E o júri ficou: 'bem incrível, agora percebemos uma série de coisas que não tínhamos entendido'. Lembro-me quando se fez a Exposição na Gulbenkian que houve um dos administradores da Gulbenkian que veio ter conosco e disse que havia achado realmente incrível a nossa apresentação, e que ajudou ao júri a entender uma série de coisas.

Os concursos também têm agora muito esta questão das imagens 3D, da coisa hiper-realista de comunicação, que é uma coisa difícil às vezes para nós arquitetos por que queremos ainda ter algum nível de abstração. Ainda estamos numa fase de ideias e não queremos dizer exatamente como é que a coisa irá ser feita no projeto execução. E estas imagens hiper-realistas deslocam-nos para uma fase digamos a seguir.

Isso parece que é uma coisa interessante para o teu trabalho, é que de facto no processo da Gulbenkian nós apresentamos a proposta ao júri antes do júri deliberar a decisão final. Isso foi um processo muito importante. E depois houve essa divulgação, dos ateliês de arquitetura e arquitetura paisagista. Apesar de ter sido os arquitetos a terem sido convidados.

I.L. Considera que os concursos colaboram para a internacionalização da arquitetura paisagista portuguesa e do seu ateliê em particular?

C.R. Sim, sem dúvida. Quer dizer, a nossa experiência ainda não foi muito. Mas sem dúvida é uma porta que é possível para a internacionalização dos ateliês e muitas vezes é uma porta que pelo menos ao nível da arquitetura em Portugal tem sido muito importante essa estratégia. Nós arquitetos paisagistas ainda não nos beneficiamos, talvez a PROAP tenha sido o ateliê que no fundo tem um trabalho mais visível a esse nível. Nós ainda não conseguimos lá chegar. Haveremos de chegar porque temos feito alguns concursos. Fizemos agora há pouco

tempo um concurso para a Suíça, para uns apartamentos de habitação em conjunto com um ateliê de arquitetura português e ficamos em sexto lugar, num conjunto vasto de participantes. Foi muito bom porque nos convidaram para ir lá e podemos falar diretamente com o júri, a seguir ao resultado. Houve também uma exposição. Essas exposições promovem o encontro entre o júri e as entidades que promovem o concurso, os arquitetos e arquitetos paisagistas e são momentos de troca importante de divulgação do trabalho. Acho que Portugal tem o nível de qualidade de arquitetura e de arquitetura paisagista muito relevantes e esses concursos internacionais são absolutamente cruciais para essa divulgação e para a possibilidade de internacionalização dos ateliês.

Nós ainda não tivemos (essa oportunidade de internacionalização) e também porque não temos feito muitos ultimamente. Temos estado muito atarefados com projetos. Mas sim, temos essa esperança de conseguir dar esse salto da internacionalização. Quer dizer, não propriamente tornar-nos um ateliê internacional porque não sei se temos escala, mas de ter algum trabalho e experiência fora partir de um concurso.

|Agradecimento à Arq. Paisagista Catarina Pacheco pela disponibilidade em realizar esta entrevista. |

ANEXOS

Anexo III – Entrevistas

**Entrevista a Arq. Paisagista Cristina Castel-
Branco
ACB Arquitetura Paisagista**

Entrevista a Cristina Castel-Branco
Izabela Lamego | 2021.02.14 |
Realizada remotamente

I.L. Como avalia a importância dos concursos para o ateliê?

C.C.B. Podemos dizer que nós fazemos em média de dois a três concursos por ano. Não fazemos mais porque é uma coisa muito cara. Fica muito caro a um ateliê fazer um concurso, portanto, ou temos uma capacidade financeira para poder envolver as pessoas no concurso, porque envolve muita gente. Acaba por ser o ateliê todo a trabalhar no concurso. Se não temos isso não se consegue. O risco é grande por que nós não podemos gastar todo o nosso tempo numa coisa que depois não dá dinheiro nenhum, por que por volta perdemos. Perde-se muitas vezes. Se nós conseguíssemos um em cinco era ótimo.

I.L. O que determina a vossa entrada em um concurso? (Tema de estudo, Júri, Prêmios, os Termos de Referência).

C.C.B. O tema sem dúvida. Se for uma coisa interessante, se for uma coisa com uma dimensão interessante e também se não for grande demais. Se for grande demais é preciso fazer associações com outras grandes empresas. A dimensão, o tema. Os prêmios, claro que importam, evidentemente. Uma das coisas que devia acontecer é que em qualquer concurso devia-se pagar aos concorrentes. Pelo menos os primei-

ros dez selecionados. Os concursos neste momento têm uma resposta de centenas de pessoas. E, portanto devia ser pago aos concorrentes que ficam nos primeiros lugares e depois aquele que ganha o primeiro prêmio e no caso de avançarem para o contrato com o cliente esse prêmio pode ser deduzido no contrato. O prêmio é 10, o pagamento aos ateliês que concorreram é um agradecimento que o cliente devia fazer porque fica cheio de ideias. É normalmente uma coisa que em que as pessoas dão muito da sua criatividade e, portanto é uma oferta que se faz ao cliente. O cliente devia definitivamente pagar essa oferta nem que fosse com um valor que permitisse recuperar um pouco das horas de trabalho feitas e do material.

Depois o laureado devia ser bem divulgado. Devia haver um valor claro para esse premiado e depois, com o contrato podia retirar-se o valor do prêmio. Por exemplo, um contrato de cem mil dos quais dez mil já foram pagos ao prêmio.

O que eu fiz, por exemplo, na EXPO 98¹. Havia muito poucos exemplos disso em Portugal, então segui os passos de Barcelona: fazer um convite a vários ateliês que tinham currículo de prêmios. Ou seja, eles já tinham prêmios no passado. Eles eram já ateliês escolhidos e assim consegui ficar com uma lista de bons ateliês que então concorreram. Concorreram ao parque do Tejo e Trancão e tinham um grande nome e, por-

1 Cristina Castel-Branco foi assessora chefe de Arquitectura Paisagista da Expo'98 e Directora do Projecto do Jardim Garcia de Orta no recinto da Expo'98.

tanto era um prestígio ao próprio concurso. E pagou-se a essas pessoas. Foi uma espécie de pré-seleção a ateliês com trabalhos feitos e prêmios recebidos internacionalmente.

I.L. O que mais gosta do processo dos concursos?

C.C.B. Quando se faz um concurso cria-se um espírito de competição saudável. O ateliê, portanto está a competir como uma equipe. Cria-se uma grande ligação entre as pessoas e, sobretudo, as pessoas dão o seu melhor e deixam abertas as suas portas da criatividade. Isto é muito importante, revelam-se em várias coisas. Uma delas na sua criatividade, outras na sua capacidade de trabalho, portanto nós passamos horas e horas à noite a trabalhar aqui. Isso é uma revelação, ficamos a conhecer a ‘endurance’, a resistência, a força, o dinamismo de uma equipe. Ficamos a nos conhecer melhor como equipe. E depois, quando terminamos o nosso trabalho, achamos sempre que vamos ganhar. Demos coisas tão boas, fomos tão empenhados, achamos sempre que vamos ganhar. Não há nenhum projeto que este sonho não esteja claro. Na nossa cabeça, quando vamos nos deitar às seis da manhã. Portanto, é um momento de excelência. Por isso era mesmo importante que houvesse mais concursos bem preparados, de alguma maneira pagos, de maneira que pudéssemos concorrer sem o problema de depois pensar “como que eu pago as contas?” nem que fosse um valor que cobrisse somente as horas de trabalho investidas. Era mesmo importante que houvesse um

suporte de quem faz e abre os concursos e respeitado os arquitetos e a sua dinâmica.

Os arquitetos são mal pagos, se você quiser ler um bom artigo no “Expresso”², em que o arquiteto Byrne diz que os arquitetos estão a ser pagos ao nível da compra de batatas. Estão a ser pagos muito mal. Portanto uma reserva de criatividade tão extraordinária como é uma equipa de arquitetura devia ser mais bem respeitada e mais bem defendida. Nos concursos devia haver de fato uma ética em que o cliente percebia que tinha imenso a ganhar ao fazer um bom concurso, mas que para isso tinha que pagar e não ser só ficar com ideias e não ter que pagar nada por isso.

I.L. O que menos gosta do processo dos concursos?

C.C.B. O que eu odeio é quando alteram o prazo. Toda a equipe se empenhou para cumprir um prazo. Não é aceitável que o cliente mude o prazo só por que quer fazer entrar mais um amigo no concurso. É muito mau sinal quando o prazo modifica, seja para a função pública, que quando faz concursos muda as vezes o prazo, como para os privados. É muito grave que se altere o prazo na dinâmica de uma equipe.

E depois é não pagarem geralmente, era

2 Cruz, V., & Baião, A. (14 de Fevereiro de 2021). Gonçalo Byrne: “A remuneração dos arquitetos está ao nível da compra de batatas”. Acesso em 18 de Fevereiro de 2021, disponível em Expresso. pt: <https://expresso.pt/cultura/2021-02-14-Goncalo-Byrne-A-remuneracao-dos-arquitetos-esta-ao-nivel-da-compra-de-batatas>

isso que eu estava a dizer. Não gratificarem aquilo que ganham pelas ideias que recebem num concurso. Não ser reconhecido e pago. Isso é o que eu não gosto.

I.L. Houve algum concurso especialmente marcante ou impactante?

C.C.B. Recentemente, o concurso mais forte e mais gratificante foi a Praça do Império. Que agora é uma polémica enorme que está aqui em Lisboa. Foi um concurso de 2016, aberto pela Câmara Municipal. A Câmara já não abria concursos há muito tempo. Foi extraordinário termos ganho aquele concurso porque foi completamente anónimo. O júri foi anónimo. O que eu gosto num concurso, outra coisa, isso é fundamental: que o júri não tenha acesso à identificação dos candidatos. O anonimato num concurso é a única forma do concurso ser justo. Portanto não devia ser aceitável que o júri possa reconhecer os candidatos.

Houve também um concurso que foi uma experiência péssima. Foi um concurso em Esposende, para um parque na margem do rio, próximo ao oceano, nas dunas. Uma coisa muito trabalhada, a conservação da natureza teve uma força enorme. Era o melhor urbanista do Porto que trabalhou comigo. Um urbanista muito conceituado e não se sabe por quê ficamos num lugar muito... Ah! Depois mudaram os prazos... Quando mudaram o prazo, pronto, já se percebeu que a coisa não era boa. Ficamos num lugar muito no fundo, perdemos muito longe e, portanto não percebemos como é que ficamos tão mal. Mas percebemos que

aquilo estava já muito organizado para ser entregue a alguém que concorreu mais tarde. Isso foi muito frustrante.

I.L. Qual a polémica que se referiu anteriormente, sobre a Praça do Império?

C.C.B. É uma polemica enorme. É um problema com os brasões que representam. Há uma petição e uma série de coisas... Porque nós vamos retirar uns brasões que foram feitos por um jardineiro nos anos 60. São brasões que têm a ver com o império português e que não faziam parte do projeto original. O jardim é uma espécie de um pré-modernismo. E depois os jardineiros vieram e puseram uns brasões em mosaico-cultura. Neste momento já ninguém sabe fazer isso em Portugal, essa mosaico-cultura. As pessoas estão a pedir uma coisa impossível. Por causa do problema ideológico, a direita e a esquerda a baterem-se. (Indico artigo de opinião de Castel-Branco: Bom senso sobre os brasões florais da Praça do Império)³.

3 Castel-Branco, C. (20 de Fevereiro de 2021). Bom senso sobre os brasões florais da Praça do Império. Acesso em 24 de Fevereiro de 2021, disponível em Publico.pt: <https://www.publico.pt/2021/02/20/opinioao/opinioao/bom-senso-brasoes-florais-praca-imperio-1951304>

I.L. Na sua avaliação, os concursos contribuem para o desenvolvimento da qualidade e reconhecimento da arquitetura paisagista?

C.C.B. Contribuem imenso. Sobretudo se forem bem preparados. Se forem bem preparados os cadernos de encargos e exigirem a sabedoria da arte e de ciência que a nossa profissão possui. A nossa profissão exige saberes de botânica, hidráulica, solos... Isso tem uma importância. Quando em um concurso, e isto é importante por que já tive essa experiência como júri, se chega ao fim e torna-se público o resultado de quem é que são os vencedores, é uma short-list, três finalistas por exemplo. Normalmente há um período em que essa short-list tem que responder a perguntas do júri. Imagine que havia uma equipe que tem um arquiteto e um botânico, mas não tem nenhum paisagista. As perguntas são respondidas somente por uma pessoa. Essa pessoa se é arquiteto, consegue responder pela estética e pelo design, mas não consegue responder pela ciência. Se da parte do júri alguém pergunta: - ‘explique qual é a forma como calcularam a cota de cheia máxima para aquela bacia de retenção’ – o arquiteto não sabe responder. Se o senhor botânico do júri pergunta – ‘por que razão essas plantas de solo ácido não são substituídas por ...?’ – o arquiteto não sabe responder. Depois vem alguém que diz: - mas isso são rochas de calcário e vocês fizeram uma série de desenhos em que propõem áreas de ciprestes, mas depois também áreas de camélias. Explique como isto vai funcionar.’ – eles não sabem. Não sabem que as camélias são de solos ácidos.

A mesma coisa pode acontecer se vier um botânico responder as perguntas. O júri pergunta: - ‘nós temos aqui um efeito de perspectiva muito bem feito da vossa parte, mas que chega ao fim e não consegue atingir o clímax dos efeitos de perspectiva.’ –. O botânico não faz ideia daquilo que é o efeito da perspectiva. Outra pergunta: - ‘este problema da sombra e do solo, há um efeito de contraste de luzes que vai aumentar as cores quentes. Diga-me de que forma esta parede e esta vegetação vão jogar para o efeito das cores quentes?’ -. É preciso um paisagista para saber as duas coisas. Estou a dizer uma coisa que eu vivi. E essa experiência permitiu-me escolher arquitetos paisagistas sem dúvida nenhuma. O ficou absolutamente claríssimo ao júri que na equipe havia dois saberes fragmentados por um lado a ciência e por outro lado a arte, mas não havia ninguém que percebesse as duas coisas. E que o projeto viesse dessa sabedoria dupla, híbrida. Portanto a nossa capacidade de jogar nos dois tabuleiros, da estética, da qualidade visual do conforto e da segurança baseada na ciência é uma prerrogativa do arquiteto paisagista. Ele sabe as duas coisas.

E para ganhar concursos, sérios, grandes, com muito público e grande projeção, tem que ser alguém que sabe dos dois mundos. Não pode ser alguém que só sabe de um. Isto seria um concurso de arquitetura. Um concurso de arquitetura paisagista, onde de fato se fala dos espaços exteriores não pode ser completamente seguro ter só um arquiteto ou ter só um botânico. Tem que haver um arquiteto paisagista que integra as duas coisas.

Daí que de fato os concursos são muito importantes. Eu preparei um concurso da EXPO que foi determinante para a profissão. Foi o concurso do Parque do Tejo e Trancão. Preparei com um personagem farto de fazer concursos em seu ateliê, onde eu tinha estagiado, era o Victor Walker. O livro verde da Expo tem tudo explicado sobre como preparei um concurso internacional. Nunca havia sido feito cá em Portugal um concurso internacional de arquitetura paisagista. Portanto foi preciso preparar os cadernos de encargos, o material todo. Não havia internet, não havia Google. Foi um trabalho feito em 1995, já havendo internet, nós não a tínhamos. Os mapas que havia eram dos princípios da imagem de satélite. Tivemos que trabalhar com fotografia aérea. Tivemos resposta de todos os gabinetes, desde o Sasaki até o Lovejoy, eram grandes gabinetes.

Eu deixei tudo escrito para se ficar a saber que aquela foi a primeira vez que aquilo tinha sido feito. A partir desse concurso toda a gente adaptou os cadernos de encargos. Esse concurso foi o concurso seminal de arranque dos projetos de concurso de arquitetura paisagista internacionais em Portugal. Não houve muitos mais, atenção. Mas esse funcionou como um momento de arranque de preparação do concurso do século XXI. Ganhou o gabinete do João Nunes com o Carlos Ribas. Os dois foram à Califórnia e aprenderam muita coisa e ganharam uma experiência formidável ao associar-se com o ateliê Hargreaves.

Esse foi um concurso onde fui não só júri como organizei todo o concurso, ficou em

minhas mãos. Ainda nem tinha trinta anos e foi uma coisa de muita responsabilidade. Mas muito interessante, tinha acabado de chegar da América, sabia fazer aquilo, mas foi a primeira vez que isso aconteceu. O meu querido professor que me poderia ajudar tinha acabado de morrer, o arquiteto Souza da Câmara. Eu estava órfã. Mas consegui fazer aquilo com a ajuda do Victor Walker e é aquilo que deu o Parque do Tejo e Trancão e teve uma influência e foi muito inspirado para muitos outros concursos.

Fui júri em concursos internacionais em Madrid, Barcelona, em Paris. Esta ideia de que ao responder a um concurso está a enfatizar ‘aquilo que é a especificidade da arquitetura paisagista é um fato importante. Os arquitetos paisagistas nesses concursos internacionais surgem como aqueles que estão preparados para responder a esta dupla que exige o espaço exterior. O espaço exterior exige conhecimento estético e projetual de arquitetura e ao mesmo tempo o saber científico, que não é fácil de adquirir. São coisas muito chatas, hidráulica, botânica é preciso estudar isso. Nós damos muita importância a isso, saber todos os nomes latinos e saber o que se dá bem aonde é um ponto vital do nosso saber, o corpo do conhecimento. Este corpo do conhecimento de arquitetura paisagista tem na botânica uma parte muito importante.

I.L. Como é a experiência como júri, atuar do outro lado?

C.C.B. Quando se chega ao fim o júri completo e bem preparado percebe perfei-

tamente quem só sabe metade. A ciência de um lado e a arte do outro. Por outro lado é muito importante os membros do júri serem muito independentes. É muito difícil. Neste momento, o último concurso onde eu fui apareceram duzentas e sessenta candidaturas. Ainda não vieram os resultados, portanto eu não lhe posso dizer nada. Mas dessas duzentas e sessenta é preciso escolher um. Mas vai se fazer uma short-list de nove ou dez, não sei bem. O que é importante é perceber que neste momento, por causa das facilidades da internet nós estamos a responder a pessoas que são da Coreia, da China, Singapura, Taiwan e que vêm em massa. O mundo mudou. Agora não é ficarmos a espera de quatro concorrentes de Paris e dois de Estados Unidos e cinco de Inglaterra. São duzentos e tal, centenas que constroem, que têm capacidade financeira para isso e que enviam as suas propostas numa dinâmica que não é a dinâmica do mundo ocidental. É uma dinâmica muito agressiva, muito forte. Há uma alteração de paradigma fortíssima. É muito importante que o júri esteja bem representado, represente tanto o ocidente como o oriente. Não pode ser um júri que só pensa como nós pensamos aqui no ocidente. Tem que haver um pensamento da Austrália, da Nova Zelândia, da Coreia, China. Temos tido professores que fazem agora a sua escolha e que tem que haver uma abertura àquilo que é o mundo do oriente. Isto é uma novidade. Os números também são uma novidade, o número brutal de pessoas a concorrer. Por outro lado a uma estética muito diferente do ponto de vista oriental e ocidental. Isso é um confronto e eu ainda não vi aparecer

nenhum conflito. Mas nós no ocidente não gostamos do excesso de decoração, ficamos aflitos com o excesso de tudo. No oriente gostam. Então como é que se resolve isto? São questões que podem ficar no ar, a percepção estética muito diferente de um lado e do outro. É um ponto interessante a debater para o futuro.

Por outro lado, há aqui outra área de júri que eu faço todos os anos, que é o júri de uma coisa diferente, não são os concursos de arquitetura paisagista, mas que são a base de uma novidade, que é o interesse pelas plantas. São a escolha das melhores plantas. É o Chelsea Physic Garden, são se pode esquecer que existe esse mundo. O mundo da horticultura inglesa, um mundo com uma estética muito especial e com uma base fortíssima de horticultura. Portanto a pergunta que aqui está nova é: em que medida os arquitetos paisagistas que fazem concurso no Chelsea, uma das coisas importante é a qualidade hortícola, mas também a estética, como é que isto conta para a arquitetura paisagista. Não só os designers, mas também os horticultores que têm também prêmios pela qualidade das plantas que apresentam ao fazerem os seus jardins, que são jardins em miniatura, são trazidos ao Chelsea Physic Garden e que ganham uma medalha da rainha da Inglaterra, o que não é mal não é? Temos, portanto outro mundo que está a correr ao nosso lado e que é arquitetura paisagista também e que não conhecemos porque estamos só a dar atenção a concursos tipo arquitetos. Mas não são só estes que existem, existem também de horticultura. Aquilo que tenho acompanhado como

júri não é o do Chelsea, mas é o “Journées des Plantes” do Chateau de Chantilly. Em que aparecem também soluções de jardins, soluções tanto do ponto de vista das plantas como do desenho. Esse é um mundo, se quisermos assim dizer, mais conservador. É um mundo que os arquitetos desprezam, basicamente. Mas que a arquitetura paisagista devia estar atenta. É como se fosse uma feira de materiais, quando vai ver os materiais e dar atenção aos materiais que possam existir, materiais de construção. Para um arquiteto paisagista as plantas são o material de construção e portanto não é desprezível analisar Chantilly como um sítio onde se aprende materiais. Eu gostava de ver mais arquitetos paisagistas portugueses em Chantilly. Eu vou todos os anos, mas nunca vi nenhum. Vou ver se consigo aqui no ISA que venham no próximo, que vai ser em maio, vamos ver se conseguimos lá chegar. Os arquitetos paisagistas deviam saber que isso existe e são concursos. Cada um destes festivais encerra um concurso. Também há um chamado Chaumont. Esse é com mais design, é quase Land Art.

Do ponto de vista histórico, os grandes concursos que se fizeram e que marcaram esta ideia de se por à concurso o espaço público em Paris e é claro que os ingleses já faziam e os americanos também. Os americanos fizeram, e não se pode esquecer, o Central Park. O Central Park foi um concurso público. Os franceses fizeram, há um personagem chamado Alphand, que escreveu um livro enorme. Alphand escreve tudo que foi feito em Paris, dos vinte e quatro jardins pequenos, ‘square’ e dos quatro grandes jar-

dins, o Square des Batignolles, o Parc des Buttes Chaumont, o Parc Montsouris. É a ideia da importância dos concursos públicos e dos bons cadernos de encargos que podem fundamentar um resultado de qualidade em que toda a cidade fica a ganhar.

Um bom concurso público é uma oferta de qualidade para uma cidade.

|Agradecimento à Arq. Paisagista e Professora Cristina Castel-Branco pela disponibilidade em realizar esta entrevista. |

